UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA –PDTSA
ÁREA: INTERDISCIPLINAR

ERIKA JOSELMA DA SILVA CURVINA

Fonte: Acervo do Museu da História de Jacundá (nov.2017)

“DO ALAGADO, AO MENOS O CHAPÉU”: DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS PROVOCADOS PELA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ EM JACUNDÁ (PA)

MARABÁ / PARÁ
JUNHO - 2019

ERIKA JOSELMA DA SILVA CURVINA

“DO ALAGADO, AO MENOS O CHAPÉU”: DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS PROVOCADOS PELA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ EM JACUNDÁ (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), como requisito para a obtenção do título de mestre.
Orientadora: Prof.ª Dra. Edma do Socorro Silva Moreira

MARABÁ / PARÁ

JUNHO – 2019

ERIKA JOSELMA DA SILVA CURVINA

“DO ALAGADO, AO MENOS O CHAPÉU”: DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS PROVOCADOS PELA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ EM JACUNDÁ (PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – (UNIFESSPA), como requisito para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 20/06/2019

BANCA EXAMINADORA:

_____
Orientadora: Prof.ª Dra. Edma do Socorro Silva Moreira
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

_____
Examinador Externo: Prof. Dra. Sônia M. S. Barbosa Magalhães
Universidade Federal do Pará

_____
Examinador Interno: Prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

_____
Examinadora Suplente: Profa. Dra. Celia Regina Congílio
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

Curvina, Erika Joselma da Silva

"Do alagado, ao menos o chapéu": deslocamentos compulsórios provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA) / Erika Joselma da Silva Curvina ; orientadora, Edma do Socorro Silva Moreira. — Marabá: [s. n.], 2019.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2019.

1. Usina Hidrelétrica de Tucuruí – Jacundá (PA). 2. Desapropriação – Jacundá (PA). 3. Remoção (Habitação). 4. Amazônia. I. Moreira, Edma do Socorro Silva, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. III. Título.

CDD: 22. ed.: 338.4762131

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391

Dedico esse trabalho às minhas filhas, Maria Luiza e Maria Cecília, vocês dão sentido a tudo em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida para viabilização desta pesquisa.

Ao Programa em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), o qual me encho de orgulho em fazer parte, de viver a história e as lutas desse Programa, pela oportunidade de refletir e fazer ciências na região sul e sudeste do Pará, na Amazônia. Às professoras e professores deste programa, que em mim proporcionaram uma desterritorialização e reterritorialização do conhecimento e da minha essência humana. O meu carinho à Thayná, que sempre esteve disponível a ajudar.

À minha banca de qualificação, à Profa. Sônia Maria S. B. Magalhães e o Prof. Jerônimo da Silva e Silva, por terem contribuído para que eu encontrasse um caminho teórico e metodológico e pela generosidade com que dividiram seus conhecimentos.

Sou grata à minha orientadora, Professora Edma do Socorro Silva Moreira, pelo caminho que percorreu ao meu lado, por ter me incentivado nos momentos de insegurança, pelas vezes que me fez forte por estar ao meu lado. Pela paciência e impaciência diante das minhas deficiências. Agradeço pela franqueza e lealdade com que sempre tratou nosso trabalho. Sou privilegiada pela oportunidade que tive de conviver com você e ser testemunha do quanto és competente e dedicada. Obrigada pelos momentos de risos e pelos ensinamentos.

A todos os meus colegas, a turma 2017 de mestrandos do PDTSA, obrigada por estarem comigo nessa etapa tão importante da minha vida: Jéssica, Richelly, Regina, Claudiana, Edna, Keila, Milton, Joyara, Amarildo e Fabrício. Muito bom ter caminhado com vocês!

Ao Projeto Tucuruí, intitulado, "As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país". O Projeto foi essencial na elaboração dessa dissertação, a partir das discussões nas reuniões, muitas ideias e contribuições surgiram, nos trabalhos de campo em grupo, muitas experiências foram trocadas. O intercâmbio com os diferentes grupos que integravam o projeto, foi enriquecedor. A minha gratidão e admiração ao Prof. Henri Acselrad e a Profa. Sônia M. S. B. Magalhães. Ao grupo da Unifesspa: Professoras Edma Moreira e Célia Congílio, Alana Silva, Jéssica Solorzano e Cristiano Bento, quanta alegria sinto em ter vivido com vocês nesse percurso, obrigada pelas discussões, pelas conversas, pela disponibilidade de sempre ajudarem, pelos sorrisos e amizade, levo-os do grupo para a vida.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP), muitas das discussões, leituras e estudos do grupo, fazem parte dessa dissertação.

Eternamente grata a todos os "Expropriados de Jacundá" e ex-moradores de Arraias, que se colocaram como colaboradores na pesquisa, que sempre nos receberam com respeito e dispostos a fazer parte da construção desse trabalho. A vocês, a minha admiração, pelas lutas enfrentadas, pelos Estranhos combatidos. Obrigada pelas memórias a nós confiadas, que esse trabalho, possa contar ao mundo suas histórias, sobre a força e a fé que vocês carregam ao longo do tempo. Conceição e Valentim, enorme gratidão pelo apoio e disponibilidade em ajudar. Ao Senhor Leopoldino, "expropriado de Jacundá", ele que tinha prazer em falar: "sou jacundaense de coração!". Obrigada por toda a sua contribuição ao nosso trabalho, pela sua gentileza, por gostar de escrever e não se contentar em silenciar sua memória, um "depositário

da Memória", contou-nos a "História da Antiga e Nova Jacundá". Você conseguiu, "ficar marcado na história dessa cidade". (*In memorian*)

À amiga/irmã, Roseane Sousa, que transpõe qualquer distância e sempre se faz presente na minha vida, em todos os meus momentos. Que sempre acredita que posso fazer, que nunca me deixou sozinha. A você sou grata, pela amizade mais dedicada que conheci na vida. Mulher guerreira, de coração justo, a você a minha gratidão e admiração.

À minha amiga Lúcia Cristina, esteve presente desde o processo seletivo, com seu apoio e torcida. Agora na finalização, leu meu trabalho, contribuiu e corrigiu meus erros ortográficos, obrigada pela amizade.

Aos amigos que estiveram ao meu lado nessa caminhada: Cristina, Milton Junior, Vagno, Meire, Aracy Alves, Gláucia Moreno, vocês contribuíram e me inspiraram, fazem parte dessa conquista.

A minha família, que mesmo longe sempre está muito perto, com apoio para realização dos meus projetos de vida. Obrigada mãe, por tanto tempo depois, voltar a ser mãe de bebê, sem seu apoio esse trabalho não estaria sendo concluído, Maria Cecília não poderia ter tido uma "vómãe" melhor, a senhora como sempre é fundamental em todas as fases da minha vida, dos meus projetos. A minha irmã Elen Joanne, volto a dizer, é a melhor irmã e tia do mundo, você sabe da importância que tem na minha vida, tenho orgulho imenso da mulher que você é. Meu irmão Elton Jonh, "o trovão" do meu dia a dia, obrigada pela força e companhia esses anos ao meu lado nessa vida paraense. Maria Luiza e Maria Cecília, minhas filhas amadas, tudo tem sido por vocês, para vocês. Ceci, nunca vou conseguir lhe agradecer, por ter se ausentado para que eu pudesse estudar, gratidão por ter se adaptado tão bem com a vovó e a Tia Elen, por ter sido feliz, mesmo longe da mamãe. Maria Luiza, minha companheira inseparável, meu braço direito, enorme orgulho de você. A vocês dedico o meu amor incondicional, todos os meus dias valem a pena por vocês.

Antes que eu fizesse parte do PDTSA, esse programa já acrescentou à minha vida, como aluna especial de uma disciplina, conheci um príncipe. Um amor generoso, companheiro, dedicado, que não mede esforço para acrescentar e dá leveza à minha caminhada. Nossa vida (minha e das Marias) ficou muito melhor com você. Amo-te, todos os dias um pouco mais! Obrigada Cleiton Sodré, meu companheiro, meu amor!

Alguém poderia dizer que estão querendo voltar ao passado. Porém, não é nada disso. Essa população se apropriou desse direito antigo, que não era direito dela nem direito para ela. Portanto, a volta do pesquisador ao passado é necessária para que entenda o sentido, a profundidade e a intensidade no tempo que tem essa luta. É luta que vem devagar, vem de longe.

José de Souza Martins (1993, p.51).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADETU	Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos
ADETUNI	Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Jacundá
ALBRAS	Alumínio Brasileiro S.A
ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A
BASA	Banco da Amazônia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DERPA	Departamento Estadual de Rodagens do Pará
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas do Brasil
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEB	Movimento de Educação de Base
PDA	Planos de Desenvolvimento da Amazônia
PGC	Projeto Grande Carajás
PIN	Planos de Integração Nacionais
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TELEPARÁ	Telecomunicações do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa de Localização do município da Antiga Jacundá 30
Figura 02 - Representação gráfica da Vila Jatobal.....32
Figura 03 - Representação Gráfica (Símbolos de saudades) 35
Figura 04 - Representação Gráfica (Símbolos de saudades) 35
Figura 05 - Vila Arraias estruturando-se às margens da PA 150.....40
Figura 06 - Jornal Vanguarda, Marabá –PA, 08/08/79.....43
Figura 07 – O deslocamento do material e do humano 57
Figura 08 - Caixa d'água, antiga Jacundá.....62
Figura 09 - Mapa de Localização do município de Jacundá – PA.....65
Figura 10 - Bairro Eletronorte (As Quadras), 1982.....67
Figura 11 - Caixa d'água da Antiga Jacundá no período de águas baixas do lago.....73
Figura 12 - Carta de Denúncia entregue à Contag 1980.....78
Figura 13 - Carta ao Presidente Figueiredo.....97
Figura 14 – As lutas cotidianas da nova Jacundá 99
Figura 15 - Criação da ADETU na Nova Jacundá.....104
Figura 16 - Jornal "O GRITO DA PA 150".....106
Figura 17 - Exemplar do Jornal "O Grito da PA 150".....107
Figura 18 - Convite para abertura do Posto do GETAT.....112

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar os efeitos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) na cidade de Jacundá (PA), no início dos anos de 1980. Revela-se, assim, um processo de deslocamentos compulsórios *ex situ* da cidade de Jacundá e *in situ* da Vila Arraias, a partir das memórias individuais e coletivas dos expropriados à montante da Hidrelétrica de Tucuruí. Como recurso teórico-metodológico recorremos às narrativas orais de moradores expropriados da Jacundá inundada e de moradores da Vila Arraias, por compreender que a memória revela a história do passado-presente que se inscreve no cotidiano daqueles sujeitos, no caso, as perdas e as dores vivenciadas. Um total de vinte narrativas foram coletadas em trabalhos de campo realizados em períodos intermitentes entre os anos de 2017 e 2018. Utilizamos também, referências bibliográficas sobre o tema e documentos como, cartas, jornais, atas, representações gráficas e documentação de linguagem fotográfica. Nossa analise aponta que a Eletronorte e o Estado promoveram, de forma violenta, a expropriação e a violação de direitos sociais, a desterritorialização dos moradores de Jacundá e Arraias. Estabelecem conflitos e estranhamentos entre as duas populações deslocadas compulsoriamente ao se apropriarem de seus territórios. Contrários a essa forma impositiva de apropriação da vida e da natureza os expropriados lutam, até o momento, por direitos e reconhecimento, com a clareza de que muitas perdas ocorridas não poderão ser compensadas por constituírem valor não monetário. Destaca-se, ainda, que essa luta não é apenas dos expropriados da antiga Jacundá, ela deveria ser também dos deslocados *in situ* de Arraias, que, até hoje, não foram considerados e, nem se reconhecem como deslocados. O estudo demonstra que as duas localidades foram deslocadas e sofreram os efeitos da desterritorialização desde o início da implantação do empreendimento.

Palavras-Chave: Amazônia Oriental. Deslocamento Compulsório *Ex Situ* e *In Situ.* Expropriados. Hidrelétrica de Tucuruí.

ABSTRACT

This research objective is to analyze the effects of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant construction in the city of Jacundá, state of Pará, in the early 1980s. From the individual and collective memories of the expropriated ones upstream of the Tucuruí Hydroelectric reveals a process of compulsory displacements ex-situ of Jacundá and in-situ of Vila Arraias. We refer to the oral narratives of dispossessed residents of flooded Jacundá and residents of Arraias village as a theoretical and methodological resource because we understand that the memory reveals the past-present history which marks this people daily life, such as losses and experienced pain. Twenty narratives were collected in field works carried out in intermittent periods between 2017 and 2018. We also use bibliographical references on the subject and documents such as letters, newspapers, minutes, graphic representations and photographs. Our analysis indicates that Eletronorte and the Brasilian State promoted the expropriation and violation of social rights, the deterritorialization of the residents of Jacundá and Arraias in a violent way. They establish conflicts and estrangements between the two populations compulsorily displaced by appropriating their territories. the expropriated ones are against this tax form of appropriation of the life and the nature and fight until today for rights and recognition, with the clarity that many losses occurred cannot be compensated because they do not have monetary value. We should also point out that this struggle is not only the expropriation of the ancient Jacundá, it should also be the displaced people of Arraias, who have not yet been considered and do not recognize themselves as displaced. The study shows that the two localities were displaced and suffered the effects of deterritorialization since the beginning of the project implementation.

Keywords: Eastern Amazon. Ex Situ and In Situ Compulsory Displacement. Expropriated. Tucuruí Hydroelectric Plant.

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO 13**

2. JACUNDÁ E ARRAIAS: CONTEXTOS E HISTÓRIAS DIFERENTES 30

2.1 Jacundá antes da Hidrelétrica de Tucuruí **30**

2.2 Arraias antes de Jacundá **38**

3. A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, A CHEGADA DO ESTRANHO **466**

3.1 O deslocamento compulsório dos moradores de Jacundá **57**

4. UMA NOVA JACUNDÁ, DUAS POPULAÇÕES DESLOCADAS 644

4.1 O Museu Histórico de Jacundá, memória e resistência **897**

4.2 O deslocamento *In Situ* de Arraias **89**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 1177

REFERÊNCIAS 12222

ANEXOS 1266

1. INTRODUÇÃO

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) foi traumático e violento para as populações da Amazônia oriental brasileira, pois as retirou de seus territórios, não as considerou como sujeitos e nem seus modos de vidas, seus saberes, suas práticas religiosas.

Nessa dissertação[1], nossas reflexões se voltam para analisar o processo do deslocamento compulsório dos moradores de Jacundá, o único munícipio em toda a Amazônia, totalmente submerso pelo lago de uma barragem de hidrelétrica, no início dos anos de 1980, e o deslocamento *in situ* dos moradores de Arraias com a chegada dos expropriados de Jacundá. Uma questão estruturante orienta a construção desse trabalho: como a hidrelétrica de Tucuruí se inscreve na história de vida dos atingidos pelo deslocamento da cidade de Jacundá?

Na análise e compreensão desse processo de deslocamentos recorremos a categoria memória como um recurso metodológico para revelar a história vivida pelos sujeitos atingidos e expropriados pela barragem de Tucuruí e os efeitos que o deslocamento compulsório provocou à vida dos moradores de Jacundá, mas também os impactos que esse empreendimento provocou aos habitantes de Arraias, uma população que também fora deslocada, mesmo sem ter saído de seu espaço, fenômeno que aqui analisamos como deslocamento *in situ.* Compreendemos que a hidrelétrica de Tucuruí provocou, ao atual município de Jacundá, dois tipos de deslocamentos. Na antiga Jacundá o deslocamento *ex situ* e, em Arraias, o deslocamento *in situ*, é uma análise que pode contribuir para avanço dos estudos sobre deslocamentos de barragens na Amazônia.

Assim, a reconstrução da história dos que vivenciaram a imposição de um modelo de desenvolvimento excludente em favor do Capital, com o apoio do Estado e das elites locais, nos permitiu identificar e analisar a complexidade das transformações sociais, culturais e territoriais que se opere nessa parte da Amazônia.

O deslocamento excludente e planejado implementado na Amazônia Oriental, tem origem no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), no qual se desencadeou o processo de integração da Amazônia ao restante do país, por meio de ações governamentais para a ocupação da região, a exploração das riquezas naturais e a segurança nacional. Nesse governo,

[1] Esta dissertação faz parte de um projeto intitulado "As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país". Coordenado pelo Professor Dr. Henri Acselrad, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Financiado pela CAPES.

em 1959, é criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) através da qual se instituiu as políticas de incentivos fiscais, concedendo 50% de impostos reduzidos àqueles que investissem nos variados setores da economia: agricultura, pecuária, indústria, transporte, educação, serviços básicos, colonização, turismo, saúde pública. Os incentivos foram financiados pelo Banco da Amazônia (BASA), criado com a função de ser instrumento de desenvolvimento regional (HALL, 1991, p. 26). A parceria entre capital privado e Estado torna-se cada vez mais forte e consolidada.

Os estudos de Anthony Hall, apontam a gênese dos conflitos rurais existentes na região, nascem com as estratégias direcionadas ao latifúndio na década de 1960, que subsidiavam e monopolizavam extensas áreas da floresta tropical à exploração comercial e especulativa, com isso, o Estado contribui para um inevitável e violento conflito rural (1991, p.29). Compreendemos melhor a afirmativa de Hall quando evocamos os estudos de Hébette, assim, temos o porquê dos conflitos rurais, os migrantes que chegavam por toda a Amazônia, em sua grande maioria tinham suas origens no mundo rural, "Gente sem condições de sobrevivência, expulsos pela violência, de seu torrão natal, pela exploração máxima de sua força de trabalho ou pela fome. Entre cada mil migrantes, 752 eram filhos de trabalhadores da terra [...]" (HÉBETTE, 2004, V. I, p. 334). Hébette sistematiza toda a formulação das políticas de desenvolvimento para a Amazônia, revelando a importância do golpe civil-militar de 1964 para se implantar essas políticas. Sua análise aponta que o governo civil-militar se empenha na integração geopolítica da Amazônia à economia nacional e internacional.

Para Hall (1991), é no início da década de 1970 que surge uma nova era na Amazônia, um processo de ocupação definida nos Planos de Integração Nacionais, I PIN (1970 – 74) e II PIN (1975 – 79).

Para Hébette (2004), esse processo levou ao planejamento da integração da Amazônia aos mercados nacionais e internacionais, sob a tutela dos capitais industriais e financeiros, com uma dupla dimensão: a exploração dos recursos naturais e a intenção de formar um mercado de força de trabalho para transformar a natureza em valor monetário. Na mesma medida, a população local da região, não era de interesse do capital como consumidores.

Nesse contexto, o Estado cumpre o papel de agenciar o capital estrangeiro, tornando-se um facilitador dos empreendimentos, sobretudo por meio de incentivos fiscais, isenções e concessões, viabilizaram obras de infraestruturas estaduais e federais. Hébette (2004), compreende o Estado como parte de um tripé institucional, que juntamente com o capital

privado nacional e estrangeiro, transforma as leis que direcionam e favorecem os interesses do capital internacional.

Simultaneamente à chegada das grandes empresas e instalação de toda a estrutura para viabilização dos grandes projetos, chega também uma população que traz em suas histórias de vida processos de deslocamentos, de exclusão. Eram populações que haviam sido expulsas das regiões nordeste e sudeste do país, pelas cercas dos latifúndios e pela seca nordestina. Eram trabalhadores rurais que não encontravam trabalho e nem condições de vida em suas regiões e, por esse motivo, migravam em busca das sonhadas "melhorias" de vida ou das terras do "Eldorado". Mas, também, migraram empresários que, em condições melhores, se estabeleceram na região estimulados pelo discurso "terras sem homens para homens sem terras", proferido pelo Estado em todo o país. Esse discurso considerou a Amazônia brasileira como "um grande espaço vazio" (HÉBETTE, 2004, V.I, p. 333). A Amazônia torna-se definitivamente, uma área de exploração mercantil da natureza e de marginalização da sua população.

Os planos traçados para a Amazônia brasileira por grupos internacionais e pelos militares, tinham direcionamentos específicos. Não consideraram os povos e comunidades tradicionais, como os indígenas, ribeirinhos, caboclos, seringueiros extrativistas, que viviam uma relação singular com a natureza. Eram as riquezas minerais, as enormes extensões de terra para as instalações de grandes empresas agropecuárias, as abundantes fontes energéticas naturais, dentre tantas outras riquezas, que sustentavam os interesses do grande capital.

No entanto, a diversidade dos povos com seus modos de vida próprios foi totalmente negligenciada pelo Capital e Estado, cujos interesses eram explorar as riquezas naturais da Amazônia, empenharam-se em visibilizar somente o potencial de riqueza e a capacidade de lucros da região, considerando-a de forma conveniente como "um grande espaço vazio".

O Projeto Grande Carajás (PGC), que remonta a década de 1960, traduz essa política de desenvolvimento econômico de forma muito evidente. O PGC, nas palavras de Hébette, compunha:

> [...] uma província mineral extremamente rica e diversificada em recursos (ferro, manganês, cobre, bauxita, cassiterita, níquel, ouro), com enorme extensão de terras recentemente incorporadas ao domínio privado, **limpadas de seus ocupantes tradicionais.** Comporta ainda grande parte da bacia do Araguaia – Tocantins com imensa capacidade de geração de energia elétrica. Essa área se destacou rapidamente como um dos pontos privilegiados da política de Integração Nacional. Tratava-se, obviamente, de uma integração à economia capitalista e às sociedades burguesas modernas (2004, V. III, p .61). Grifo nosso

Nesse processo instala-se na região a Companhia Vale do Rio Doce (hoje, VALE), as Centrais Elétricas do Brasil (ELETROBRÁS), as Telecomunicações do Pará (TELEPARÁ) e outras estatais. Essas empresas tinham o propósito de integrar para desenvolver a região por meio dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I e II), onde se abriram e construíram das vias de penetração da Amazônia. Destacamos nesse período a participação do Governo Estadual do Pará, que apoiou ativamente as ações federais de estruturação da região. Dada a dimensão dos projetos elaborados para a região e devido ao período militar, as ações estruturantes para a implementação dos grandes empreendimentos de "desenvolvimento" em grande parte foram associadas ao governo federal, desde o planejamento à execução das obras, no entanto, o Governo do Estado do Pará, participou dessas obras de forma conjunta e significante com o governo federal, foi fundamental a sua parcela de contribuição na estruturação da região para a implantação das grandes empresas. O Estado providenciou a abertura de importantes rodovias, que proporcionaram a penetração de contingentes populacionais de imigrantes e modificaram toda a paisagem da região. Temos por exemplo, a antiga PA-70 que hoje é um trecho da BR-222, a PA-263 que atende os municípios de Tucuruí, Breu Branco e Goianésia, entre outras. Podemos perceber, a importância dessas estradas dentro desse contexto econômico e político, a partir da reflexão de Hébette: "[...] ela não é puramente obra de engenharia, mas um ato de política, ou seja, ele repercute na vida das populações para integrá-las ou marginalizá-las, para reduzir ou reforçar distâncias sociais inter-regionais ou interestaduais. (HÉBETTE, 2004, V. I, p. 106).

Em 1970 implanta-se a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá – Santarém (BR-165) (VELHO, 1981, p.146; HALL,1991, p.30). Estas rodovias já visavam o favorecimento dos grandes projetos pecuários e agrícolas; elas eram importantes no que diz respeito às políticas de integração física e econômica da Amazônia. Para Hall, essas grandes estradas foram o maior instrumento de ocupação e expansão da fronteira, sobretudo porque, o Presidente Médici (1969 – 1974) colocava todo o processo de colonização como "uma grande obra de ajuda humanitária à região Nordeste" (1991, p. 33).

Com o início dos primeiros deslocamentos compulsórios de populações tradicionais, povos indígenas e moradores de pequenas cidades ocupantes dos espaços que seriam cortados pelas rodovias, foram obrigados a migrarem para outros espaços, ao mesmo tempo em que o Estado Civil Militar apoiava a ocupação da Amazônia por empresários da agroindústria e da agropecuária do sul e sudeste do país.

Hébette (2004, V.III, p. 59), assinala que "os colonizadores passam a impor uma forma de ocupação adequada aos seus interesses e parâmetros de ocupação condizentes com os objetivos de uma sociedade mercantilista". Desse modo, os processos de ocupação são marcados por conflitos e violências, como forma de coagir e impor os interesses dos grandes projetos aos das populações que ocupam essas regiões. Nessa mesma perspectiva Martins (1993, p.28; 1982, p.31), explica como o Estado e os empreendimentos retiram os direitos dessas populações, "o nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político que é a resistência". As famílias se opõem à forma estabelecida do projeto de "desenvolvimento".

A Amazônia oriental, até então recortada pelos rios, agora, é recortada por diversas estradas federais e estaduais e por uma ferrovia, favorecendo o escoamento das riquezas que seriam dela extraídas e recebendo produtos nacionais e maquinário para a construção de infraestruturas dos megaprojetos. Muitos empresários rurais passam a ocupar terras devolutas ou as adquirem por meio de grilagem; essas terras tornaram-se pastos e a floresta derrubada é aproveitada para o comercio madeireiro. Esse processo é marcado, ainda, por um intenso fluxo migratório, formado sobretudo por trabalhadores rurais vindos da região nordeste. (VELHO, 2001, p.146)

Com a chegada de um intenso contingente populacional, fica evidente o poder do Programa Grande Carajás (PGC). Hall o define como "o maior projeto de desenvolvimento "integrado", jamais empreendido em uma área de floresta tropical úmida em qualquer parte do mundo. (1991, p. 59). O autor destaca que o PGC possuiu quatro sustentações: um depósito de minério de ferro (Serra dos Carajás), duas fábricas de alumínio (Barcarena e São Luís) a Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (1991, p. 60).

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma das muitas obras planejadas para a Amazônia. Para o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto esse empreendimento:

> [...] iria abastecer com energia paga pelo governo federal e a sociedade as indústrias de alumínio de capital japonês, a Albrás e Alunorte, em Barcarena – PA, a Alumar, um consórcio da Billiton com a Alcoa, em São Luís – MA. As empresas beneficiam a bauxita, matéria prima para a reprodução de alumínio e alumina, extraída na região do Trombetas, Pará. (PINTO, 2010, p. 27).

A hidrelétrica foi planejada em 1973, durante o governo do General Médici, e inaugurada em 1982, no governo militar do General Figueiredo (1979 – 1985). Pinto (2010, p. 26), afirma que a hidrelétrica de Tucuruí em muito serviu para enriquecer a Construtora Camargo Corrêa, assim como subsidiar energia elétrica para as empresas multinacionais. No

entanto, em uma outra condição e lugar, do outro lado estava a população que na maioria das vezes não era percebida como relevante, exceto quando eram consideradas mão de obra para ser explorada e descartada, tão logo fosse possível.

Portanto, não me parece equivocado afirmar que a hidrelétrica de Tucuruí não tinha como objetivo o desenvolvimento endógeno da região. Aliás, é cada vez mais evidente a sua inserção em um planejamento de transferência de energia para os projetos Albrás, Alunorte e o Projeto Grande Carajás, para fora da região.

Com uma extensão de 2.430 km², a hidrelétrica de Tucuruí, é o empreendimento mais caro já construído na Amazônia, Pinto (2010), acredita que aproximadamente US$ 10 bilhões foram gastos. Construída em duas etapas: a primeira etapa de 1976 a 1992, durante treze anos, e a segunda etapa em um período de oito anos, de 1998 a 2006. Acima da Hidrelétrica, na Montante, encontra-se oito municípios: Jacundá, Tucuruí, Breu Branco, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Goianésia, Rondon e Itupiranga. Na Jusante, nove municípios: Baião, Mocajuba, Igarapé-mirim, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Abaetetuba, Barcarena, Oeiras do Pará e Moju definida também como região de integração.

Conforme Magalhães (2004, p. 67), logo após a nova conjuntura política que se estabelecia no país com a eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, os processos de luta e resistência, contra as ações da Eletronorte que foram criados na área da Jusante, com apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), de algumas cidades a montante e da Comissão dos expropriados de Tucuruí, alcançaram um resultado significativo. Os moradores da jusante da UHT, foram os primeiros deslocados *in situ* da jusante de uma barragem no Brasil a serem reconhecidos como atingidos pelo empreendimento. Fato importante para a população dessas áreas, já que, os grandes projetos hidrelétricos só reconheciam como atingidos os deslocados compulsoriamente *ex situ*.

A reconstrução da história de Jacundá inundada, é revelada pela narrativa dos seus moradores, através de suas memórias, de suas histórias particulares e coletivas. Por meio dessas histórias, se traduz os modos de vida alagados, perdidos, conforme alude Martins “a História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local, isto é, ao modo de viver a História” (2017, p. 29).

Nesse sentido, busca-se compreender a história de Jacundá a partir das narrativas de seus moradores, já que a entendemos também, como uma construção da memória social, Halbwachs analisa que, não há memória coletiva que aconteça fora de um contexto espacial

“[...] nosso espaço, o espaço que ocupamos e passamos muitas vezes de qualquer maneira, nosso pensamento a qualquer instante é capaz de reconstruir” (2017, p.170).

Martins, compreendendo a memória a partir desse autor sociólogo, declara ser ela “[...] não é um substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas nesse tipo de documento” (2017, p.50). Estão intimamente ligadas, a história do local com a história geral, entretanto, é na particularidade do local, que as histórias ganham sentido e são reveladas por meio de suas ações, na forma como os sujeitos as vivem, as percebem, as sentem; assim fazem os expropriados de Jacundá em suas narrativas e ações, se colocando na história da cidade se sentem pertencentes ao local que submerso, sumiu apenas fisicamente; pois ele está fortemente vivo em suas memórias. Expor suas histórias passadas e presentes é revelar também a violência do deslocamento promovido pela Eletronorte e pelo Estado e toda a trama social constitutiva nos enredos da desterritorialização de suas vidas. Revelar a História é também traduzir ações, esperanças, sentidos práticos e de direitos ao lugar e de reconhecimento (MARTINS, 2017, p.117).

Martins (1982), nos ajuda a refletir e compreender a História e o processo conflituoso e violento que se apresenta nas relações entre Jacundá, Arraias, Eletronorte e o Estado, já que esse autor compreende a História como resultado das ações de todos que a vivenciam. A História não é patrimônio do Estado e nem de instituições privadas, ela é, sim, vivida e construída pelo sujeito histórico-social, que a faz à sua maneira, mesmo em condições de restrição de suas liberdades quando as instituições se empenham em controlá-lo, limitá-lo. Esse movimento em contramão do controle social é por onde persiste a resistência dos grupos sociais, posto que para esse autor, no capitalismo, a história é constituída por conflitos e resistências. No caso de Jacundá, diante da perda de seu território, eles constituíram um movimento de expropriados que, até hoje, mesmo de forma mais silenciosa, luta por direitos.

Revelar a memória individual e coletiva dos moradores de Jacundá é esclarecer uma realidade histórica conflituosa, é recuperar e compreender lembranças que se tornaram fronteiras, limites, acontecimentos que construíram e formaram novas formas de sociabilidades, tradições e acordos. Compreender o processo de implementação da hidrelétrica, como diz Martins (1993), é desvelar significados dos processos vividos no passado e no presente. A memória coletiva mesmo não explicando toda a intensidade do que foi vivenciado na solidão individual, na incerteza familiar, na lembrança de uma imagem que só um viu, ela traduz a história coletiva vivida.

Halbwachs descreve para melhor compreensão da memória:

> [...] haveria motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda, diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. (2017, p.73).

A reflexão de Halbwachs nos permite compreender, no caso de Jacundá, como as narrativas sempre saem da individualidade e são contextualizadas em âmbitos coletivos, ou seja, partem de fatos vividos individualmente, mas logo em seguida, essa narrativa já faz parte do coletivo, como expõe Valentim (nov. 2017): "a minha luta é para que essa História não seja esquecida. É a memória do nosso povo, é a história da minha vida".

A partir da memória dos expropriados verificamos que o deslocamento promoveu a negação do ser, de sua história e de seu território, assim, através dela poderemos revelar a história desses sujeitos, seus sentimentos, as dores, os anseios, os medos inseridos nesse tempo que ainda são fortemente presentes no contexto atual, na Nova Jacundá. Uma história e tempo que se modificam, mas deixam marcas que perduram por várias gerações nas lembranças e na concretude da vida cotidiana. Ela também permite ver o que está fortemente vivo na vida cotidiana daqueles que foram deslocados. A memória, portanto, é essencial para o resgate dos sentidos práticos e simbólicos da vida dos grupos sociais, através dela se pode compreender as lutas sociais, pois elas exprimem um sentido coletivo. (HALBWACHS, 2017, p.73).

A memória é uma categoria relevante, para a tradução das perdas ocorridas no tempo passado e no presente, como no caso aqui em análise. Martins compreende que pela memória pode-se encontrar o acúmulo de experiências, de informações, de possibilidades dos sujeitos "...tal memória vem para fora e ganha toda sua importância". (MARTINS, 1993, p. 62).

Essa importância permite compreender, como hipótese que o lago da Hidrelétrica de Tucuruí inundou a cidade de Jacundá e transformou as condições de vida na vila de Arraias, desconsiderando os modos de vida e os direitos das populações de ambas as localidades tal como esse empreendimento hidrelétrico provocou também conflitos entre as duas localidades, com histórias e processos sociais diferentes, assim os efeitos da expropriação das populações atingidas, foram além do contabilizado e anunciado pelo empreendimento.

As reflexões realizadas sobre a construção da hidrelétrica de Tucuruí e a inundação de Jacundá nos permite sustentar que essa população vivenciou e vivencia, até hoje, um processo de abandono e de perdas que, tudo indica, não podem ser compensadas, por possuírem valor para além de um simples valor monetário. A análise possibilita, igualmente, compreender os

processos de desestruturação e reestruturação da vila de Arraias ao se tornar a Nova Jacundá. Portanto, apontamos um processo de desterritorialização e reterritorialização vivenciado por Jacundá e Arraias, comprovando nossa hipótese.

Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa da problemática apresentada, o que possibilita uma visão ampla dos processos sociais numa perspectiva dialética, considerando os movimentos e as relações sociais em suas contradições, para assim compreender a realidade narrada pelos expropriados de Jacundá. A partir de Hissa (2017), Martins (2013), Halbwachs (2017), entendemos que o imediato em nossa pesquisa, a constatação, não é apenas o grande empreendimento, é a partir dele, da hidrelétrica, que atingiremos o real, o impactado, o próprio sujeito e sua essência.

Para a construção desse trabalho adotamos alguns procedimentos teóricos e metodológicos. A pesquisa se desenvolve no âmbito do Projeto "As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país". Compreendemos a importância desse projeto para a realização das descobertas e do desenvolvimento da nossa pesquisa, a riqueza do trabalho em grupo em muito acrescentou para a construção dessa dissertação. Durante os trabalhos de campo coletamos narrativas orais de forma individual e coletiva, representações gráficas e visuais.

Pesquisamos no atual município de Jacundá, em Curionópolis e em Belém, capital do Pará. Inicialmente, foi realizado um trabalho de campo exploratório, no período de 8 a 10 de dezembro de 2017, cujo objetivo foi estabelecer os primeiros contatos com os sujeitos locais que pudessem narrar sobre a história de Jacundá. Inicialmente, um integrante do projeto, realizou um levantamento dos contatos das antigas lideranças que ainda moravam em Jacundá.

Ao chegarmos em Jacundá, numa manhã de novembro de 2017, nos dirigimos ao Museu Histórico de Jacundá, localizado no centro da cidade. Fomos recebidos pela secretária e depois, por seu coordenador que se encontrava em outro espaço da prefeitura e fora acionado por uma funcionária pública a vir ao museu para nos encontrar. Até a sua chegada, ficamos observando o museu, onde também funciona a biblioteca municipal.

Em campo estivemos "de mãos dadas" com Hissa, o conheci na disciplina de Epistemologia, e para quem a pesquisa é como "a arte de construir possibilidades de diálogo [...] conceber a pesquisa como texto que comunica e, simultaneamente, como texto feito com o outro, no mundo e com o mundo". (HISSA, 2017, p. 38) e Martins (1982, p. 181) "[...] fazer com que o ponto de vista, a lógica do oprimido, tenha lugar no mundo da reflexão científica,

técnica, etc. [...] o oprimido pode ser voz dele mesmo. É só a gente ficar atento para ouvi-la e entendê-la. Acho que essa é a questão básica". As fontes secundárias foram alcançadas através de documentos, relatórios, atas de reuniões, trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações e teses). Nossa prioridade era experimentar e compreender a "verdade" dos outros, dos expropriados, de quem estava à beira, às margens dos grandes projetos.

Naquele espaço realizamos a primeira entrevista em campo. As primeiras informações nos colocaram diante de um mundo complexo e pouco conhecido por nós. Nossa lista de contatos foi ampliada, saímos desse museu com mil questões, sem pressa de entendê-las e explicá-las. A Associação dos Trabalhadores Unidos de Jacundá (Adetuni) foi o segundo espaço visitado. Fomos recebidas pelo atual presidente que nos relatou sobre sua criação e as primeiras questões envolvendo Arraias. A relação entre Jacundá e Arraias se apresenta mais complexa, mas foi com a entrevista de uma antiga militante do Movimento dos Expropriados de Jacundá e um ex-morador da Jacundá submersa, pai do coordenador do museu e autor do livro "A história da Antiga Jacunda", que ela se impôs como uma questão a ser melhor investigada

Ao chegar na cidade nossa pretensão era descobrir os efeitos do deslocamento compulsório à vida dos expropriados da antiga Jacundá. No entanto, os relatos dos entrevistados, as narrativas das histórias vividas, nos direcionaram para um novo contexto, não muito claro naquele momento. Existia na narrativa um silêncio, a sonoridade do entrevistado nos dizia algo, no entanto, as gesticulações, as frases não terminadas, a entonação da voz escondia e anunciava ao mesmo tempo algo que ainda não sabíamos identificar naquele momento. Ao longo do trabalho de campo e das leituras nossa aproximação com aquela complexa realidade se consolida. Nesse momento, lembramos de Martins, que destaca em seus trabalhos a importante atenção do pesquisador para essa duplicidade na fala dos homens de áreas conflituosas, essa duplicidade está na fala dos sujeitos pesquisados, mas também nos olhos, nos gestos. "As poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante da ampla riqueza dessa fala dupla, que oculta e revela, com isso situa quem fala e, também quem ouve". (MARTINS, 1993, p. 33).

Seguindo nosso planejamento, nos dirigimos ao município de Curionópolis entrevistarmos uma ex-moradora de Arraias e liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá (STR), de 1985 a 1987. Essa ex sindicalista era citada constantemente nas entrevistas como uma mulher de luta em defesa dos expropriados, envolvimento que a tornou vereadora da nova Jacundá. As narrativas dos entrevistados e as observações realizadas eram

reveladoras da complexidade do universo a ser estudado, aguçando ainda mais o interesse pela pesquisa. As transcrições e a organização das entrevistas por temas como: conflitos, ações coletivas realizadas, injustiças e denúncias, chegada da Eletronorte em Jacundá, deslocamento, foram técnicas de organização do material.

Ao longo de 2018, importantes encontros foram realizados, na Universidade Federal do Pará (UFPA) com o grupo de pesquisadores participantes do projeto geral, acima destacado, com atores que vivenciaram o contexto dos deslocamentos compulsórios provocados pela construção da hidrelétrica. Tivemos a oportunidade de entrevistar um líder do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Tucuruí, ex-morador da vila Jatobal, área rural da antiga Jacundá. Em Marabá, na Unifesspa, também realizamos entrevistas com atores de origem da cidade da antiga Jacundá, atores que nasceram e viveram em Arraias, antes de tornar-se Jacundá. Também, mantivemos contatos, por telefone, e-mail e redes sociais, com dois entrevistados, Conceição e Valentim, da Nova Jacundá, que sempre se colocavam a disposição para contribuir na construção do trabalho.

Em novembro de 2018, o grupo Tucuruí, como chamávamos a Equipe da Unifesspa, integrante do projeto acima destacado, e integrantes do grupo de estudo e pesquisa em mudança social no sul e sudeste do Pará (GEPEMSPE), decidimos realizar um evento no qual tivéssemos a oportunidade de conversar com um maior número de expropriados da antiga Jacundá, aproveitando o tempo, de uma melhor forma, devido os prazos estabelecidos no projeto e dos trabalhos que o incorporavam. Desenvolvemos uma Oficina denominada “Roda de Conversa” no prédio que funcionava o Rotari Clube de Jacundá. Com a ajuda do coordenador do museu decoramos o espaço do evento com várias fotos e objetos pertencentes ao museu, o que contribuiu para despertar sentimentos e memórias entre os participantes, sem nem mesmo termos a consciência que isso ocorreria. Foram à oficina treze expropriados, em sua maioria masculina; um trabalho cuja participação fora determinante para a pesquisa por expor suas memórias individuais e coletivas, momento que afloraram sentimentos passados e presentes, fundamentais para refletirmos os processos de resistências. A oficina foi um momento marcado pela exposição e explosão de sentimentos profundos, de dores, de traumas, de lágrimas e de sonhos. Percebemos, ali, a dimensão das feridas que, ainda abertas marcam os efeitos que a hidrelétrica lhes causou. Esses sentimentos foram evidenciados através de representações gráficas que expressavam lembranças marcantes da Jacundá submersa, alguns desses desenhos são apresentados e analisados nessa dissertação.

Descobri que os efeitos da hidrelétrica também foram efeitos sentidos por minha família. A experiência adquirida enquanto pesquisadora nesse momento foi fundamental para percebermos e nos reconhecermos também como sujeitos pesquisados, posto que a realização de uma pesquisa também é a descoberta de nós mesmos que vivemos uma sociedade desigual e excludente. Perceber esse sentido da pesquisa foi importante para entender que os efeitos da hidrelétrica são gerais e não apenas locais ou localizados. Essa dimensão permitiu-nos compreender a condição de migrante, de sujeito em permanente processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, com dores, sim, mas também com sonhos.

Por falar em dores e sonhos, a memória me permitiu um vínculo nada esperado a partir de uma experiência familiar no contexto pesquisado. Uma lembrança doce e rememorada várias vezes foi sobre uma brincadeira em panos de chão sobre o piso vermelho de minha casa em Tucurí: para dar brilho ao piso encerado eu sentava nos panos de chão, feitos carrinhos, e era puxada pelas mãos; enquanto brincávamos o chão ficava cada vez mais brilhoso. Também rememorei uma lembrança de dor por ter ficado sozinha dentro do ônibus escolar, pois minha mãe não se encontrava na parada do ônibus me esperando ao retornar da escola. Essas memórias estavam em um histórico de vida, até realizar a pesquisa e, ao dividi-la com a minha família, descobri que muito antes, já havia sentido os efeitos da hidrelétrica de Tucuruí. No ano de 1982, nos conjuntos habitacionais da Cohab, em Tucuruí, havia uma casa de piso vermelho onde eu me divertia e um ônibus que levava as crianças ao colégio e as mães tinham que estar nas paradas para recebê-las, no retorno da escola às onze horas e trinta minutos, diariamente.

Memórias de um ano vivido na cidade de Tucuruí, meus pais também foram atraídos pelas promessas do "desenvolvimento", de trabalho para todos, de casa e vida melhor para a família. No entanto, ninguém espalhava a notícia de violências que se alastravam pela cidade, dos altos índices de alcoolismo e prostituição que acompanhavam o canteiro de obras da barragem. Minha mãe só suportou um ano, ela destaca: "minha filha, para viver lá, naquele momento de enxame de gente, tinha que está disposto a tudo, era muito difícil criar filho naquelas condições, eu só queria ir embora". (IRENE, jan. 2019). Minhas memórias foram contextualizadas e estou de volta a elas, agora, pelas narrativas dos expropriados de Jacundá.

O trabalho de campo foi realizado também no arquivo da CPT, em Marabá. Analisamos fotos, atas, jornais, cartas, uma fase da pesquisa esclarecedora, uma espécie de materialização das narrativas dos entrevistados. Um arquivo que tem como maior característica os processos de violência, em todas as suas possibilidades, violência física, são inúmeros os materiais que descrevem a aniquilação do homem pelo homem. A violência da natureza pelo homem, uma

devastação das florestas, dos rios, de animais acontecia paralelamente aos contextos sociais que analisamos em nosso trabalho. Na CPT, em Belém, entrevistei Antônio, um dos primeiros Padres da vila de Arraias, ele vivenciou o contexto de luta de criação da Vila, a transformação de vila Arraias em município de Jacundá. A entrevista traduziu que, todos os dias encontra novos motivos para continuar sua luta em defesa da Amazônia, contra os Estranhos, os grandes empreendimentos, as elites latifundiárias, os sistemas governamentais.

Outro caminho percorrido durante a pesquisa, se refere à revisão bibliográfica, ela se desenvolveu em conjunto com todas as outras ações e por todas as fases de construção da dissertação, fundamentando e permitindo análises a partir dos diálogos que construímos com os diferentes autores que abordam a problemática desse trabalho ou a ela se relacionaram. Conforme Hissa, "desse exercício se origina a possibilidade de construção de argumentos, e, através do diálogo com obras e autores, o sujeito da pesquisa afirma o seu próprio pensamento". (2017, p. 109).

Pesquisadores como Hall (1991); Hébette (2004); Velho (1981); Martins (1982, 1993); Dias (2014); Silveira (2001) contribuíram com a pesquisa ao nos ajudar compreender como a região Amazônica é invadida, impulsionada por um discurso governamental, com interesse de ocupação e controle das riquezas naturais. Essas leituras proporcionaram entender como a região sul e sudeste do Estado do Pará se constituiu e suas dinâmicas territoriais, mas também, sua rica cultura e seus diversos povos.

Magalhães (1988, 1995, 2007); Pinto (2010) corroboram quando a abordagem é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O que é? Para quem? O grande empreendimento da hidrelétrica é planejado e executado, devastando o território em que ela se instala, ocasionando efeitos atingidos além dos contabilizados nos documentos oficiais.

Martins (1982, 1993, 2016, 2017); Magalhães (2007) e Adorno (1993) de forma específica, são autores que dialogam sobre o que foi definido por Estranho, os impactos dos grandes empreendimentos e os expropriados que eles produzem, a determinação do capital e os conflitos consequentes. O Estranho que chega ignorando a existência da cultura local, do saber, das técnicas dos prazeres, reduzindo e invisibilizando direitos, até mesmo os aniquilando quando se colocam contra os projetos determinados pelo capital nacional e internacional. Expropria quando retira as ferramentas de trabalho, seus territórios e o direito de liberdade das populações atingidas. Uma sequência de estranhamentos vai se constituindo, entre as duas populações que são postas juntas, no entanto, reagem como se estivessem em lados opostos, dá-se início a uma disputa por direitos, reconhecimento, território e por perdas não reconhecidas,

surge também os conflitos internos, os estranhamentos de si mesmo, à sua essência, o que nos remete à coisificação do sujeito, onde o Estranho está interno, no qual o sujeito já não se reconhece mais como ele mesmo e, nem como parte do meio e do contexto em que ele está inserido.

Halbwachs (2017); Martins (1993, 2017) são os autores que conduzem o diálogo quando o tema é a memória, trabalhada como instrumento e meio para revelar a História, partindo das memórias pessoais para compor a memória social, e assim, a constituição dos eventos. Chamo atenção para os Expropriados, que a partir das suas narrativas, rememoram os eventos e se colocam dentro da história como atores/autores ativos no resgate da sua história pessoal e social no território.

Haesbaert (2002, 2007); Raffestin (1993) são os pesquisadores escolhidos para debater a temática Território, consequentemente, Territorialidade e Desterritorialização. Esses autores permitiram entender a construção e composição do território, e ainda, o processo de destruição, construção e reconstrução desses territórios e as suas implicações.

Magalhães (1982, 1995, 2004, 2007); Zhouri (2003, 2011, 2012, 2013); Vainer (1992, 2010) são os estudiosos com os quais dialoguei para compreender a abordagem Deslocamento Compulsório *ex situ*. Um processo desumanizador, que subjuga e aniquila populações em nome do "desenvolvimento" e bem-estar da nação. No caso de Jacundá, sua população é deslocada sem nenhuma possibilidade de se contrapor, alocada em um espaço já habitado e constituído por uma população com modos de vida completamente diferentes. São retirados do seu contexto de vida ribeirinha e entregues à própria sorte à beira da estrada.

Zhouri (2003, 2013); Doutriaux, Shively e Geisler; Feldman e Geisler (2012) e Vidal (2017) abordam uma categoria fundamental para nossa análise nessa dissertação, trata-se do Deslocamento *in situ.* Um contexto de invisibilização das populações atingidas que, na maioria das vezes, não são reconhecidas como atingidas. No entanto, sofrem os mesmos níveis de violência física e simbólica, pois são deslocadas sem deslocamentos físicos.

Essas referências contribuíram na construção dessa dissertação, guiando nossas análises para compreensão do objeto pesquisado. Além desses, destacamos Pollack (1992); Acselrad (2010); Almeida (1996); Viana (2003); Ortiz (1995); Dantas (2010), todos eles contribuem nas escolhas metodológicas.

Junto com essas abordagens apoiamo-nos nas narrativas orais dos sujeitos atingidos para traduzir os efeitos que a inundação da cidade de Jacundá provocou e provoca às suas vidas e consequentemente aos moradores da Vila Arraias. Em sua maioria são sujeitos militantes,

lideranças, moradores antigos e seus filhos que, de diversas formas, vivenciaram os violentos processos de deslocamentos *ex situ* e *in situ*.

Considerando o contexto de conflitos vividos, para resguardar a identidade dos sujeitos entrevistados que gentilmente contribuíram na construção desse trabalho, decidimos substituir seus nomes, assim, todos os entrevistados nesta dissertação recebem o nome de personagens que também viveram o drama dos deslocamentos, foram retirados de clássicos da literatura brasileira que retratam as migrações provocadas pelas secas nordestinas.

Os estudos de Pollack (1992, p. 8), colaboram para um melhor entendimento da metodologia da pesquisa, explicando não haver diferença entre a fonte escrita e a fonte oral, pois elas devem ser tomadas tal como ela se apresenta. O pesquisador destaca a importância do que ele chama de sensibilidade epistemológica específica e aguçada, para que os campos da pesquisa possam se abrir a partir das narrativas orais. Partindo dessa reflexão, nessa dissertação procuramos dar maior visibilidade as narrativas orais, por entendermos que para a pesquisa era necessário reconhecer esses sujeitos atingidos como sujeitos de conhecimentos, à luz de Martins (1993), entendemos que se assim não fosse, os expropriados seriam mais um Estranho na pesquisa. Essa sensibilidade epistemológica citada por Pollack (1992), foi vivenciada na construção da dissertação, seja no trabalho de campo ou nas leituras das obras acima mencionadas. À medida que as entrevistas foram realizadas, no exercício das narrativas, na fluidez das falas, por vezes engessadas e com lacunas, mas também nos silêncios presentes, os sentidos foram sendo decifrados ao longo da pesquisa.

Essa pesquisa, indica que a construção de hidrelétricas na Amazônia responde aos interesses do Capital, cujo objetivo é o lucro através da exploração da natureza e da expropriação humana. Um sistema que não tem considerado os interesses, os sonhos e os projetos das populações locais que sofrem com as perdas de seus territórios que de forma geral limita a sua reprodução social. Perdas essas que não poderão ser compensadas com indenizações financeiras por possuírem um valor para além do valor não monetário, como acredita ser possível o sistema jurídico e burocrático moderno. Os deslocamentos enfrentados pelos expropriados de Jacundá resultam do processo violento de devastação da natureza, de exclusão social e desumanização dos sujeitos.

Essa dissertação está organizada em quatro capítulos: O primeiro capítulo versa sobre a ocupação da Amazônia, até a implantação dos megaprojetos. Uma descrição dos caminhos percorridos pela pesquisa, revelando as opções teóricas metodológicas, a problemática e o objeto de estudo.

No segundo capítulo, Jacundá e Arraias: contextos e histórias em movimentos, apresentamos a cidade de Jacundá, seus moradores e seus modos de vida antes da chegada da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Há também, uma descrição da constituição da Vila Arraias, antes do deslocamento compulsório dos expropriados de Jacundá, dos modos de vida e do contexto de lutas em que estavam inseridos. Dois territórios, duas histórias em movimento no tempo e no espaço que se encontram em tensões.

No terceiro capítulo, A Hidrelétrica de Tucuruí, a chegada do Estranho. É narrada a história da chegada da Hidrelétrica, a partir da memória dos expropriados que foram entrevistados da antiga Jacundá, descrevemos e analisamos a forma autoritária em que o empreendimento domina o território, expropria e provoca o deslocamento compulsório dos moradores de Jacundá. Sistematizamos o processo do deslocamento compulsório *ex situ*, da saída de Jacundá até a chegada em Arraias.

No quarto capítulo, Uma Nova Jacundá, duas populações deslocadas. Fazemos uma descrição analítica, para compreender como se constitui a nova Jacundá, composta por duas populações com modos de vidas diferentes. A Eletronorte as coloca uma diante da outra, de forma compulsória e irreversível, fomentando e provocando conflitos entre as duas populações, que na busca por espaço e afirmação territorial não se reconhecem como atingidas pelos mesmos problemas. Identificamos os conflitos internos e externos da antiga Jacundá e de Arraias, o estado de estranhamento individualizado dos expropriados à vivência no novo contexto de vida de Arraias, assim como, identificamos e analisamos o deslocamento *in situ* vivido pelos moradores de Arraias, depois da alocação dos expropriados e da constituição da nova Jacundá. Fazemos uma descrição de como acontece o deslocamento *in situ,* a partir da chegada da Eletronorte na Vila e como a empresa se apropria do território, usando o espaço físico e transformando-o de acordo com suas necessidades. O *in situ* é um processo de exclusão silencioso, que acontece gradativamente com o passar do tempo, trata-se de uma perda de direitos humanos.

Por fim, consideramos que para atender as necessidades de grandes empresas internacionais e baseados no discurso que traz a promessa do "desenvolvimento", a Amazônia foi invadida por grandes empresas com a parceria do Estado brasileiro, para ser estruturada de forma que suas riquezas naturais fossem extraídas e gerassem lucros. Na Amazônia Oriental, os recursos minerais, hídricos, energéticos, foram dominados por empresas internacionais com o total apoio do Estado. Considerada um espaço vazio que precisava ser "desenvolvido", sua

população foi invisibilizada, subjugada, descaracterizada. Um modelo de desenvolvimento, sem compromisso social, no qual tudo gira com um objetivo final, a maximização dos lucros.

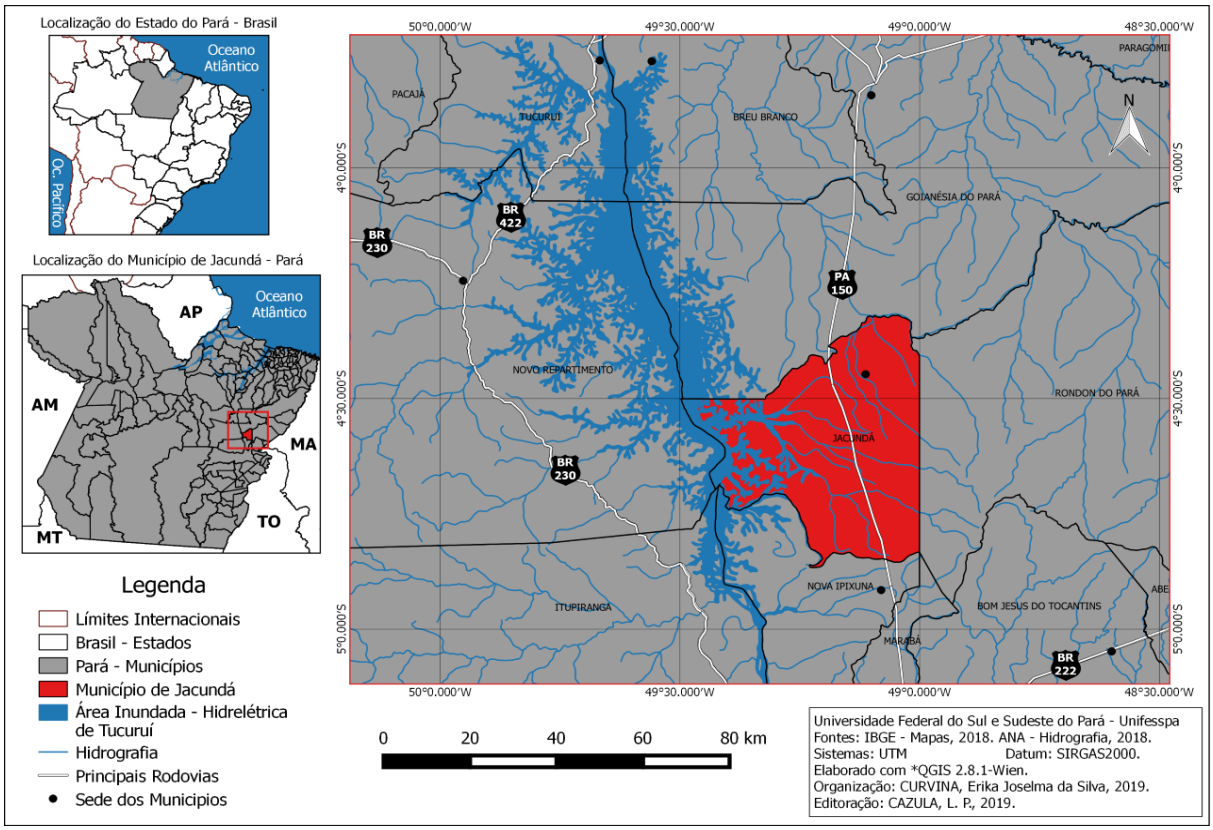
A cidade inteira de Jacundá foi totalmente submersa pelo lago da barragem de Tucuruí, sua população vivenciou um deslocamento compulsório *ex situ*, e foi deslocada para um espaço no qual já estava ocupado, com a vila Arraias. Emerge um novo município que traz consigo um histórico de conflitos e exclusões. Consideramos que a população de Arraias, localizada à montante da hidrelétrica, vivenciou um deslocamento *in situ*, violento e expropriador tanto quanto o *ex situ*. Seus direitos, suas lutas, sua história, também foram desconsideradas pela Eletronorte. Portanto, identificamos os moradores da Vila Arraias também como atingidos e deslocados pela hidrelétrica de Tucuruí, mas que não foram considerados nos números oficiais do projeto, nem mesmo, dos movimentos sociais atingidos por barragem.

2. JACUNDÁ E ARRAIAS: CONTEXTOS E HISTÓRIAS DIFERENTES

2.1 Jacundá antes da Hidrelétrica de Tucuruí

Jacundá é o nome dado a um peixe característico da região das cachoeiras de capitariquara, localizadas no rio Tocantins. Também, tem explicação em um tipo de dança que fazia parte dos rituais dos povos indígenas Gavião, presentes nessa região. (DIAS, 2014 p.09). A localidade era situada na região sudeste do Pará, à margem direita do rio Tocantins até o momento de sua inundação completa pelo lago da Hidrelétrica de Tucuruí, conforme demonstra o mapa abaixo:

Figura 01: Mapa de localização do município da Antiga Jacundá



Segundo os moradores mais antigos e Silveira (2001, p. 26), uma praia situada a 500 metros da cachoeira capitariquara, considerada a mais perigosa do rio Tocantins, servia de ponto de descanso para os comerciantes que viajavam para comercializar suas mercadorias, esse local passou a ser um ponto de entreposto comercial. Os comerciantes que viajavam de

Marabá a Belém, deixavam suas mercadorias no entreposto, elas seguiam em lombos de animais 10 km por terra, até a passagem total da cachoeira, quando eram novamente embarcadas, já em outras embarcações seguiam viagem até a capital.

Em 1915, o coronel Francisco Acácio Figueiredo funda o povoado de Jacundá (SILVEIRA, 2001 p.26). Inicialmente, sua população surge em decorrência da exploração do caucho para a produção da borracha e, em seguida, pela extração da castanha que por muito tempo foi a principal atividade econômica da região. Jacundá estava inserida no grande território chamado "Polígono dos Castanhais[2]" (EMMI, 1999). Foi durante a exploração da borracha que a localidade começou a ser povoada pelos "trabalhadores da borracha". Quando ocorreu a descoberta dos garimpos de diamante o fluxo migratório aumentou, pessoas e famílias inteiras chegavam de todas as partes, principalmente da região nordeste do país, para explorar e viver dessa atividade.

Um dos primeiros conflitos em Jacundá ocorre no período da exploração da castanha, seus moradores ao adentrar na mata em busca da castanha invadiam territórios indígenas. Sr. Fabiano narra os conflitos com os índios Gaviões, quando esses tinham seus territórios invadidos, reagiam e lutavam em sua defesa: "muitos homens foram mortos pelos índios, ninguém queria ir para mata sozinho, só saiam de grupo para poder se defender" (FABIANO, nov. 2017). Devido a esses conflitos e as mortes provocadas durante os embates com os de índios, os moradores do povoado decidiram remanejá-lo para um pouco mais abaixo do rio Tocantins, para mais próximo das cachoeiras do Itaboca e lá se fixaram.

No período que o comércio internacional da castanha obteve níveis elevados de preços, surge então lutas pelo controle das áreas produtoras da castanha; os comerciantes da região, moradores de Marabá, se aproximaram das terras a todo custo. Conforme Emmi (1999, p.76), "[...] a partir dos anos 20, a coleta da castanha passa a ser monopolizada sob formas diversas, desde os casos de compra direta ou mediante títulos da dívida pública do Estado até ao arrendamento e aforamento dos castanhais". Configura-se outro conflito vivenciado em Jacundá, quando muitos dos seus moradores tornavam-se catadores de castanha e se tornavam uma espécie de prisioneiros dos donos dos castanhais devido às dívidas que adquiriam para permanecerem como catadores nessas áreas. Esses castanhais eram controlados e organizados por homens conhecidos como jagunços, que andavam armados e mantinham os castanhais sempre protegidos, mantendo a ordem e o controle na coleta da castanha, assim como a entrada e saída dos trabalhadores dessas áreas. Em frente ao povoado de Jacundá, na margem esquerda

[2] Grandes áreas de castanhais, nas quais famílias tradicionais de Marabá, ao longo da história, usaram como instrumentos políticos e econômicos para aumentar os seus domínios. (EMMI, 1999),

do rio Tocantins, encontrava-se o povoado de Jatobal, uma localidade significativa para o município de Jacundá. Em Jatobal acontecia a baldeação das mercadorias que saiam de Marabá para Belém, assim, os comerciantes transformaram aquela margem do rio no porto de Jatobal, o que muito contribuiu para formação e crescimento daquele povoado. Os dois povoados mantinham certa rivalidade em relação à questão econômica, tanto os moradores da Vila Jacundá como os da Vila Jatobal buscavam uma maior expressão na produção de castanha e no garimpo de diamantes, devido ambos os povoados, requererem junto ao governo estadual a sede do munícipio que seria constituído na época.

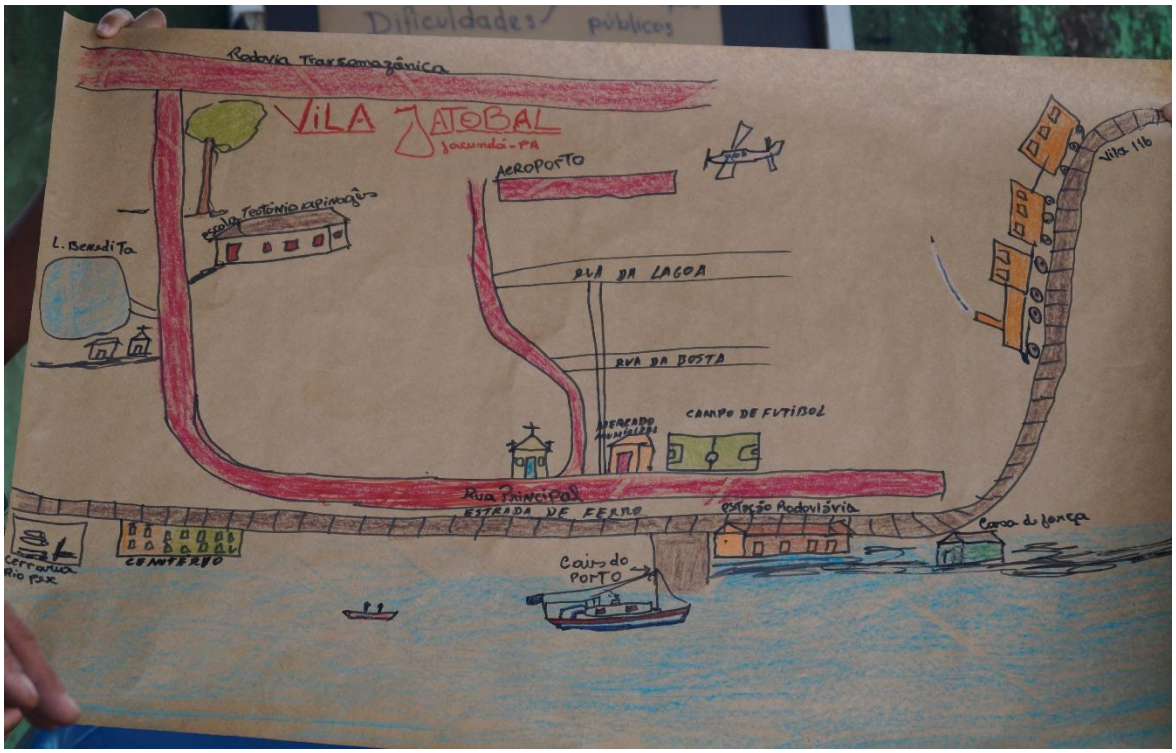


Figura 02: Representação Gráfica da Vila Jatobal.

Fonte: Chico. Relatos dos moradores. Trabalho de campo, Jacundá (nov. 2018).

Conforme Silveira (2001, p. 45), a estrada de ferro construída entre os anos de 1908 e 1946, que ligava Tucuruí ao porto de Jatobal, contribuiu significativamente para o aumento de sua população e das atividades financeiras do povoado. As pessoas que vinham trabalhar na construção da estrada de ferro, se instalavam em Jatobal, também era atraído ao povoado um pequeno comércio para suprir as necessidades mais básicas dessa população que se estabelecia.

Velho (1981), corrobora para um melhor entendimento do que vem a ser essa estrada de ferro:

> A história dessa estrada de ferro, dado que a construção de uma ferrovia foi até há pouco tempo no Brasil em geral o símbolo e o marco da prosperidade de uma economia de exportação, bem assinala as vicissitudes da economia amazônica e, particularmente, as da prosperidade apenas relativa advinda da castanha. [...] Só por volta de 1927 é retomada a construção, o que é indicio de como nessa data já se reafirmara o prestígio da área, um dos poucos focos de maior atividade econômica no interior do Estado empobrecido. Todavia, não se trata mais de um grande boom, como o da borracha, a estrada se arrasta. [...] somente em 1944-46 alcançará a localidade de Jatobal, numa distância de 117 quilômetros de Tucuruí, [...] transformando-se, tal como outras ferrovias da Amazônia, em mero expediente para contornar os trechos encachoeirados dos rios. (VELHO, 1981, p. 56 e 57).

Além da estrada de ferro, os fatores que também contribuem de forma significativa ao povoamento das vilas de Jatobal e Jacundá são: a exploração da castanha e o garimpo de diamantes. Conforme Silveira, "Jacundá daria um salto em termos econômicos e demográficos, graças à descoberta de garimpos de diamantes nas suas proximidades" (2001, p. 49 e 50). É no apogeu da exploração da castanha que alguns comerciantes da vila de Jacundá se destacaram na intermediação comercial com Marabá, ainda em Silveira (2001, p. 67): "a figura do comerciante se apresentou como destaque, configurando o monopólio político-econômico", se tornaram em seguida os personagens políticos da cidade. É através das relações políticas que as alianças são firmadas e, assim, a vila Jacundá vence a disputa com Jatobal, em 1961, e se torna a sede do município que leva o seu nome.

A partir das narrativas dos moradores, Jacundá é traduzida como uma cidade pacata, formada por ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, catadores de castanha e alguns poucos comerciantes. Possuía apenas duas ruas principais, o colégio Coronel João Pinheiro, a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da cidade, localizada no centro da cidade, e um campinho de futebol ao final de uma das ruas. Todos tinham terra para cultivo e sustento da família, o excedente era utilizado para as trocas que fortaleciam os laços de reciprocidade e sociabilidade. Em janeiro de 1977, tomaram posse da administração da cidade, o prefeito eleito Evandro Alves da Silva e seu vice Bianor Miranda da Paixão e ainda nove vereadores. Conforme Dias (2014, p.83), um mês depois, dia 14 de fevereiro de 1977, o prefeito Evandro faleceu e o vice Bianor Paixão assume seu lugar, permanecendo no cargo até início de 1982. Bianor era o prefeito de Jacundá no período que chegou a hidrelétrica, é quem administra a cidade por todo o processo do deslocamento, foi prefeito também da nova Jacundá por 2 anos.

A cidade de Jacundá possuía uma forte relação com a natureza, com o rio e a floresta. O rio para os moradores assume maior destaque, nele eram realizadas as brincadeiras das crianças, os banhos dos moradores, era a entrada e saída da cidade, dele tiravam seu principal alimento, o peixe, e com a venda dos pescados obtinham suas rendas. Era o rio que direcionava

a vida e o modo de reprodução de Jacundá. Sua economia estava baseada mais na solidariedade que no lucro. Identificamos e caracterizamos esses modos de vida, a partir, da memória, revelada pelas narrativas dos entrevistados e, ainda, pela abordagem da categoria ribeirinho em Magalhães:

> [...]apresenta em comum características sociológicas especiais resultantes da relação que mantêm com a natureza, marcadamente o rio e fartamente documentadas na literatura socioantropológica tanto quanto em romances, poesias e contos. Fala-se, em razão da especificidade aludida, em um modo de vida ribeirinho. (MAGALHÃES, 2017, p. 29).

Sentimentos de dor e saudades do passado estão presentes nas narrativas dos expropriados quando falam de Jacundá, dos momentos de lazer às margens do rio, das rodas de leitura, da vida em comunidade, dos momentos de confraternização religiosa durante os festejos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Uma vida pacata, na qual dores e alegrias eram divididas por todos:

> As pessoas não tinham vaidade, ganância para ter casa boa, patrimônio. O que eles queriam era tá com a barriguinha cheia do seu açaí, com a pesca ou a caça que era em abundância, só queriam está com a barriguinha cheia e tava tudo bom, mas era gostoso, todo mundo era amigo, todos conhecidos, muitas casas não tinham portas e as que tinham era de esteira, não tinha esse negócio de ladrão, nunca se registrou um roubo, todos vizinhos e amigos, assim era a vida de Jacundá. (FABIANO, nov. 2017).

E, ainda:

> Jacundá era pra gente um pedacinho do céu, todos ganhavam seu sustento. Éramos felizes, as pessoas que saiam para estudar fora, voltavam nas férias de julho durante os festejos da Padroeira da Cidade, era uma confraternização de toda a comunidade. (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

Essas imagens do passado são reforçadas pela "perda" de algo no presente. Halbwachs (2017), corrobora para a compreensão dessas formas e comportamentos que remetem o indivíduo às lembranças do passado, quando faz análise da relação entre memória coletiva e espaço, para o autor, a maneira que o indivíduo interage com o seu espaço, com a disposição das coisas dentro dele, a forma como ele interage com o grupo, e como esse grupo constrói um determinado espaço e se adapta ao que esse espaço lhe proporciona em relação às coisas materiais e simbólicas. As figuras abaixo representam basicamente essa análise de Halbwachs, exemplifica o interagir da população de Jacundá com a natureza, em relação a lazer, ao passar do tempo, à fartura proporcionada pela natureza e o prazer individual e coletivo de identificação com o espaço, com o modo de vida.

Figura 03: Representação Gráfica (Símbolo de Saudades)

Fonte: Valentim. Relatos dos moradores. Trabalho de campo, Jacundá (nov. 2018).

Figura 04: Representação Gráfica (Símbolo de Saudades)

Fonte: Arnaldo. Relatos dos moradores. Trabalho de campo, Jacundá (nov. 2018).

Halbwachs explica como as imagens espaciais podem se tornar fatores/instrumentos importantes para a memória coletiva.

> [...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2017, p. 159 e 160).

Um dos instrumentos que também contribui para manutenção da memória coletiva é um personagem desse contexto, que à luz de Martins (1993), o identificamos como "depositário da memória", os sujeitos mais velhos de um grupo que conhecem as histórias vividas individual e coletivamente. Em Jacundá, durante as entrevistas, encontramos um depositário da memória, Fabiano, chegou em Jacundá em 1945, migrante do Estado do Goiás, buscando trabalho e condições melhores de vida. Um olhar externo que vive todo o processo de construção, deslocamento e reconstrução de Jacundá, compreende a importância de manter viva as lembranças, a História da antiga Jacundá e de seus moradores. As memórias de Jacundá são tão importantes para ele a ponto de ter escrito um livro no qual relata a história da Jacundá submersa pelo lago da hidrelétrica.

A maioria dos entrevistados tratam a Jacundá submersa como antiga Jacundá, falam sobre a dificuldade que era viverem afastados das cidades maiores, devido ao acesso ser por terra e pelo rio, principalmente quando alguém adoecia, "não havia médico, enfermeiro, não tinha como tratar nenhuma doença mais séria, muita malária". Por isso havia um ditado popular que todos usavam na vila, "de manhã já com frio, de tarde já com febre, de noite já com Deus". No entanto, o olhar sobre o lado difícil e os problemas que vivenciavam na antiga Jacundá, em nada diminui a forma saudosista e o desejo em voltar a viver naquelas terras. A maneira como se expressam para falar dos pontos negativos que lá existiam é reproduzido por todos os entrevistados. No entanto, eles deixam claro, que nenhum dos problemas vivenciados na antiga Jacundá poderia ser comparado com os problemas que vieram a enfrentar com a chegada da hidrelétrica e o pós deslocamento compulsório. Entendemos essa ação como reflexo da memória de resistência, que exalta o território perdido em negação ao que lhe é imposto.

Ao revelar essa história pela memória desses sujeitos expropriados, que pelas lembranças reconstroem o espaço vivido em família e em consonância com a natureza, um espaço dotado de pertencimento, de história e construção coletiva. Também se resgata a memória dos conflitos, dificuldades, barreiras impostas pela natureza, pelo posicionamento

geográfico, pelo abandono governamental, mesmo antes da hidrelétrica a cidade não era atendida pelo Estado e suas políticas públicas. No entanto, o projeto desenvolvimentista imposto àqueles sujeitos foi orientado pela lógica do capital, em que os espaços e a natureza possuem significado bem diferente das lógicas que orientam a forma de vida dos atingidos. Com isso, Zhouri nos permiti entender melhor esse contexto de conflito e disputa política:

> As dinâmicas políticas e culturais desencadeadas a partir das frentes de expansão produzem novos significados para os territórios e para os grupos que os habitam. As populações locais, colocadas sob a possibilidade de usurpação de suas terras, a partir da implantação de projetos industriais, atualizam e fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de uma identidade política, de resgate e recriação de sua memória coletiva. (ZHOURI, 2011 p. 130).

Os relatos dos moradores sobre essa antiga Jacundá mobilizam uma memória de um passado bom, muito presente nas lembranças e nos desejos de resgate de uma vida que lhes fora retirada. Utilizando a memória como um instrumento de luta e resistência, os sujeitos expropriados de Jacundá pela hidrelétrica mantêm viva e presente suas histórias, suas origens, o modo de vida que lhes foi tirado e já esquecido pelos governantes e pela empresa. Halbwachs (2017) mostra que para uma melhor compreensão dessa capacidade da memória em criar e recriar esses espaços e situações vividas, "a história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo". (HALBWACHS, 2017, p. 86).

Pelas análises de Zhouri (2011) podemos complementar à compreensão de Halbwachs, a justificativa do porquê manter viva essa memória da vida passada, "o progresso nacional ou regional é menos importante do que a manutenção das condições de vida que permitiram ao longo dos anos a construção de um patrimônio familiar". (ZHOURI, 2011, p. 145). Ou seja, a hidrelétrica de Tucuruí e toda a sua produção em perspectiva poderia ser um empreendimento calculado em milhões e "tudo" valer a pena para sua construção para os financiadores e o Estado, no entanto, para a população de Jacundá, mesmo que jamais tenham pensado em impedir o "desenvolvimento", algo muito maior estava em risco, a manutenção do seu território. Suas histórias, as relações ali construídas, seus modos de vida, a natureza, as possibilidades de reprodução individual e coletiva de cada família.

O saudosismo presente nas lembranças e nos desejos desses moradores constituem a idealização de um tempo que talvez, concretamente, não tivera existido, mas que ganha força e sentido frente às mudanças que sofreram e enfrentam até o momento com a inundação de seu território. Assim, a construção social do presente se faz mobilizando, dialeticamente, um

passado melhor e um presente com perdas dolorosas ocorridas com a inundação de sua cidade e que eles sabem, não a terão mais. Dessa forma, é gerado nos expropriados um sentimento de negação a esses projetos de "desenvolvimento", contra as ações autoritárias, a violência e a devastação da natureza e do humano.

2.2 Arraias antes de Jacundá

Arraias foi uma vila fundada às margens do rio Arraia que se configurou a partir da ocupação de terras devolutas por fazendas. Localizava-se a 50 km de distância da antiga Jacundá, no Km 88 da PA-150, rodovia que começou a ser construída no ano de 1977, redirecionando o crescimento e o desenvolvimento de Arraias. A vila também foi nominada, mesmo que de maneira breve, pelo nome de Boa Vista do Pará, pertencendo ao município de São Domingos do Capim. (SILVEIRA, 2001). A ocupação promovida pelo governo militar para a Amazônia, alicerçada no discurso de integração e desenvolvimento, conduziu o processo de ocupação reconfigurando a dinâmica do local.

A vila de Arraias teve a PA-150 cortando-a ao centro e tornando-se sua via principal. Os seus moradores, assim como os de outras vilas e cidades cortadas ou localizadas à beira das rodovias em construção na Amazônia, nessa época, passavam a se relacionar de forma diferente com o rio, não mais como orientador dos seus modos de vida, "as cidades ainda localizadas à beira d'água, mas com um sentido diferente [...] a água como manancial; a estrada é que liga e comunica". (HÉBETTE, 2004, V.II, p. 53). Os rios Amazônicos sempre foram os condutores dos meios e modos de vida das populações que em suas proximidades viviam, os rios eram as principais vias de transporte, dali tiravam o alimento e o excedente para as trocas, os plantios eram feitos nas suas proximidades, e assim, se caracterizava e constituía-se o modo de vida dos ribeirinhos. No entanto, com as políticas de ocupação os rios deixam de ser os centros, o objeto que aglomerava as vilas e as cidades que se formavam por toda a região.

Com todas as políticas e planejamentos de crescimento econômico que eram elaborados para a região amazônica, uma nova população ocupa os espaços amazônicos, considerados pelo governo como "espaços vazios". Assim, aconteceu em Arraias, uma população formada em sua maioria por migrantes que chegavam de todas as regiões do país, diferenciando a vila Arraias das cidades tradicionais da região, portanto, não sendo mais o contexto de vida ribeirinha e a importância do rio já não era mais uma característica da identidade do local. O centro das relações sociais e a identidade desses novos espaços construídos às margens das estradas que

cortavam e invadiam a Amazônia, tinham como característica os intensos conflitos provocados nas disputas pela posse de terras. A reflexão de Hall confirma o contexto inicial de fundação da Vila Arraias:

> [...] sucessivos governos, por razões econômicas e políticas, subsidiaram generosamente a aquisição de terras na Amazônia por interesses comerciais e especulativos. Simultaneamente, encorajaram também os agricultores famintos de terra, expulsos do Nordeste e do Sul do Brasil, a colonizar a fronteira como solução para problemas sociais sempre mais graves nessas regiões, evitando a necessidade de estudar reformas estruturais mais fundamentais, enquanto, ao mesmo tempo, "garantiam" e ocupavam a fronteira da Amazônia por razões geopolíticas. (HALL, 1991 p. 245).

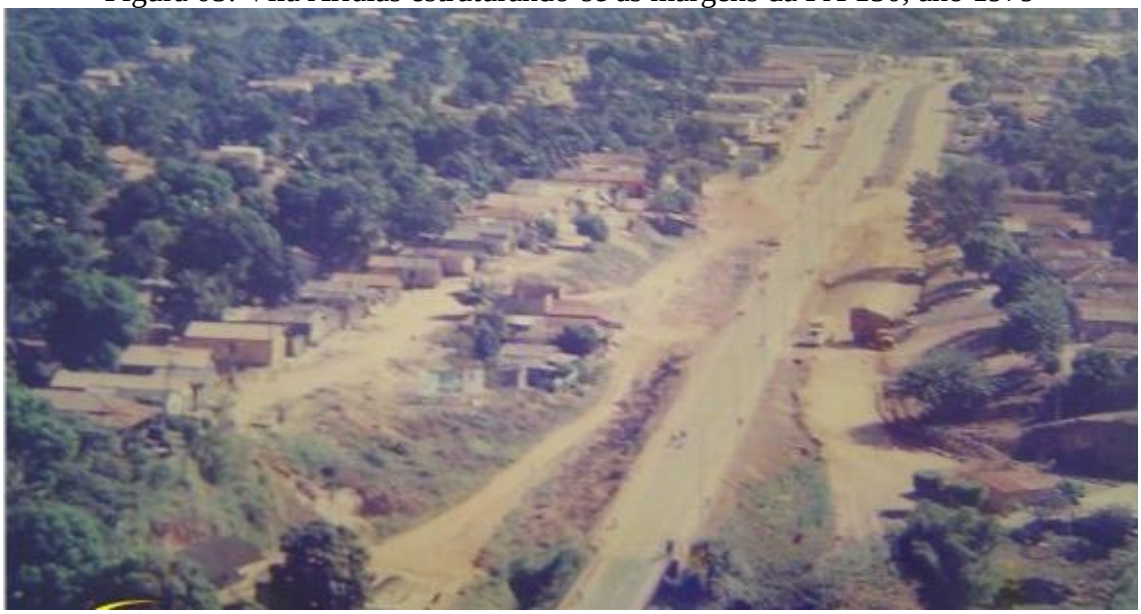
Um vertiginoso contingente de imigrantes-posseiros é atraído para a Amazônia, assim também, para a vila Arraias. O território às margens do rio Arraia passa a ser um espaço de possibilidade de reprodução social dos migrantes em busca de terras. Conforme Silveira (2001, p. 89), "as pessoas se estabeleciam, ocupando terras devolutas ou adquirindo a preços baixos as benfeitorias dos posseiros". Santos faz uma compreensão da composição e origem da Vila Arraias como espaço importante de sobrevivência e luta pela terra:

> [...] as dificuldades enfrentadas nesse processo como o fato de ocuparem uma região no "coração da selva amazônica". Da falta de infraestrutura, da pobreza material que compunha esse espaço, da dificuldade de locomoção devido às péssimas condições das estradas, da violência marcada pelo sangue de posseiros nos vários quilômetros da rodovia PA-150. (SANTOS, 2007, p. 73).

A estrutura dos acampamentos do Departamento Estadual de Rodagens do Pará (DER-PA) se instala em 1977 e tem como responsabilidade a abertura da PA-150, em muito contribuiu para o crescimento da vila, devido surgimento do comércio, das serrarias que se instalaram e de toda a estrutura que se voltava para atender as necessidades do acampamento. Hébette, faz uma análise da vila de Arraias, depois da instalação dos acampamentos e da abertura da PA-150:

> [...] embora enfrentando uma série de dificuldades, a Vila está funcionando como polo de povoamento, com seu núcleo urbano inchando rapidamente sem estar preparado para atender às necessidades da população. A defasagem entre os serviços oferecidos e a demanda torna-se mais calamitosa quando se pensa que a Vila deveria servir de apoio aos moradores dos demais núcleos urbanos e à grande parte da população rural da PA-150". (HEBETTE, 2004, V. II, p. 105).

Figura 05: Vila Arraias estruturando-se às margens da PA 150, ano 1979



Fonte: https:www.blogboitempo.com.br , acesso em Julho de 2018

Na foto acima o Trecho da PA 150 no qual a vila Arraias se expande pelas suas margens. Santos aponta em seus estudos o início dos conflitos em Arraias e das lutas que os sujeitos pioneiros enfrentavam para se estabelecer e adquirir a posse da terra:

> Com base nas datas da documentação levantada, os conflitos pela posse da terra na região das Arraias tiveram início após a abertura da rodovia PA-150. A documentação encontrada na CPT de Belém, declarações, ofícios, históricos de posses, recortes de jornais, que contém informações referentes aos conflitos ocorridos às margens dessa estrada, estão datados a partir do ano de 1978, um ano após abertura da estrada. (SANTOS, 2007 p. 49).

A análise dos dados disponibilizados pela autora, em documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), muito revela o contexto de Arraias, "[...] no município de Nova Jacundá consta um total de dezoito assassinatos sendo que dezessete aconteceram entre os anos de 1978 a 1982". Uma observação nessa afirmativa de Santos, ela utiliza o nome Nova Jacundá se referindo a esse período de final dos anos 70, no entanto, somente em 15 de maio de 1980 é que Arraias passa a ser o município de Jacundá. Verifica-se com a análise desses dados, quanto hostil e conflituosa era a região de Arraias.

Os agricultores migrantes do nordeste e sul do Brasil, viveram em Arraias dias de promessas, com a perspectiva de haver terra para todos, até o momento em que chega a estrada PA-150. As estradas tiveram significativa importância para a política de ocupação territorial da Amazônia, a PA-150 contribuiu para que Arraias se tornasse um núcleo urbano com crescimento desordenado, com sujeitos que chegavam em busca de terras prometidas. A estrada

e os planos econômicos para a região, transformam a concepção do significado da terra, mudança essa, que Martins irá definir de forma antagônica como "terra de trabalho e terra de negócios"[3].

> [...] em algumas regiões tem sido possível, nos últimos vinte anos, observar a passagem das migrações espontâneas, decorrentes da saturação da terra, para as migrações forçadas pelas expulsões violentas da terra. [...] quando a pressão se combina com a falta de alternativa, surge o conflito, como ocorreu em vários pontos do sul do Pará. A história recente das lutas camponesas no Brasil tem, aliás, mostrado abundantemente que, mesmo quando não se configura a falta de alternativas, os camponeses ameaçados optam pela luta pela terra, pelo questionamento seja dos supostos direitos dos alegados proprietários, seja da própria legitimidade desses direitos. (MARTINS, 2016, p. 150, 151).

Essa reflexão coloca em relevo as tensões e a complexidade de um território em disputa por atores diferentes: agricultores, posseiros, grileiros, fazendeiros, latifundiários, situação a ser ainda mais complexa com a chegada dos moradores deslocados de Jacundá.

Na CPT em Marabá, encontramos dados de como era a vida em Arraias. Relacionando às entrevistas, verificamos que os relatos afirmam a violência, mandos e desmandos da região. Com o arquivo da CPT Marabá, equiparamos a memória dos entrevistados, às reportagens e imagens de jornais, cartas escritas à mão pelos moradores da vila, destinadas às autoridades, fotos e atas de reuniões. Construímos então, uma visão holística de Arraias, para uma melhor compreensão dos acontecimentos que a partir do final da década de 70 vão surgindo naquele território:

> [...] o clima de terror e insegurança é causado pelos grileiros e fazendeiros que se apossam de diversas glebas de terras (três mil hectares cada uma) e dizendo-se proprietários, cedem uma área aos posseiros obrigando-os a trabalharem no regime de "meia", ou seja, lavrando a terra e dando metade de tudo que for colhido a eles. Nenhum desses fazendeiros apresentou até hoje, documento que comprove a propriedade e o governador Alacid Nunes chegou a declarar que na PA 150 as terras eram devolutas, e ninguém tem título de posses. Irmã Dorotéia diz: os grileiros podem ocupar milhares de hectares de terras devolutas e não são considerados invasores. Os posseiros são expulsos" (JORNAL O ESTADO DO PARÁ, 21.08.79. CPT – Marabá, dez. 2018).

> [...] vivemos dias de aflição em meio a essa "corrida pela terra", é urgentíssimo que o governo federal, bem como o Estadual, escute o clamor do povo, e busque, com este mesmo povo, os caminhos de uma política fundiária corajosa e justa. É urgentíssimo que órgãos como o INCRA e o INTERPA sejam verdadeiramente integrados por elementos que tenham coragem de recusar as tentações dos lucros pessoais e das alianças com os donos do dinheiro para sentirem em profundidade o drama do pequeno lavrador, do posseiro, do pobre homem que busca um pedaço de chão para seu trabalho e tranquilidade de sua família. (BISPO DE MARABÁ DOM ALANO, JORNAL O ESTADO DO PARÁ, 21.08.79. Marabá, dez. 2018).

[3] Ver conceitos em, Expropriação e Violência, a questão política no campo (MARTINS, 1982).

Nas reportagens que circulavam nos jornais da época identificamos o nível de violência e o contexto de conflito que viviam os moradores de Arraias, uma disputa desigual e injusta por terras. Os posseiros que chegavam de todas as partes, na expectativa da terra para trabalhar, chegavam e se deparavam com uma realidade bem diferente das anunciadas nas campanhas nacionais de ocupação da Amazônia. Esses agricultores/posseiros se estabeleciam em Arraias cheios de expectativas e esperança de terra para trabalhar e oferecerem melhores dias às suas famílias, mas também, com disposição para o enfrentamento, "a luta que fosse necessária seria travada, eles não viam outra possibilidade" (ANTÔNIO, dez. 2018). Deixavam suas terras de origem, suas famílias, costumes, iam em direção a um território desconhecido, hostil, violento. Ali não se permitiam outra opção, que não fosse lutar por direitos. Encontravam apoio das famílias que já estavam instaladas na vila, assim como da Igreja, através dos seus missionários. Um período de desestruturação social, mas, dialeticamente um período de estruturação, de constituição e fortalecimento dos movimentos de resistência e luta. Faltava-lhes tudo, estruturas básicas como: educação, saúde, segurança, mas nada era suficiente para eliminar a esperança daqueles migrantes, de fazê-los desistir da busca pela terra e de sua reprodução social.

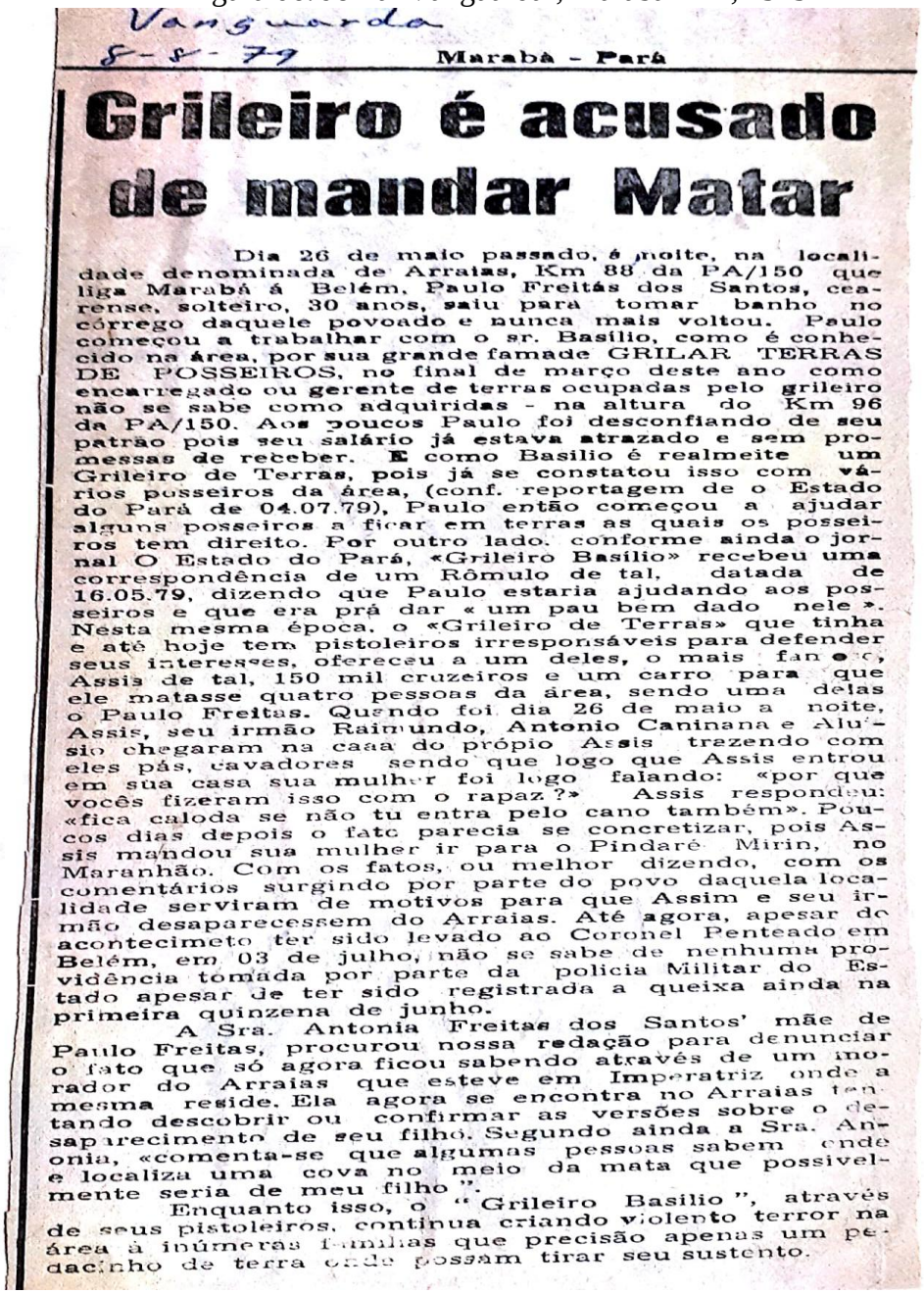
Podemos compreender a história de Arraias a partir das reflexões de Martins, ao analisar as regiões de fronteiras como espaços de conflitos, "uma história de destruição, mas também de resistências, de revolta, de protestos, de sonho e de esperança [...] a fronteira é essencialmente **o lugar da alteridade**". (MARTINS, 2016, p.132). E, ainda,

> [...] camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam o direito à terra. (MARTINS, 2016, p. 133).

Esse contexto de lutas e violência também é confirmado na reflexão de Hébette, "a zona mais quente de conflito é a situada próximo à cidade de Arraias, onde grileiros do Maranhão praticavam uma série de desmandos". (2004, p. 87).

Muitas eram as notícias que relatavam a violência e os inúmeros assassinatos que ocorriam nas disputas por terras entre grileiros e posseiros em Arraias, tanto os jornais de Marabá quanto os da capital, Belém, relatavam o caos vivido pelas populações que lutavam por terras, para plantar e sustentar suas famílias. A imagem seguinte é um exemplo das notícias rotineiras no cotidiano de Arraias e região:

Figura 06: Jornal Vanguarda[4], Marabá –PA, 1979



Vanguarda
8-8-79 Marabá - Pará

Grileiro é acusado de mandar Matar

Dia 26 de maio passado, à noite, na localidade denominada de Arraias, Km 88 da PA/150 que liga Marabá á Belém, Paulo Freitás dos Santos, cearense, solteiro, 30 anos, saiu para tomar banho no córrego daquele povoado e nunca mais voltou. Paulo começou a trabalhar com o sr. Basilio, como é conhecido na área, por sua grande famade GRILAR TERRAS DE POSSEIROS, no final de março deste ano como encarregado ou gerente de terras ocupadas pelo grileiro não se sabe como adquiridas - na altura do Km 96 da PA/150. Aos poucos Paulo foi desconfiando de seu patrão pois seu salário já estava atrazado e sem promessas de receber. E como Basilio é realmeite um Grileiro de Terras, pois já se constatou isso com vários posseiros da área, (conf. reportagem de o Estado do Pará de 04.07.79), Paulo então começou a ajudar alguns posseiros a ficar em terras as quais os posseiros tem direito. Por outro lado. conforme ainda o jornal O Estado do Pará, «Grileiro Basilio» recebeu uma correspondência de um Rômulo de tal, datada de 16.05.79, dizendo que Paulo estaria ajudando aos posseiros e que era prá dar « um pau bem dado nele ». Nesta mesma época, o «Grileiro de Terras» que tinha e até hoje tem pistoleiros irresponsáveis para defender seus interesses, ofereceu a um deles, o mais fan●●●, Assis de tal, 150 mil cruzeiros e um carro para que ele matasse quatro pessoas da área, sendo uma delas o Paulo Freitas. Quando foi dia 26 de maio a noite, Assis, seu irmão Raimundo, Antonio Caninana e Aluísio chegaram na casa do própio Assis trazendo com eles pás, cavadores sendo que logo que Assis entrou em sua casa sua mulher foi logo falando: «por que vocês fizeram isso com o rapaz?» Assis respondeu: «fica caloda se não tu entra pelo cano também». Poucos dias depois o fatc parecia se concretizar, pois Assis mandou sua mulher ir para o Pindaré Mirin, no Maranhão. Com os fatos, ou melhor dizendo, com os comentários surgindo por parte do povo daquela localidade serviram de motivos para que Assim e seu irmão desaparecessem do Arraias. Até agora, apesar do acontecimeto ter sido levado ao Coronel Penteado em Belém, em 03 de julho, não se sabe de nenhuma providência tomada por parte da policia Militar do Estado apesar de ter sido registrada a queixa ainda na primeira quinzena de junho.

A Sra. Antonia Freitas dos Santos' mãe de Paulo Freitas, procurou nossa redação para denunciar o fato que só agora ficou sabendo através de um morador do Arraias que esteve em Imperatriz onde a mesma reside. Ela agora se encontra no Arraias tentando descobrir ou confirmar as versões sobre o desaparecimento de seu filho. Segundo ainda a Sra. Antonia, «comenta-se que algumas pessoas sabem onde e localiza uma cova no meio da mata que possivelmente seria de meu filho ".

Enquanto isso, o " Grileiro Basilio ", através de seus pistoleiros, continua criando violento terror na área à inúmeras famílias que precisão apenas um pedacinho de terra onde possam tirar seu sustento.

Fonte: Acervo CPT – Marabá (dez. 2018)

As notícias divulgadas nos jornais da época naturalizavam a violência encomendada e estabelecida pelos grileiros, através dos pistoleiros. Violência, na verdade, resultado de um processo de poder jurídico e burocrático estabelecido que legitimava o pistoleiro, por outro lado, esse personagem se configurava como a personificação da ausência do poder da ordem e

[4] A transcrição dessa figura encontra-se no Anexo C deste trabalho, p. 130.

segurança negado pelo Estado à essa população, assim como, da ordem e da lei imposta pelos detentores do dinheiro.

Vicente foi posseiro em Arraias, paranaense, chegou sem planos de ficar. No ano de 1979, impulsionados pelas propagandas do governo, ele e seu irmão saíram do Paraná rumo à Altamira, quando pararam para visitar uns amigos que se encontravam em Arraias, foram convencidos a ficar na vila. Vicente e seu irmão foram trabalhar com a compra e venda de arroz. Logo ele entrou para a equipe da Pastoral da Terra da PA-150 nas Comunidades Eclesiais de Base. Conforme Santos (2007, p. 85), "os padres Paulo Joanil, Humberto Hialland e a irmã Dorothy Stang, [...] desenvolveram trabalhos junto aos moradores da rodovia no momento em que a região passava pelo conflituoso embate da luta pela posse da terra". Vicente tornou-se amigo e companheiro de luta da irmã Dorothy. Durante a entrevista, se emociona, chora por alguns instantes quando precisa narrar suas memórias dos anos de amizade e luta ao lado dessa freira violentamente assassinada[5].

Tem em memória a rotina diária de Arraias como uma vida de muito trabalho, durante o dia os homens entravam na mata, abrindo áreas, plantando mandioca, abóbora, feijão, fazendo suas roças para garantir o sustento da família e a noite trabalhavam na construção de suas casas e na abertura de ruas, assim aos poucos iam estruturando a vila.

> [...] também havia os que passavam praticamente a semana no mato, nas suas posses, fazendo aberturas, no fim de semana, na vila, faziam reuniões, faziam as trocas e vendas na feira, uma vida de luta. Um trabalho duro, era um povo rural. (VICENTE, nov. 2018).

Em relação às reuniões as quais ele faz referência, explica:

> [...] os grandes posseiros chegavam com contingente muito grande de pistoleiros, não sei onde ia chegar tanta violência, era demais, tinha muito confronto armado, uma luta muito grande. Os agricultores tiveram que se armar para se defenderem, tinham conflitos pesados. Era um grupo muito significativo de pessoas que tinham clareza do que tinham que fazer, para alcançar aquilo que nós achávamos necessário era preciso se organizar, senão não íamos conseguir vencer a luta. Com esses fizemos grupos, fundamos associação, partido, essas coisas. (VICENTE, nov. 2018)

Podemos identificar esses homens e suas organizações sociais, descritos por Vicente com as mesmas perspectivas apontadas nos estudos realizados por Martins (2016), quando o autor em suas pesquisas define a fronteira, como o lugar mais privilegiado para uma

[5] A Irmã Dorothy Stang foi assassinada, com seis tiros, um na cabeça e cinco ao redor do corpo, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapú, no Estado do Pará. Os motivos do crime foram devido à luta que até aquele momento ela ainda travava na defesa de uma reforma agraria justa e responsável para os homens do campo (https://www.memorialdademocracia.com.br/card/assassinato-de-dorothy-stang-choca-o-pais)

observação sociológica; é na fronteira que tomamos conhecimento dos efeitos das construções e reconstruções dessas sociedades e como lá os homens se encontram e desencontram.

> No meu modo de ver, a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira e de sua importância e de sua importância histórica não é o chamado *pioneiro.* A figura central e mitologicamente explicativa é a *vítima.* É na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características das regiões essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades ... [...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, *fronteira do humano* (MARTINS, 2016, p.10 e 11).

Os posseiros de Arraias, como esses homens de fronteiras, como vítimas dos grandes empreendimentos, chegam para viabilizar seus planos, mas também acabam contribuindo para a realização dos planos do Estado e das grandes empresas.

Jacundá e Arraias eram separadas geograficamente por uma distância de 50 km, mas não se diferenciavam muito no que diz respeito ao acesso, às infraestruturas como: escolas, postos de saúde, segurança, saneamento básico, transporte. Jacundá com um modo de vida voltado à exploração dos recursos da natureza enfrentou disputas para a garantia de seu território. Arraias, diferentemente é constituída por famílias migrantes que chegavam na busca de trabalho e de terras para a garantia da sua reprodução, essas famílias encontravam um ambiente hostil e dominado pelos latifundiários detentores de poder e de apoio do Estado.

3. A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ, A CHEGADA DO ESTRANHO

> Os moradores que tinham condições melhores, logo que ficaram sabendo da construção da barragem começaram a sair da cidade, muita gente foi morar em Marabá, outros foram pra Tucuruí e mais uns tantos voltaram para suas cidades, espalhou gente nesse mundo todo, mas tinha nós, que não tínhamos condições de sair e largar nossas coisas, tudo que nós tínhamos estava lá, ficamos esperando a Eletronorte fazer nossa mudança e acreditando que a vida ia melhorar, que o desenvolvimento estava chegando, mesmo a gente tendo medo da mudança, a gente queria acreditar. Pois a Eletronorte era nossa inimiga em 80% porque ia cobrir tudo com água, inundar nossa cidade, mas era amiga em 20% já que ia trazer a energia que nós não tinha e junto vinha a geladeira, a televisão, o ventilador. (FABIANO, nov. 2018).

> Eles entravam nas nossas casas, media o tamanho de tudo, casa, terreno, roça, anotavam tudo que tinha dentro da casa, quantos porcos, quantas galinhas, até quantos pés de fruta e quais eram eles anotavam, diziam que tudo aquilo que tínhamos seria pago, mas que no pagamento só iam pagar pelas coisas que tivessem naquela lista, então tava todo mundo proibido de tirar ou colocar qualquer coisa a mais, nem um prego era pra bater numa parede, que não pagariam por ele. (CONCEIÇÃO, nov. 2017)[6]

A narrativa da Conceição descreve o período dos anos de 1977 e 1978, quando a Eletronorte chega em Jacundá realizando o cadastramento da população e de todos seus pertences materiais. O medo se fez presente! Vainer (1992, p. 48), analisa a violência e a intolerância como características inerentes a esses tipos de projetos de desenvolvimento com barragens. Na impossibilidade de outras opções, o deslocamento já se apresenta de forma inevitável, compulsório e forçado. Conjuntamente, as empresas e o Estado, definem ações planejadas anteriormente, à construção da barragem e denominadas de critérios técnicos sem qualquer tipo de consulta à população. Somente no período de execução do projeto a notícia chega aos que serão atingidos, já sem possibilidades de reversão ou reações.

A dinâmica de instalação da hidrelétrica de Tucuruí para a antiga Jacundá transforma completamente suas vidas e de forma violenta**.** Os moradores passam a viver em um período de constantes ordens, a liberdade lhes foi tirada, nem plantar para o sustento da família podiam mais.

Esse contexto é analisado por Martins (1993, p. 13), a partir de uma categoria analítica que ele define "O Estranho", ao se referir aos processos de encontros e desencontros, de estranhamento, da dificuldade de aceitação do outro, no caso, outros sujeitos. O autor conceitua de Estranho todos os atores que contribuem para a aniquilação dos marginalizados,

[6] Todos os entrevistados narraram esse processo de levantamento da mesma forma que o relato da Conceição, por isso apresentamos o dela, mas pensamos ser importante esse esclarecimento.

transformando-os, homens e mulheres, em vítimas, que no caso de Jacundá, são homens, mulheres, crianças e a natureza, desconsiderados na planificação e implementação dos chamados "grandes projetos de desenvolvimento" na Amazônia, que com todo seu aparato jurídico, burocrático e técnico, com pressa na retirada estabelece e define uma nova ordem um novo caminho a ser seguido pela população, sair do seu local e ir para um lugar desconhecido. Transforma o cidadão ribeirinho, o índio, as populações tradicionais, em atingidos, em vítimas.

> Essas populações têm vivido e sofrido o impacto do estranho, que não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais... [...]assim como a devastação da floresta destrói definitivamente espécies vegetais úteis, a devastação ou a mutilação de grupos sociais diferentes do nosso suprime modos de viver e de pensar, bem como destrói saberes que representam um germe de alternativa para a desumanização acelerada que estamos vivendo. (MARTINS, 1993, p. 12)

Portanto, à luz de Martins, entendemos/conceituamos a Eletronorte e todo o seu aparato de destruição, transvestidos pelo discurso de desenvolvimento e legitimados pelo Estado e capital externo, como "o Estranho", aqueles que vêm de fora, são eles os intrusos e protagonistas de uma tragédia social, anunciada pela empresa como a saída do atraso, a possibilidade de fazerem parte de uma "sociedade desenvolvida" na qual todos teriam acesso às suas benesses. Plantando uma expectativa pela promessa lançada, conseguem silenciar uma espécie de concordância pela maioria da população em relação às ações autoritárias e usurpação da vida e dos bens daquela gente. A empresa chega com seu planejamento:

> Era um governo militar, e ninguém se colocou contra, ou questionou, existia o medo, a incerteza, a gente não sabia como agir, no início ninguém questionou por direitos, não houve resistência. E depois que abriram a rodovia transamazônica, diminuiu muito o transporte pelo rio e isso diminuiu muito o movimento na cidade, a gente sentia que ficamos meio isolados. Então, muita gente achou que era a oportunidade de ter uma vida melhor, em um lugar com mais estrutura. (CONCEIÇÃO, nov. 2017)

Conceição, moradora de Jacundá, explica que boa parte dos moradores aceitaram, inicialmente as propostas da Eletronorte, que tinha um discurso de vida melhor, com direitos garantidos, habitação, saúde, educação, lazer, portanto, com a oportunidade de recomeçarem uma nova e moderna vida. Para essa narradora, a justificativa da aceitação pacífica das propostas e do deslocamento pela maioria da população é resultado das falsas promessas, ou seja, da ideologia empresarial imposta à população. Considera essa narradora, entretanto, que essa aceitação era permeada por incertezas e temor pela mudança, de deixarem suas terras, seus

hábitos, suas histórias, a oportunidade de proporcionar uma vida com mais possibilidades para seus filhos era bem vista para a grande maioria.

Conforme Alfredo Wagner, estudioso dos impactos desses grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, essa ação da empresa de alicerçar suas promessas no discurso da modernidade e do desenvolvimento, nasce primariamente da necessidade que ela tem em desqualificar as pessoas e o território, são caracterizados como atrasados, empecilhos ao desenvolvimento. A ideia de bem comum e interesse da nação, justifica a mutilação das comunidades locais e seus territórios.

> Camponeses e índios são imaginados como praticando uma 'agricultura de subsistência' e um extrativismo artesanal, sem qualquer integração com os circuitos de mercado. São representados como 'desvalidos' em oposição a um deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de 'se modernizarem'. A ideologia autoritária ignora, pois, as suas funções econômicas de abastecimento dos núcleos urbanos regionais e do fornecimento de matérias primas para o setor industrial, tanto quanto ignora suas condições reais de existência. (ALMEIDA, 1996 p. 53).

Hébette (2004, V. III, p.150), é enfático quando afirma que esses grandes projetos vêm para região amazônica somente para atender interesses externos e são totalmente alheios aos interesses das realidades sociais locais. O que é pensado para o local são as formas de extração e posse dos recursos existentes na região. Quando a Eletronorte se apropria de Jacundá, tudo passa a girar em torno da mercadoria: sujeitos e natureza passam a ser definidos diferentemente. Homens se tornam coisas, a hidrelétrica nega àquela população a sua condição de ser, inclusive de permanecer no seu lugar. A mercadoria, a energia elétrica, vai ser produzida e todo o desenvolvimento que poderá vir m a partir dela, é mais importante que qualquer natureza ou modo de vida que lá esteja. Hébette analisa que:

> Em outros termos, trata-se de planos que vêm de cima para baixo, que caem num terreno que não é preparado para eles, que foram elaborados sem a participação da coletividade e sem atenção a seus problemas. Neste sentido, constituem-se em projetos agressivos, representam uma agressão à região e às suas comunidades. (HÉBETTE, 2004, V. III, p. 150).

A História de vida dessa população, seu espaço físico e social, seus planos e sonhos, tudo passa por um processo de coisificação, onde o sujeito só tem valor de troca, de indivíduo burocrático a receber uma indenização. Pode-se interligar esse contexto às análises de Marx (2013, p. 210), e recorrer à crítica Marxiana do fetiche da mercadoria. O capitalismo produzindo fantasmas, ilusões, valorizando as coisas em detrimento do ser. A mercadoria passa à condição de ser, ela é a essência de todos os contextos de lutas e conflitos, o jogo que

alimenta as relações. No deslocamento compulsório de Jacundá a mercadoria/energia é a essência de todo o contexto de lutas e conflitos, ela torna-se uma espécie de deusa-mercadoria, "onipotente, onipresente, onisciente". Tudo e todos serão julgados, tratados, banidos, inclusos, conforme as necessidades e o bem maior da deusa-mercadoria/energia. Todos passam a ter valor de troca, os bens, o território, a natureza e o próprio homem são contabilizados. "...como já disse Marx, as pessoas se relacionam umas com as outras como se fossem coisas e as coisas – as mercadorias – se relacionam, se trocam entre si, como se fossem pessoas, dotadas de saber e vontade". (MARTINS, 1982, p. 148).

Conforme Martins (1993, p. 62), é nesse momento que as várias formas de apresentação do sistema capitalista se mostram, a ideologia empresarial, se impõe com seu argumento técnico e solução de vida para aqueles moradores, ao mesmo tempo que lhes tira seu território, os expropria tirando suas ferramentas de trabalho, de reprodução social, transformando-os em mão-de-obra livres e necessitados de postos de trabalho, fortalecendo o sistema dominante. Hébette enfatiza que a Eletronorte não se importava com as terras que seriam alagadas ou com quanto de entrave social poderia ser gerado a partir do alagamento daquelas terras, "pouco importa, já que é valor de troca e não de uso" (HÉBETTE, 2004, v. III, p. 154). O significado de terra para Eletronorte se resume em lucro, portanto, só possui valor de troca. Com isso, a empresa acreditava que os problemas seriam resolvidos com os pagamentos indenizatórios. Portanto, Hébette afirma: "Nessas condições, duzentos mil hectares de terra alagados pela represa do rio Tocantins têm pouca importância, porque tem peso mínimo nos custos da empresa. Custo social fica por fora da contabilidade". (HÉBETTE, 2004, v. III, p.153).

Para a Eletronorte, assim como para todos os grandes empreendimentos capitalistas, tudo se resume de forma simples e clara, em números. A empresa substitui a casa, a terra daquela gente e declara problema resolvido. Hébette sintetiza e corrobora com nossos estudos, quando analisamos o contexto dos deslocamentos como autoritário, no qual as populações atingidas são totalmente invisibilizadas diante dos propósitos dos grandes empreendimentos:

> Na verdade, é uma organização social que é atingida, um ambiente de vida onde a população tinha lentamente desenvolvido seus laços de parentesco, de amizade e vizinhança, plantando seus pomares, criando suas escolas, suas áreas de lazer, seus centros de culto. É tudo isso que é destruído e que deveria, pelo menos, ser restituído nas mesmas condições. Não é substituível por qualquer terra pedregosa e sem água, por qualquer casa. O capital não entende a linguagem das relações primárias; sua racionalidade é de lucro, de produtividade, do tempo de trabalho; é a racionalidade das relações mercantis. Essa diferença torna o diálogo entre as partes – os camponeses e os índios por um lado, o capital por outro – quase impossível. (HEBETTE, 2004, v. III, p. 151).

Consequentemente, na impossibilidade do diálogo, identificamos que em algumas narrativas há relatos da existência de resistências às determinações da empresa; algumas famílias se recusaram a aceitar viver longe de seu território, de seu rio, de suas terras. Um bem natural daquele contexto estava em disputa, no entanto, com conceito e valores totalmente antagônicos, a água. Para a Eletronorte os milhões de metros cúbicos, também eram milhões em moeda, em mercado. Enquanto que para as populações atingidas e expropriadas ela tinha valor incalculável, era meio de vida, água para beber, fonte de alimento com a pesca e a irrigação, era transporte, a riqueza da água valorada a partir de significados diferentes, um de uso outro de troca. "Para a Eletronorte, a água tem apenas significado para fazer lucro; ela é perfeitamente substituível por material radioativo ou pela radiação solar, o determinante da escolha sendo apenas a taxa de lucro". (HÉBETTE, 2004, V. III, p. 152).

Portanto, não foi consenso, entre as famílias, sobretudo de origem da região, que sempre tiveram sua história e contexto de vida ribeirinha, saírem do local, elas se recusaram e, ali permaneceram até o último momento do alagamento; sem opção, partiram para as ilhas mais próximas ou para as cidades às margens do rio, como Itupiranga e Tucuruí. As famílias cuja trajetórias históricas se diferenciavam, eram as migrantes que foram para Jacundá em busca de condições melhores de vida, durante os ciclos do caucho, da castanha, do diamante e, mudar de lugar não se constituía um problema, pois já haviam vivenciado processos de mudanças, de abandono da sua própria história, de desestruturação familiar, de reprodução social, de fragilização psicológica e emocional.

Ao analisar o processo de deslocamento compulsório de populações e a forma ditatorial dos grandes projetos, Martins descreve:

> Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 63)

Nesse sentido, Martins reflete os governos militares como:

> Uma espécie de sucessão republicana do absolutismo monárquico. Têm sido governos baseados na restrição dos direitos civis, na restrição da participação política, ao mesmo tempo que são governos desenvolvimentistas e modernizadores. (MARTINS, 1993, p. 63).

A possibilidade de mudança com o apoio da empresa foi dada à população caso aceitassem de forma pacífica serem alocados na Vila de Arraias, que pertencia ao município de

São Domingos do Capim, localizada a 50 km de Jacundá, às margens da PA 150. Para os entrevistados a rapidez e perspicácia da Eletronorte em obter assinaturas dos contratos e o estabelecimento de "acordos" unilaterais de indenização, favoreceram a empresa já que a grande maioria dos moradores eram incapazes de ler e compreender as laudas dos contratos:

> A Eletronorte começa a negociar e pagar a indenizações aos seus donos. Para muitos deles que sempre viviam da pequena produção de seus roçados e de pesca e nunca tinham pego de uma só vez a quantia nem de mil cruzeiros, a moeda da época, quando receberam dois, três, quatro ou mais cruzeiros, acharam que estavam ricos e se envaideceram. Faziam farras, compravam rádios, aparelhos de som e outras coisas de pouca utilidade e não demorava ficar sem dinheiro, sem casa para morar e sem nada. (DIAS, 2013, p. 43)

É oportuno remetermo-nos ao fetiche, à magia do dinheiro, o bem-estar e a sensação inebriante sentida por quem tem a posse do dinheiro. Identificamos nas narrativas de alguns expropriados a decepção pelos que se renderam sem resistência às propostas da Eletronorte, pelo fascínio das promessas. A empresa prometia uma cidade ainda próxima ao rio, já que essa era uma grande preocupação para a população de Jacundá, sair das margens do Tocantins. Na cidade prometida haveria água, energia, casa boa, estruturas públicas ideais para saúde, educação, os deslocados receberiam sua cidade de volta e em melhores condições, uma cidade com novas perspectivas, impulsionadas pelo desenvolvimento proveniente do grande empreendimento que ali chegava.

Esse fascínio nascido nas promessas da empresa, na possibilidade do ter mais, na busca por sensações que a posse do dinheiro venha proporcionar, nos permite fazer uma conexão com a lenda de Fausto, um doutor alemão do século XV, obcecado por conhecimento, posses e prazeres, faz um acordo com Mefistófeles, o diabo, que o permite alcançar a posse do dinheiro, conhecimento, amores, tudo como benesses desse acordo, no entanto, é cobrado severamente no final da sua vida por ter vivido sob a proteção de Mefistófeles. Conforme Nery (2002, p. 51), Lutero e seus pastores por muitos anos usaram de várias formas essa literatura na doutrinação dos seus fiéis:

> Embora não se tenha detalhes da morte, fica claro que Mefistófeles cobra o acordo firmado e retém para si a alma do intrépido mágico. A moral reiterada no desfecho é de que o futuro daqueles que desafiam Deus, os orgulhosos, os soberbos e os que possuem ambição desmedida, é o convívio eterno com Satanás e com o inferno. A instituição religiosa, especialmente Lutero e sua Igreja nascente, aproveitou-se muito desse desfecho do *Faustbuch* para aplicar sua moral e exemplificar para os fiéis o imutável fim de quem se aliava com o demônio. (NERY, 2002, p. 51).

No período da chegada do estranho e do deslocamento compulsório de Jacundá podemos fazer uma relação entre a Eletronorte e Mefistófeles, aludir à empresa o papel dessa figura satânica que desperta um fetiche naquela população, oferece inúmeros prazeres, para que eles caiam em tentação e aceitem o acordo. Esse acordo permite à empresa poderes e legaliza suas ações baseadas em uma "permissão consentida de livre e espontânea vontade". Assim como Fausto, aqueles que "livremente" assinam são inebriados pelas aquisições que posteriormente ao acordo, podem usufruir, mesmo que iludidos e com visão embaçada da realidade, não sabendo eles que a contrapartida do acordo serão suas vidas, suas relações, suas raízes, o não poder voltar atrás, senão por meio da memória, muitos se arriscam e assinam o acordo sem muito questionar. Fausto teve um triste fim, foi esquartejado e esmagado, novamente fazendo uma relação, assim a Eletronorte/Mefistófeles fez com os jacundaenses, esmagou suas casas, suas roças, esquartejou suas famílias, sua cultura, seus sonhos.

> O rio representava muito nas nossas vidas, tive uma infância feliz. O discurso do progresso iludiu muita gente. Ver o novo trazia muita esperança, quando falavam nas indenizações muita gente pensou que ia ficar rico, mudar de vida, só estavam sendo enganados. Perdemos tudo, casa, roças, benfeitorias, o rio. Teve família que não tinha nem como fazer a mudança, vieram em caminhões que eram usados para coleta de lixo, muito triste, nossa vida nunca mais foi a mesma. Cheguei em Arraias em 1980 e só recebemos nossa casa em 1985. Cinco anos de sofrimento, jogados, e olha que nunca fiquei parado, trabalhava com tudo que aparecia. (JOÃO GRILO, nov. 2018).

Para a empresa, a negociação se resumia em pagar parte dos bens que seriam submersos para evitar os conflitos ou movimentos contrários à construção, no entanto, isso não significava que o empreendimento reconhecesse a história de vida, os direitos daquela população. Os pagamentos eram feitos à medida que iam sendo cobrados. Enquanto os bens materiais dos expropriados foram destruídos e suas vidas coletivas foram desestruturadas, a empresa só objetivava garantir a produção de energia aos projetos de "desenvolvimento".

Incertezas, preocupações, dias difíceis, dominados pelo medo e autoritarismo do empreendimento que obrigou aquela gente viver um marasmo, onde só produziam para comer um dia por vez, já que a ordem não podia ser violada e o direito de viver livre lhes tinha sido retirado. Dias relata como estava o cotidiano daquele povo que deixou de ser o Senhor dos seus dias, à espera de decisões externas para dar sequência em suas vidas. O Estado, a Eletronorte, a prefeitura, todos decidiam, menos os principais e mais afetados por todo aquele projeto, os moradores de Jacundá:

> [...] eles não tinham nada, pois a três anos não podiam plantar nada, e muito menos colher ... quem tinha condição não ficava esperando, iam logo para onde queriam ...

> cada dia que ia passando as coisas iam piorando, se antes não era bom com a saída do povo cada dia que passava era mais ruim porque ia aumentando o desprezo das autoridades. A preocupação dos expropriados era grande, cada família arrumava sua bagagem da forma que podia. Por mais que quisesse levar tudo não era possível, sempre tinha alguma coisa que tinha que deixar para trás, este povo não tinha mais a tranquilidade de antes, ao deitar em vez de sono vinha a preocupação da mudança. Para eles além de perderem tudo que tinham perderam também a tranquilidade. (DIAS, 2013, p. 43).

Nesse processo é evidente dois projetos em disputa, em um período de repressão política, onde qualquer manifestação considerada "desobediente" era sofreada. O projeto do capital liderado, no local, pela empresa Eletronorte que promove o deslocamento compulsório, em meados de 1979, o descaso e a forma improvisada com que o Estado executa suas obras, "sem a preocupação de preparar uma infraestrutura mínima que abrigue seus moradores. Isso torna-se mais grave quando a alocação das pessoas não é voluntária, mas induzida pelo próprio governo". (HEBETTE. 2004, V.III, p. 103).

As condições nas quais essa população deslocada é submetida e o autoritarismo inerente ao processo de deslocamento são expostos claramente, quando nas narrativas de alguns dos entrevistados, mencionam de forma recorrente a frase, "do alagado ao menos o chapéu". Entendemos que essa frase exprime a consciência da população de viverem um processo ditatorial, e naquele momento estavam inseridos em um período no qual eles não percebiam e não identificavam nenhuma forma de se contrapor às ordens. Visto que o discurso promovido e as promessas de inserção em um modelo de "desenvolvimento" que traria oportunidades de melhorias era proferido pela empresa, só restava a eles, mesmo diante de medos e incertezas aceitar, ou ainda, não reagir:

> [...] quando nós vimos que estávamos perdendo para a ELETRONORTE, eles vinham prometiam as nossas casas, nossas terras e não davam nada, chegou e disse assim: "ou é isso ou vai perder total, sua casa vale tanto, sua terra vale tanto, ou você aceita isso aqui ou vai voltar para Brasília e vocês vão receber é nada", aí minha amiga, *do alagado ao menos o chapéu*! Tempo de ditadura, era complicado. Tava todo mundo naquela situação difícil, aí eles negociaram do jeito que eles quiseram, a ELETRONORTE foi negociando com cada um, do jeito que queria. (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

> [...] a gente não tinha o direito de dizer assim, "essa casa vale tanto", eles é que davam o valor. Os técnicos, engenheiros não aceitavam, já vinham com os valores na tabela de lá, só dizia o valor total e nós tinha que aguardar a chamada, para poder receber a indenização. *Do alagado ao menos o chapéu!* A gente não podia fazer nada, não podia falar nada. A indenização era paga só em Tucuruí. (FABIANO, nov. 2017).

Nas narrativas dos expropriados, encontramos registros de uma frase bastante proferida pelos funcionários da Eletronorte, de forma tão contundente que passou a ser replicada por todos os expropriados, "...do alagado ao menos o chapéu...", essa frase é expressa todas as vezes que os expropriados de Jacundá querem afirmar que receberam uma determinada quantia financeira ou aceitaram alguma condição imposta pela empresa, devido à falta de opção. Eles fazem questão de explicar, e são veementes em afirmar que não tinham outras saídas, percebemos a necessidade que o entrevistado sente de deixar claro que a assinatura do acordo, não significava que estavam aceitando ou apoiando a empresa e suas ações, menos ainda, que as propostas inclusas naquela documentação era a justa e correta. Não era um diálogo, um consenso, menos ainda perguntavam a opinião dos moradores, a fala era imperativa e determinava tanto o início como o desfecho da conversa, ou eles aceitavam o que a empresa propunha naquele momento ou ficavam sem nada. Pressionados em ter que optar e receber entre o pouco e o nada, o pouco era escolhido. Com isso "do alagado ao menos o chapéu" virou um jargão que todos passaram a usar e que realmente definia a situação dos "acordos individuais" de cada família com a empresa, que só recebiam o pagamento em dinheiro para que adquirissem uma nova casa após assinatura do referido contrato com a empresa.

Os valores eram fixados caso a caso, conforme cálculo realizado pela empresa, esse valor não era discutido ou negociado, já vinha previamente definido pela direção da Eletronorte. "O pagamento em dinheiro é, via de regra, comprovadamente inferior ao custo da terra e, portanto, insuficiente para restaurar o modo de vida das populações". (VIANA, 2003, p. 39).

Conforme Leturcq (2007, p. 7), ao analisar as migrações causadas por hidrelétricas instaladas em Estados do Sul do Brasil, esse sistema de pagamento das indenizações feitos diretamente com as famílias uma a uma é privilegiado pelas empresas, porque permite uma grande margem de manobra na medida em que os responsáveis pela negociação tratam diretamente com as famílias, e estas, têm frequentemente tendência a subestimar o valor das indenizações, não conseguem contra argumentar no momento de decisão, se sentem e estão fragilizadas por uma série de fatores, tornando a negociação bem mais fácil e tendenciosa para o empreendimento.

O deslocamento compulsório de Jacundá pelas lentes das análises de Leturcq, considerando o contexto de vida e as possibilidades dos modos de reprodução social dos expropriados, ao serem transferidos para um espaço totalmente diferente do território ao qual estavam habituados, não foi calculado pela empresa o custo pelas perdas pós deslocamento,

assim como os efeitos negativos que viveriam os expropriados em um espaço que em nada lembrava o que eles estavam acostumados e aptos à reprodução social de suas famílias. Essas famílias no auge do deslocamento, sofrendo todos os tipos de pressões, físicas, psicológicas, sociais, se tornam incapazes de contabilizarem de forma monetária o que todo esse evento custa em suas vidas, como muitos dos entrevistados mencionaram, dinheiro nenhum poderia realmente compensar o transtorno que tiveram que enfrentar, e as perdas são incalculáveis. Parte dos efeitos do deslocamento compulsório só podem ser sentidas pós deslocamentos. Com isso, o interesse da Empresa em rapidamente estipular os valores das indenizações e garantir os acordos assinados, maior a redução dos custos indenizatórios, já que os cálculos imediatos são bem inferiores aos valores devidos por direito.

A frase "...do alagado ao menos o chapéu" é explicada a partir do interesse da empresa em definir os valores, assim como, se refere também, ao autoritarismo da Eletronorte durante o período das negociações, termo que na verdade precisa ser (re)definido para esse contexto de deslocamentos ocasionados por projetos de "desenvolvimento". A palavra negociação vem do ato de negociar, no dicionário Aurélio o sinônimo de negociar é: *tratar, discutir para chegar a um acordo.* Não há nos documentos oficiais e nem registrado na memória dos expropriados, momentos de discussões ou de buscas por acordos. A hidrelétrica, o Estranho, chega referenciada pelo Estado, com poderes absolutos, alterando, destruindo tudo que tocava, a natureza, os homens e as relações sociais que se construíram nesse espaço.

As análises de Acselrad e Silva nos permitem uma visão ainda mais ampla desse contexto:

> Os levantamentos preparatórios ao enchimento dos reservatórios privilegiaram, em geral, as variáveis jurídico-formais, já que o objetivo é o de "liberar a área" e que a única relação social que limita a apropriação dessa área pela empresa concessionária é a relação de propriedade jurídica sobre a terra, considerada como mercadoria. Todos os demais processos sociais que se desenvolvem sobre aquele território são descaracterizados enquanto portadores de relações específicas com porções características do espaço. (ACSELRAD E SILVA, 2011 p. 88).

Para os expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí não foram concedidas alternativas de compensação. Conforme Santos (2007, p. 197), ao final de 1978, diante da urgência de desocupar a área que possivelmente seria atingida com o desvio do rio, prevista para o ano seguinte, a Eletronorte começou a realizar o levantamento de benfeitorias para proceder às primeiras indenizações, no início de 1979, contratou uma empresa de engenharia, a Construções e Topografia Basevi Ltda, para realizar o "Estudo das condições socioeconômicas da área de influência do reservatório de Tucuruí". Um diagnóstico que balizou o projeto sobre o

que fazer com a população que habitava nos povoados a serem alagados. Ou seja, simultaneamente, fazia-se o diagnóstico e o levantamento de benfeitorias para efeito de indenização, portanto, um processo que tinha pressa, pulava etapas e protocolos de segurança. O levantamento era classificado de acordo com o tipo de indenização – rural ou urbana. E a unidade de referência era, então, o processo de indenização: processo urbano/processo rural. "Nenhuma das planilhas de avaliação de benfeitorias era do conhecimento do indenizado. A planilha de indenização rural, por sua vez, não contemplava as culturas temporárias – que correspondia a 93,4% da produção agrícola da área". (PRODIAT, 1984, apud MAGALHÃES, 1988).

> A desapropriação das ocupações rurais sob o regime de posse abrangia somente a indenização financeira dos trabalhos agrícolas implantados e as benfeitorias edificadas, inexistindo, pois, qualquer menção à terra ocupada ou a qualquer política prévia de relocação para a população que não detivesse o título de propriedade. Estava decidido também que não seria feita a delimitação topográfica para o perímetro do reservatório, trabalhando a empresa com restituições aerofotogramétricas que se revelariam de baixa precisão. Até então, trabalhava-se com um cronograma que previa o desvio do rio para 1979 e a conclusão da obra em 1981. A conclusão que foi prorrogada por três anos consecutivos, até setembro de 1984. (SANTOS, 2007, p. 198).

Nas Análises de Acselrad e Silva sobre como a Eletronorte se apropria das áreas para a construção da hidrelétrica de Tucuruí, na região de Novo Repartimento, não detectamos diferença no mesmo processo realizado em Jacundá:

> A área inundável foi sistematicamente concebida como espaço da propriedade privada, e não de relações socioculturais diversificadas: desapropriaram-se e indenizaram-se os bens, mas não se considerou o universo não mercantil da ecologia e dos modos de vida. Pagou-se regiamente a propriedade fundiária improdutiva e especulativa, ao mesmo tempo que se expropriaram as lavouras de camponeses desprovidos de título de propriedade das terras que ocupavam... [...] a terra é somente considerada como mercadoria. (ACSELRAD; SILVA, 2011, p.87).

Se o sonho dos habitantes da Jacundá era prosperar de acordo com o seu modo de vida, na relação com a natureza, com sua cultura, suas manifestações religiosas e suas relações sociais, devido o alagamento, esse sonho terá de ser (re) elaborado de acordo com as novas condições que lhes foram impostas. O projeto de vida da população deslocada sofreu uma mudança total. Contratos, negociações, leis, formulários, foram instrumentos que a população foi obrigada a aprender. No geral um comportamento burocrático lhes foi exigido.

3.1 O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DOS MORADORES DE JACUNDÁ

> Essas crianças que estão paralisadas aqui, eram nós, lembro que a gente se juntava aqui, para ver os homens colocando as coisas dentro dos barcos, a gente até queria ajudar, mas eles não deixavam, então a gente ficava na beira do cais olhando aquele movimento dos barcos levando nossas coisas, ia tudo, até as telhas de nossas casas eles tentavam levar, ficávamos sentados olhando os mais velhos enchendo os barcos e indo embora, era muito triste, muito sofrimento, eu pensava tanta, tanta coisa, aquilo nem parecia que tava acontecendo, não entendíamos tudo que tava acontecendo, como ia ser, a água chegou tão de vez que muitos perderam suas coisas e não tinha mais como retirar". (VALENTIM, nov. 2018).

Figura 07: O deslocamento do material e do humano. Ano 1979

Fonte: acervo do Museu da História de Jacundá (nov. 2017)

A narrativa acima é a resposta de um entrevistado ao reportar-se à foto. Uma memória que surge como instrumento e meio de resistência. É usada para fortalecer o sentimento de identidade, que nesse contexto de conflito se torna uma importante ferramenta na continuidade e ressignificação dos valores simbólicos presentes na luta individual e coletiva desses expropriados. Uma narrativa de "lamento e dor"[7] na tentativa de explicar o que para eles é inexplicável.

[7] Referência ao título da Tese de MAGALHÃES, Sônia B.S. (2007)

Silveira (2001, p. 93), relata que no momento que é definido para o deslocamento compulsório a população de Jacundá tentava levar tudo que considerava útil, ou tudo que fosse possível transportar. No entanto, a Eletronorte não cumpre com a promessa propagada de se responsabilizar por toda a mudança, ela cedeu alguns caminhões, mas eram insuficientes para toda a locomoção que precisava ser feita. A água do lago subiu rapidamente, a população teve que ser deslocada de forma rápida, já não mais esperavam pela empresa, usavam barcos, animais de carga. A ajuda oferecida pela empresa foi insuficiente, vários moradores desmanchavam suas casas e os materiais que conseguiam tirar empilhavam no cais para que à medida do possível fossem transportados e reaproveitados no espaço que seriam alocados. No entanto, boa parte dos materiais de construção ficaram para trás devido à dificuldade de transporte, e ainda, à pressa com que foi realizado o deslocamento.

> O remanejamento se fez de forma muito rápida. No início do ano de 1980 Jacundá já era uma cidade abandonada e totalmente desconfigurada. Isso porque, além do fato dos moradores derrubarem parte de suas residências com o intuito de reaproveitarem parte do material alhures, muitos não acreditavam que as águas do reservatório atingissem a cidade, achavam que a desapropriação que ora estava sendo executada era uma estratégia da Eletronorte, para "apossar-se" de suas propriedades e posteriormente venderem a outras pessoas. (SILVEIRA, 2001, p. 94)

Alguns entrevistados sempre apontam em suas narrativas, a questão da incredulidade, de mesmo vivenciando todo o processo do deslocamento compulsório, ainda assim não acreditavam, "não parecia ser real, como assim? Como íamos deixar nossas casas, nossas coisas e não tinha ninguém que pudesse impedir aquilo? Não tínhamos direitos? ". (CONCEIÇÃO, nov. 2018).

Os efeitos produzidos pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí promovem ocupações de terras, expropriação, destruição de sociabilidades, devasta a natureza, sufoca culturas, amordaça vozes. Com um propósito específico, atender as necessidades do sistema dominante, buscando condições de melhores e maiores níveis de reprodução para o capital. Martins corrobora para análise desse contexto de descaso e destruição:

> Nas sociedades pobres, na sociedade brasileira em particular, os pobres do campo e da cidade não tiveram aliados em suas lutas, para impor condições ao desenvolvimento econômico que a este obrigasse a algum compromisso com os direitos sociais e com a dignidade humana. (MARTINS, 2013, p. 13).

Desloca-se forçadamente uma população inteira, uma medida de violência impossível de ser calculada em valores, mesmo a empresa definindo que sim, violência física, emocional e social, institucionalizada pelo Estado e os grandes grupos capitalistas.

O deslocamento compulsório, definido por Magalhães (2007), estudiosa dos impactos da hidrelétrica de Tucuruí às populações locais: se constitui em processos obrigatórios de migrações, nos quais transferem a população ribeirinha que morava nas áreas que seriam submersas pelo lago de Tucuruí, para áreas que não seriam atingidas, e planejadamente, estavam à beira da estrada PA 150 já em construção. Portanto, os atingidos por barragens, fazem parte dos "refugiados do desenvolvimento", definidos como todos aqueles que foram deslocados de forma forçada pela construção das obras de infraestruturas dos megaprojetos de "desenvolvimento". Para Vainer, os deslocamentos compulsórios são parte do processo de desenvolvimento. Com isso, "os refugiados do desenvolvimento, são, pois, inerentes ao desenvolvimento capitalista". (VAINER, 2010 p. 475).

Zhouri define o deslocamento compulsório como "uma forma particular de movimento da população no espaço, marcada por uma dinâmica que entrelaça violência e conformação dos sujeitos". (2013, p.3), no entanto, a autora afirma que para acontecer o deslocamento compulsório não há a obrigatoriedade da realocação física, ele pode acontecer de forma *ex situ* e *in situ*, um grupo de pessoas pode vivenciá-lo sendo obrigados a saírem do seu território, assim como, dentro dele.

A população de Jacundá vivenciou um deslocamento compulsório *ex situ*, um processo violento de mudança do seu território, de forma simbólica e física, no qual não tinha direitos de se contrapor e nem formas de impedir tanto o processo de construção do empreendimento quanto o seu deslocamento físico, são processos já definidos anteriormente, a princípio só é permitido à população suportar suas consequências. São processos ditatoriais, independentemente dos sistemas governamentais que os regem, a ditadura nesses contextos é proveniente dos projetos e objetivos do capital.

Magalhães faz uso da expressão/termo "eco-refugiados", para definir as populações que são deslocadas por transformações ambientais de grandes impactos. Um termo também utilizado pelos pesquisadores Carlos Vainer e Almeida, que estudam os grandes projetos de desenvolvimento no país. A autora aprofundou seus estudos sob os efeitos desses grandes projetos na Amazônia, de forma mais específica, as barragens, pela dimensão da dor e do sofrimento vivido pelos atingidos e expropriados. Sofrimento esse, sempre presente e facilmente identificado na maioria das narrativas dos expropriados de Jacundá. Os estudos de Martins (2013), vão complementar as análises de Magalhães à medida que prioriza, em suas pesquisas o expropriado, aquele que se torna invisível ao grande projeto. Martins observa que

sempre ficam às margens, excluídos, nas fronteiras físicas, vivem seus lamentos e dores sobrevivendo à ditadura do capital de exploração e apropriação.

O deslocamento é um marco divisório na história de vida dos sujeitos atingidos, tudo passa a ser antes ou depois do deslocamento. Pelos estudos e análises de Magalhães (2007, p. 49), o deslocamento compulsório é um problema de concepção pública e teórica. Ela analisa que como um problema público ele é composto por três dimensões, a discussão sobre a quantidade de pessoas que o projeto desloca e a área que ele vai atingir; a natureza do deslocamento, que transforma as pessoas em refugiados, e por último um conjunto de categorias, um desenvolvimento induzido – o deslocamento – o reassentamento. Essas dimensões buscam possibilidades de avaliar os efeitos provocados pela barragem, sendo que todas possuem a mesma centralidade, que é discutir o custo social e econômico desses projetos.

Para o sistema capitalista, e com ênfase maior para os governos militares que já possuem a natureza desenvolvimentista, os grandes projetos são considerados indispensáveis ao desenvolvimento regional e nacional. O que está em análise, durante a elaboração dos projetos é o que eles irão agregar. Desenvolvimento econômico, geração de empregos diretos e indiretos, que para o sistema já se caracteriza como redução nas diferenças entre classes sociais, os aspectos negativos, a desagregação da natureza e do homem, a exclusão social não é considerada. Os moradores de Jacundá não tiveram seus direitos respeitados, foram submetidos a um processo de violência em várias formas, de dominação, aceito em parte devido às estruturas e processos sociais que os denominavam de "atrasados", "menos favorecidos", termos que podem ser caracterizados como de intimidação, coerção, violência.

Zhouri (2012, p. 137-143), tem chamado atenção em seus estudos para as várias práticas de violência que partem desses empreendimentos, práticas que estão se tornando regra repetitiva no planejamento e execução das empresas envolvidas. A autora identificou um grupo de medidas que ela intitulou de táticas de desmonte: 1- A desmoralização: quando a intenção é tirar a posição de vítima dos atingidos, tentam inverter a ordem, para que a sociedade em geral não compreenda as ações dos atingidos por busca de direitos, mas sim, por tentativa de apropriação indevida, ou seja, buscam desmoralizar essas populações. Usando termos como, retrógados, preguiçosos, incapacitados. 2 – Metamorfose institucional: é a tática de desqualificar os grupos representativos, instituir e destituir grupos e líderes, permitem o "disse me disse", o descompromisso com o prometido. 3 – Abandono planejado: uma tática sequencial à segunda, pois à medida que tentam desqualificar as negociações feitas, vão definindo exatamente qual o objetivo e missão da empresa, que é unicamente produção da

mercadoria (energia) enquanto que todos os processos que irão acontecer simultaneamente são transferidos para terceiros, ou seja, grupos técnicos com especificidades limitadas, transferindo responsabilidades ditas por competência e distanciando as resoluções. 4 – A incorporação burocrática: após implantação dos projetos as instâncias de negociações tendem a ser mais complexas, devido as demandas existentes e as novas que surgem, podendo exigir um maior grau de organização representativa. A empresa passa a incorporar fases burocráticas, redefinir controles, mudar o foco. "É na observação de quatro táticas que operacionalizam a identificação de como funciona a estratégia de colocar em segunda ordem os interesses da população atingida por grandes projetos" (ZHOURI, 2012, p.145), com isso, do planejamento à execução, um processo de descaso com quem vai enfrentar os impactos, sejam positivos ou negativos. Uma violência que começa na invisibilização anterior à construção do empreendimento, durante a construção com todo o processo de destruição das populações atingidas, até o abandono que vem antes mesmo do término da obra.

O programa de reassentamento para os deslocados da área inundada suscitou muitos problemas sociais. A Eletronorte calculou que 32.871 pessoas foram deslocadas, além da população indígena (MAGALHÃES, 1990, p. 106). Boa parte desse contingente foi arrancado do seu território, das suas tradicionais relações e lançado em um ambiente totalmente diferente e hostil, no qual a dinâmica do mercado capitalista conduzia todas as relações que lá se constituíam.

É de fundamental importância enfatizar uma particularidade do deslocamento compulsório *ex situ* dos moradores de Jacundá, além de ser a única cidade totalmente submersa pelo lago de uma hidrelétrica na Amazônia, a sua população foi a única deslocada compulsoriamente para uma área já habitada. Observamos um agravante para esse contexto, o espaço escolhido pela empresa e Estado estava habitado por uma população ainda maior que a deslocada, possuía um histórico de lutas bastante adversas às de Jacundá, diferenças que também se estendiam em relação ao território, hábitos, cultura. A foto abaixo mostra o lago de Tucuruí na área que antes era Jacundá, a cidade totalmente inundada:

Figura 08: Caixa d'água, antiga Jacundá

Fonte: https:www.blogboitempo.com.br, acesso em jul. 2018

> Jacundá inteira ficou debaixo d'água, a água chegou muito rápido, teve gente que não conseguiu pegar todas as suas coisas, e quando a gente saiu de lá a gente se preocupava e ficava se perguntando como íamos fazer para saber onde nossa cidade estava, mas Deus é tão bom, que teve misericórdia de nós, e a cidade toda foi inundada e a única coisa que ficou por cima do lago foi a caixa d'água. Então ela ficou como um sinal lá, onde a gente nasceu e cresceu, onde éramos felizes. E quando a água tomou conta de tudo, eles diziam pra gente aceitar que era a chegada do desenvolvimento. (CONCEIÇÃO, nov. 2017)

E ainda,

> a gente veio de todo jeito, muitos vieram nos caminhões que a Eletronorte enviou parar fazer a mudança, mas muita gente não ficou esperando, veio do jeito que podia, de barco, fretava carro, no lombo dos animais, era um desespero. Não sabíamos como ia ser, tínhamos medo de perder tudo. Chegando aqui, se espalharam, uns ficaram nos colégios, outros alugaram casas e ficaram juntos com outras famílias e poucos receberam as casas da Incobal. Nem sei como a gente conseguiu sobreviver, muitos pais de famílias sofriam muito. (CONCEIÇÃO, nov. 2018).

Uma nova cidade, à beira da estrada, com perspectivas que divergem totalmente das que estavam acostumados. Uma violência imensurável com uma população destituída de direitos e história, sem precedentes na Amazônia. Acselrad e Silva (2011), apontam para a desinformação da população, como uma característica utilizada pela empresa, que tem como objetivo a fragilização dos atingidos e a impossibilidade de reação. Esses pesquisadores analisam as dinâmicas dos espaços em que acontecem os deslocamentos assim como nos espaços que recebem os deslocados:

> Um verdadeiro "mercado de fronteira" não apenas em seu sentido geográfico, mas também pelo seu caráter semirregulamentado, pela construção fraudulenta de títulos de propriedade e por submissão a movimentos súbitos de valorização e desvalorização

> patrimonial, na esteira da instabilidade das condições políticas que nessas áreas regem a apropriação do solo e de seus recursos. Esse mercado emblemático da erosão dos valores e das condições de existência das populações relocadas, não apenas desconhece a informação perfeita, como é, na realidade, com o apoio das "políticas de relocação de populações", regulado pela desinformação, incerteza e indeterminação do risco. (ACSELRAD E SILVA, 2011, p. 89).

Todos os processos sociais que antes existiam nesses espaços são totalmente ignorados e marginalizados, sem nenhuma representatividade para a empresa, que só contabilizava valores monetários. Acrescentam ainda que:

> a ruptura social será tão mais relevante quanto mais as populações das áreas de implantação desses empreendimentos tiverem suas condições de existência e suas estratégias de trabalho associadas estreitamente ao ambiente físico e ao meio biótico locais. (ACSELRAD E SILVA, 2011, p.62).

Uma análise que retrata bem Jacundá e sua população ribeirinha. Com todos os seus modos de vida quase na sua totalidade direcionados pelo ambiente físico.

Os desconhecimentos desses projetos pelas comunidades locais só agravam e reforçam as desigualdades estruturais e sociais. O Estranho, quando chega nos espaços ocupados por populações tradicionais das regiões escolhidas para as grandes produções, destinadas às necessidades do mercado capitalista, ele produz um longo percurso de devastação, interna e externa aos que vivenciam seus efeitos. Muitas são as vítimas dessas construções, trazem consigo um rastro de violência, iniquidades, de resistências pela memória, criam e recriam seus espaços anteriores, ainda como forma de reconhecimento e de materialização de um passado que não volta mais, mas, também, como forma de repúdio e de não aceitação aos cenários que lhe são impostos pelo poder dominante.

4. UMA NOVA JACUNDÁ, DUAS POPULAÇÕES DESLOCADAS

A vida sociocultural dos expropriados de Jacundá pela obra da hidrelétrica não fez parte do planejamento e da gestão da Eletronorte. O Estado também contribuiu para que esses expropriados não exercessem direitos coletivos comunitários próprios de seus modos de vida, como podemos identificar no argumento de Hébette sobre a desconsideração do bem-estar desses expropriados:

> [...] a transferência da população urbana foi programada para centros urbanos criados ao longo da PA-150, notadamente Nova Jacundá e Nova Ipixuna. Convênios foram estabelecidos entre a ELETRONORTE e as respectivas prefeituras para a implantação dos novos núcleos. Mas as prefeituras não tinham maior interesse no bem-estar de sua população do que a ELETRONORTE. As indenizações pagas por essa companhia foram em boa parte lapidadas e, em que pesem as bonitas plantas elaboradas em gabinetes, os núcleos construídos assemelharam-se mais a favelas do que a modernos e racionais núcleos urbanos. (HEBETTE, V.III, 2004, p. 93).

A hidrelétrica desestrutura o modo de vida simples e comunitário e estrutura um modelo de progresso individual com os valores próprios do modo de produção capitalista. Esse modo de vida simples garantia o sustento das famílias, a partir de formas compartilhadas de produtos adquiridos na natureza como o peixe, o açaí, a castanha, mas, também de produtos plantados coletivo e individualmente, conforme as narrativas dos expropriados, em Jacundá. Para Eletronorte a mudança dos moradores de Jacundá para Arraias era uma decisão estratégica e conveniente, havia uma promessa da empresa de reconstruir a cidade em outro local. Pelos estudos de Hébette (2004, p.102), o autor classificava aquele momento da Vila Arraias como "o mais importante núcleo da Pa-150". A rodovia PA-150 é que imprimia os padrões de ocupação, era a rua principal da vila. Arraias era um espaço de inúmeras lutas: por afirmação territorial, identidade, por reconhecimento de direitos. Os conflitos que lá existiam, tinham como centralidade a disputa pela terra. Um contexto bem diferente do vivenciado pela população da antiga Jacundá.

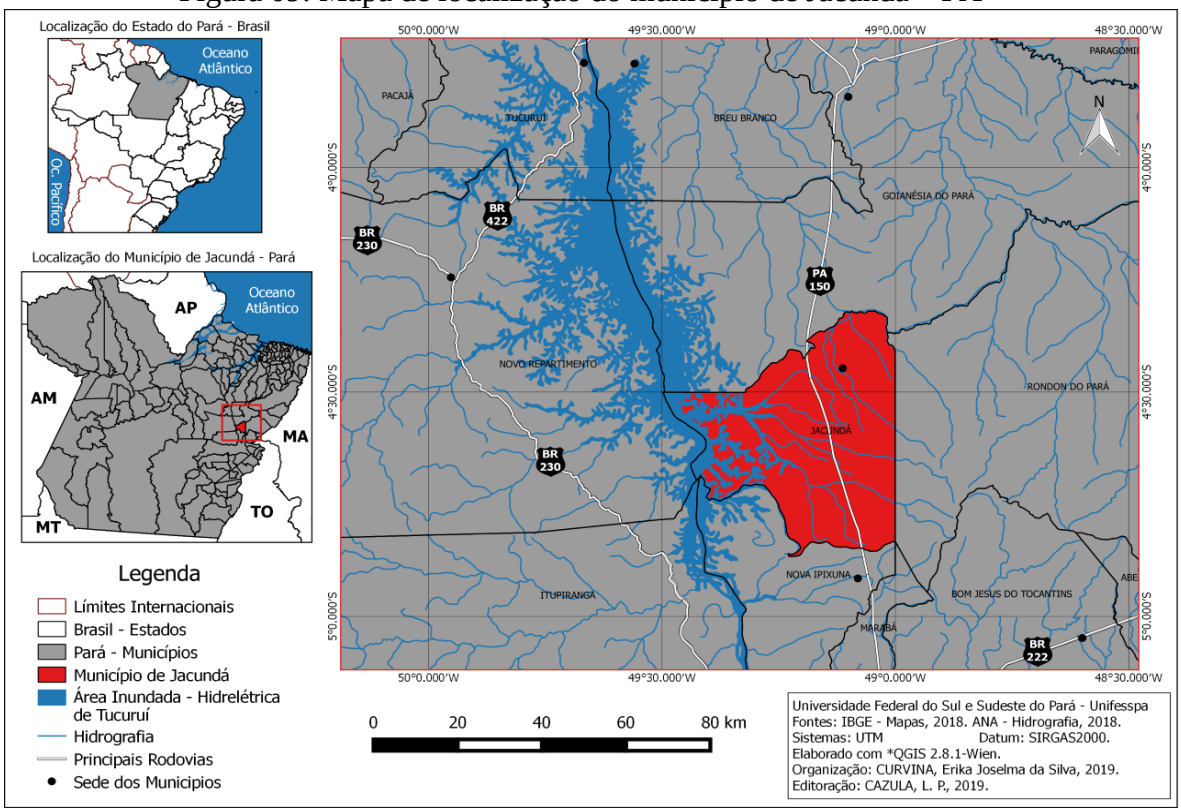
> A chegada dos expropriados em Arraias, a princípio, não gerou conflitos ou processos de estranhamentos entre A gente não via com maus olhos a vinda deles (os deslocados). A gente era focado em uma perspectiva bem diferente, era o conflito pela terra. Só imaginávamos que seria bom pela possibilidade de virar cidade. Éramos esperançosos, pensávamos nos impactos positivos. (VICENTE, nov. 2018).

Arraias foi o local escolhido pela Empresa juntamente com o Estado, para instalar os expropriados compulsoriamente *ex situ* de Jacundá. Essa decisão foi conveniente para a empresa, já que a estrutura física da Vila se encontrava em parte formada, um meio de redução

de custos econômico e social no deslocamento, de outra população para Arraias. Assim, a empresa não precisaria começar a construir outra cidade como havia prometido, com isso, seria possível uma considerável redução dos custos com o reassentamento dos expropriados em Arraias. Decisão que em muito favorecia também o Estado, pois alinhava seus interesses aos planos e interesses da empresa e, ainda, talvez ao mais importante nesse meio, o jogo de interesses, os conchavos políticos locais entre a Vila de Arraias e o governo Estadual; naquele momento, a vila buscava sua emancipação política elevando-se à condição de cidade. Nesse contexto, a chegada dos expropriados de Jacundá com toda sua estrutura administrativa reforçava também esse objetivo.

O mapa 2 representa a localidade da nova cidade de Jacundá, a localização da antiga vila Arraias.

Figura 09: Mapa de localização do município de Jacundá – PA



Foi elaborado um Plano Diretor Urbano para a Vila Arraias, por meio da Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN, conforme Hébette (2004, p. 103), o plano tinha como objetivo principal estruturar o núcleo de forma que estivesse em condições de receber os expropriados de Jacundá e consequentemente tornar-se a nova sede administrativa municipal. No entanto, esse plano foi, parcialmente, colocado em prática, somente o suficiente para que a administração do munícipio se instalasse e de vila ascendesse à condição de cidade. Foi a

partir desse plano de ação que a Eletronorte considera cumprida sua atuação no processo de deslocamento. Ao se retirar, deixa para trás os efeitos do "desenvolvimento" na vida dos expropriados de Jacundá e dos moradores de Arraias, efeitos esses, bem diferentes das promessas feitas antes do funcionamento da UHT.

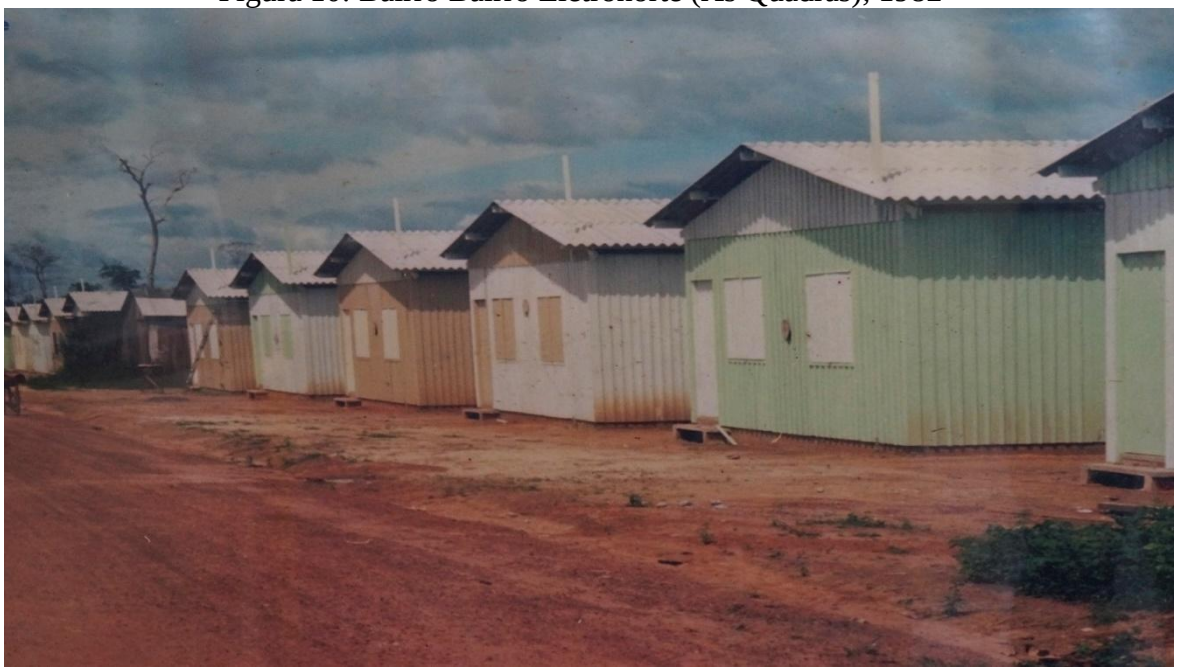
Quando os primeiros expropriados chegaram em Arraias, em meados de 1979, alguns prédios públicos estavam em construção, o que fazia parte do acordo entre a Eletronorte e o Governo do Estado do Pará, envolvido também no jogo de interesses. Oitenta casas foram construídas no centro da vila de Arraias para realocar os expropriados, essa área foi chamada pela Eletronorte de Incobal. As residências construídas foram ocupadas, inicialmente, por funcionários públicos da antiga Jacundá e/ou famílias em melhores condições financeiras, algumas delas, também, foram destinadas à instalação de órgãos públicos como: delegacia, correios, setores administrativos necessários para o funcionamento da nova prefeitura municipal.

O processo de realocação dos moradores ocorreu de forma desigual e em um número de residências inferior a quantidade necessária para as famílias de Jacundá, mas, em conformidade com os interesses da Empresa que o organizou.

> Essas casas de centro serviram somente para a elite política, os funcionários da prefeitura e até da Eletronorte, o povão mesmo foram para as quadras, um bairro mais afastado. O pessoal ficou mesmo foi espalhado, um bocado em escolas, outros se juntavam em duas três famílias e alugavam uma casa, pois a maior parte das casas não foi entregue de imediato, as casas ficaram à disposição da prefeitura. (VICENTE, dez. 2018).

As famílias não contempladas inicialmente com essas residências, foram instaladas em casas destinadas à prefeitura, enquanto a empresa autorizava a abertura de uma nova área que fora dividida em lotes com habitações a serem doados às famílias sem residências na Incobal. No final de 1982, já em período eleitoral, algumas casas foram entregues no novo bairro, também chamado de "as quadras", ficou afastado do centro da cidade, onde se encontrava a Incobal. Assim, a vila Arraia expande sua área urbana de forma precária, sem calçamento e esgoto adequados para evitar alagamentos, como se verifica na foto abaixo. Essas condições precárias foram sentidas de imediato pelas famílias que passam a enfrentar alagamentos e dificuldades de tráfegos nas ruas, devido essas condições foram realizados protestos.

Figura 10: Bairro Bairro Eletronorte (As Quadras), 1982



Fonte: acervo do Museu da História de Jacundá (nov. 2018)

Uma estratégia utilizada pela empresa para impor a aceitação do novo bairro ocorreu por meio de uma opção que os expropriados poderiam escolher como forma de indenização, chamada pela empresa de kit construção que era constituído do terreno e materiais de construção para as habitações (madeiras, telhas) e o valor de Hum mil cruzeiros. Essa opção imposta pela empresa reforçou os transtornos e a violência causada pelo deslocamento, como narra uma expropriada: "a gente botava a mão na cabeça e não sabia o que fazer, por onde começar, era um descaso grande, não fomos tratados como gente. Pais de famílias com muitas crianças e sem saber o que fazer para prosseguir a vida". (CONCEIÇÃO, jan. 2019). A Eletronorte e o Estado ao desestruturarem o modo de vida dos Jacundaenses não conseguiram promover condições básicas de continuidade de vida em Arraias, mesmo porque seu objetivo era a hidrelétrica e não os moradores que foram expropriados de seus territórios. As indenizações foram um estorvo para a empresa que a liberava de acordo com os seus planejamentos e definições e para os expropriados que se sentiam injustiçados pela forma como ela era conduzida pela empresa.

O deslocamento constituía-se num processo de subjugação, de dominação e de coisificação dos expropriados que, de um lado, enfrentava a dureza da perda de seu território e, de outro, tendo que se reterritorializar em um novo bairro nas condições acima indicadas.

Nesse mesmo processo o sentido do desenvolvimento fazia alusão apenas às coisas materiais. Os sentidos e as coisas simbólicas foram desconsiderados, acarretando insatisfações

e disputas durante os processos de indenização, sempre tendencioso a beneficiar um ou outro de acordo com interesses e necessidades do empreendimento. Conforme narrativa do Sr. Fabiano, eles constataram o aproveitamento de terceiros, que não faziam parte do contexto e se beneficiaram com as indenizações, grileiros, comerciantes, vários se beneficiaram com indenizações indevidas e ilegais:

> Naquela época vimos várias pessoas que nunca nem foram em Jacundá recebendo indenização, essas casas da Incobal a maioria não foi para os expropriados, eles selecionaram algumas pessoas, os que eram funcionários da prefeitura por exemplo, mas também muita gente de Arraias que não tinha nada a ver com a gente também ganhou. (FABIANO, nov. 2018)

Comprovamos a narrativa de Fabiano com a narrativa de Vicente, que era morador e comerciante na Vila Arraias, "eu mesmo ganhei uma dessas casas da Incobal, algumas foram para os expropriados, outras funcionava os órgãos administrativos e alguns moradores de Arraias também ganharam". (VICENTE, nov. 2018)

Em 15 de maio de 1980, a vila de Arraias torna-se legalmente o município de Jacundá. O prefeito Bianor Miranda da Paixão que tinha assumido a administração da cidade logo depois que o prefeito eleito Evandro Alves faleceu, 12 dias depois da sua eleição em 1976. Bianor, vice-prefeito eleito, assume a prefeitura da antiga Jacundá, com a transferência do município continua na administração até o final de 1982. (DIAS, 2014, p. 47). O primeiro prefeito eleito no novo município de Jacundá é Guilherme Mulato, um expropriado de Jacundá, funcionário da prefeitura, apoiado pelo governador Jader Barbalho[8] e também "bem visto" pela Eletronorte, expressão usada pelo Sr. Ernesto, quando explica que, "a campanha eleitoral do Mulato era apoiada tanto pelo governo do Estado como pela empresa, que o via como um prefeito parceiro". (VICENTE, nov. 2018).

Era um período muito difícil, de lutas duras para ambas as populações, todo mundo tentando sobreviver da melhor forma possível. Era muita gente que procurava e precisava de coisas o tempo todo, trabalho, comida, remédios, roupas. Tiveram então a ideia de colocar caixinhas de som pelos postes da cidade e um microfone que ficava no meio da feirinha. A "vozinha do povo", era uma espécie de projeto para uma rádio comunitária, servia de meio de comunicação para os mais diversos assuntos, principalmente, sobre a Eletronorte e sobre as reivindicações da população, como nos explica o Sr. Vicente. Era também um espaço de denúncias sobre o que estava acontecendo com os moradores. Essa rádio era importante para os

[8] Pai do atual governador do Estado do Pará, Helder Barbalho que recentemente liberou um outro grande empreendimento a ser construído na região, a hidrovia Araguaia-Tocantins que, inevitavelmente também proporcionará inúmeros efeitos às populações atingidas, tudo em nome do "desenvolvimento".

deslocados a ponto de ter sido usada pelo prefeito, Guilherme Mulato que soube aproveitar essa rádio como um instrumento para sua promoção a líder político na vila de Arraias e se eleger como prefeito:

> As pessoas precisavam de remédios, buscavam trabalho, iam lá na vozinha do povo e o Mulato tava lá, ele anunciava "senhores e senhoras da vila Arraias, fulano de tal precisa de ajuda está doente e precisa do remédio tal; fulano de tal sabe fazer isso e aquilo, ele precisa trabalhar"; as pessoas eram solidárias, ouviam o pedido de ajuda e chegavam lá no microfone onde sabiam que eles estavam com a ajuda, assim eles conseguiam ajuda para muitas pessoas, mas quem levava a fama era ele, o Mulato. Então quando chegou as eleições de 82 ele se candidatou e ganhou a primeira eleição para prefeito já da Nova Jacundá. (VICENTE, nov. 2018).

Uma nova história começa em Jacundá e estabelece um novo contexto, uma cidade formada por duas populações, de modos de vida diferentes, de lutas e ideais distintas, mas, ambas carregadas de memórias de ressignificação, com necessidade de afirmação de um território. Juntas, Arraias e Jacundá, enfrentaram acusações mútuas de invasoras e deixaram a empresa e o Estado atuarem sem ligação com os problemas que haviam promovido. É nesse contexto que Jacundá, carregava em si, dois aspectos de um mesmo processo: o de sucumbir o que existiu no passado e o de não aludir a qualquer mudança ocorrida. Assim, o empreendimento submergia a história social, das coisas, dos símbolos, dos lugares e impunha um silenciamento da história

Dantas (2010), estudiosa há 20 anos dos efeitos psicológicos e mentais em diversos contextos de migrações, explica que no encontro no de diferentes culturas é inevitável o conflito entre elas. A autora avança em sua análise destacando a existência de um processo que se estrutura por etapas: primeiro com o conflito, seguido de uma crise e, posteriormente, de uma adaptação entre as culturas, alertando, entretanto, que há contextos em que a etapa de crise pode não ser superada, devido a vários fatores externos e internos, como identidade, valores, cotidiano, relações sociais, ou seja, fatores relativos à condição de existência humana. Ela observa que mudanças, positivas e/ou negativas, ocorrem tanto entre as culturas que chegam, quanto naquelas que as recebem, o processo de encontro é, também, de questionamentos das identidades, das sociabilidades e da vida prática. (DANTAS, 2010, p. 21).

Ao trazer essa análise para o contexto de Arraias e Jacundá destacamos que mudanças podem ser mais evidente entre os deslocados *ex situ*, que sofreram traumas profundos como destacamos acima, difícil de serem anulados ao longo do tempo, já que:

> Eles se tornaram apenas um bairro dentro da Nova Jacundá, o bairro da Incobal, e tinha também as quadras. Mas só era isso, eles não tinham influência nenhuma, não se

> colocavam em nada, não se relacionavam com a gente, eram em número bem menor e ficaram sem representatividade. (VICENTE, nov. 2018).

A narrativa do entrevistado evidencia a condição de marginalização cultural a qual foi submetida a população da antiga Jacundá, pois a compreendemos da seguinte forma: "a marginalização se dá quando há pouco interesse em manter o contato com outros grupos, o indivíduo fica suspenso, geralmente num estado de conflito pessoal e social entre as duas culturas". (DANTAS, 2010, p. 26). Para a autora, esse processo de conflito gera também estresse permanente já que o encontro de culturas diferentes não é isento de conflitos, diferenças, violências individuais e coletivas, não tendo, muitas vezes, espaços para consensos. No caso do encontro de Arraias e Jacundá conflitos surgiram e de alguma forma, cada uma delas se sentiu injustiçada pela outra.

Fernando Ortiz, em seus estudos sobre os processos de migrações de refugiados, observa os métodos de negociação entre as novas culturas, de forma que a identidade própria não seja completamente perdida, um processo de modificação vivido por ambas as partes. Suas análises corroboram na compreensão da nova sociedade que se forma na vila de Arraias, agora Jacundá, ou ainda, Nova Jacundá. "É um processo do qual resulta uma nova realidade, composta e complexa. Uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de características, nem sequer um mosaico, mas um fenômeno novo, original e independente". (ORTIZ, 1995, p. 97).

A Eletronorte e o Estado colocaram as populações de Jacundá e Arraias num mesmo território já em disputa com grileiros e fazendeiros que também se aproveitaram das ações de deslocamentos. A compreensão de território nessa dissertação além daquela que o entende como espaço físico. Tomando como referência Haesbaert (2007), para quem o território é ao mesmo tempo um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural em múltiplas dimensões, aponta ele:

> um território concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural, sendo nesse caso a acepção de uma dupla conotação: a material e a simbólica. (HAESBAERT, 2007, p.79).

Outra perspectiva importante sobre o território é aquela que evidencia as relações de poder e o caráter político do território, como evoca Raffestin (1993), ao dar ênfase ao aspecto político-administrativo do território onde se localiza uma nação ou um espaço onde se delimita uma ordem jurídica política, marcado por relações de trabalho e/ou linhas fronteiriças.

O território é visto assim, como o produto resultado das ações dos atores sociais com o espaço. Enquanto que, o espaço, por sua vez, vai aparecer como preexistente a qualquer ação, conhecimento ou prática. "Quando sofre intervenção de qualquer um desses fatores, ele deixa de ser espaço e se transforma em território. Portanto, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder". (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Analisando a relação espaço e território, compreendemos o quanto os processos de estranhamentos favoreceram para a maximização dos conflitos em Arraias. Os expropriados precisavam de muito mais que um espaço para dar sequência às suas vidas, era de vital importância que eles se sentissem parte do espaço, que suas identidades culturais fossem preservadas, suas relações sociais não tivessem sofrido dilaceramentos, que não tivessem vivido momentos de hostilidade, suas práticas religiosas mantidas, de forma que, o processo de reterritorialização fosse mais pacífico e menos traumático.

Nesse contexto, as duas populações não compreenderam que enfrentavam inimigos em comum, a mesma situação de deslocamento, porém, em níveis distintos, a população deslocava a revolta e, a Eletronorte aproveitava para se distanciar das obrigações prometidas e devidas aos expropriados.

A violência em Arraias era assustadora, com a chegada dos expropriados de Jacundá essa violência aumentou, havia disputa por tudo, por terras, por lotes, trabalho, até o campo de futebol era disputado, conforme indica um entrevistado "Tudo era motivo de discussão e briga, até quando capinávamos o campinho de futebol não aceitávamos que o time deles, jogasse". (VALENTIM, nov. 2018). A violência, assim, fazia parte do cotidiano da vila, muitas mortes anunciadas e executadas, a presença de pistoleiros dentro da Vila era constante e, por vezes, confundidos com os policiais.

Sobre esse contexto de violência Póvoa Neto (2010), Vainer (1996), Magalhães (2007), destacam que o ambiente dos deslocamentos compulsórios, provenientes dos grandes projetos de desenvolvimento é permeado de ações frequentes de violência, posto que o deslocamento é realizado por repressão, sofrimento, degradação humana. Nas entrevistas realizadas, todas elas narram situações de violação de direitos humanos, direito à informação, de liberdade, de ausência de reparação de danos e perdas, direito à cultura que são violados. É nesse contexto, que a violência física acaba se tornando uma extensão da violência contra o ser social, "Está em questão aqui o direito de ter valores que o valor mercantil não reconhece, embora esteja hoje

garantido nos tratados internacionais o tão citado, e tão pouco respeitado, direito à diferença". (VAINER, 2010, p. 487).

Um entrevistado destaca em sua narrativa: "[...] eles não tinham influência nenhuma na vila...", uma frase do Sr. Vicente quando afirma que os expropriados não tiveram uma forte presença dentro da vila a ponto de modificarem o cotidiano daquele território, ou influenciar de forma que seus modos de vidas prevalecessem, até porque para isso, precisariam que o ambiente, a natureza, fossem propícias. Foram inseridos em um espaço adverso ao seu de origem, logo sentem seu modo de vida e sua cultura sufocados, além de terem que viver com a presença constante de um poder arbitrário, o poder do capital. Os expropriados ao serem alocados na vila Arraias, não percebem a oportunidade de novas possibilidades de vida, naquele momento, se viam apenas como cumpridores de ordens determinadas. Passaram a enfrentar a experiência de uma nova vida, sem, entretanto, desconsiderar suas memórias e sua identidade coletiva.

A partir e pela memória, os expropriados se remetem à antiga Jacundá, recordam e revivem gostos, cheiros, prazeres. Todos associados ao território submerso pelo lago, uma memória fixada na individualidade, mas passa a ser coletiva à medida que ganha uma dimensão social, um instrumento de resistência coletiva. A memória traz consigo significados, sentidos, sentimentos que são transferidos ao lugar no qual tiveram que se adaptar. Quando ocorre o deslocamento compulsório, vivido e suportado mediante uma promessa de "dias melhores", de "desenvolvimento" e, ao se depararem com a realidade da transferência, um processo de abandono desde a hora da partida da antiga Jacundá, até a chegada e alocação na Vila Arraias, suas expectativas foram todas frustradas, ocorre então, o desencanto, o trauma, o estranhamento. Com isso, essa memória passada está sempre condicionada em reviver o passado a partir desse trauma, da mágoa e do momento presente. Exacerbando o sentimento de revolta, tristeza e de não aceitação ao novo contexto, como também, de valorização e ressignificação do lugar de origem. Preservar essa História é um meio de resistência política, de construção individual e social.

Na foto abaixo temos a caixa d'agua da antiga Jacundá, para os expropriados é um símbolo de pertencimento, tornou-se um marco social da presença de um povo naquele lugar, e ainda, um símbolo da história dos expropriados. Valentim se recorda quando o lago baixou as águas e avistaram de longe a caixa d'água: "Nem acreditávamos que existia um sinal dentro daquele lago, da nossa história, da nossa cidade. Muita gente se juntou, pegavam violão e iam cantar, beber, conversar, lembrar das nossas vidas lá em Jacundá, ficavam a noite toda lá,

faziam luau". Nos remetemos a Martins para entender essa ação conjunta em reviver essa memória, tratava-se de um processo de resistência, de ressignificação, mas também, fica claro a dificuldade de reterritorialização, "não se tratava somente de reconstruir uma identidade, mas construí-la contra o passado, contra a manipulação ideológica e a instrumentalização política" (MARTINS, 2015, p. 65)

Figura 11: Caixa d'água da antiga Jacundá no período de águas baixas do lago

Fonte: Site http://www.carajastudodebom.com.br/noticias/cidade/jacunda (acesso em jul. 2018)

A Eletronorte cria e desenvolve um ambiente de disputas, não pelos expropriados que foram reassentados em Arraias e nem devido a Vila de Arraias já está ocupada, mas pela forma dominante do tempo e do espaço tomados pelo projeto que desqualificou as representações, os valores, os modos de vida, a cultura local. A subjugação dessas populações fez emergir um conflito, rememorado por todos os entrevistados como um marco do encontro forçado das duas populações. Um conflito religioso aparente que esconde e violência e a desterritorialização.

Jacundá e Arraias, ambas católicas, mas com santos padroeiros distintos, praticam formas de fé diferente, fato que marca e provoca um maior distanciamento entre as duas populações, favorecendo, assim, ao poder do Estado e da Eletronorte. A partir das narrativas dos entrevistados se evidencia um drama vivenciado até os dias atuais e não superado pela maioria dos expropriados da antiga Jacundá. Eles apontam que o motivo do conflito era as diferentes formas de práticas religiosas existentes entre as duas populações. As diferenças religiosas e culturais se davam, principalmente, devido seus modos e contexto de vida.

Arraienses e Jacundaenses realizavam seus rituais de fé com celebrações distintas. Na antiga Jacundá, o momento das festas religiosas era de confraternização, agradeciam, cantavam; os festejos eram comemorados regados de bebidas e músicas por diversas noites seguidas. Enquanto, em Arraias, no seu cotidiano de lutas ideológicas, psicológicas e físicas, buscava-se o direito à posse da terra e consideravam que não se tinha muito o que festejar, mas sim, lutar! A missa era o momento em que acontecia a mística religiosa, mas também, as formações, os aprendizados, os planejamentos e as estratégias de luta. O momento político que viviam não lhes permitiam reuniões, assim procuravam meios para se encontrarem, um deles era no espaço da igreja, pois ali não eram acusados de fazer conspirações, se resumia em um ato religioso. Contudo, na igreja discutiam a conjuntura política e suas ações de lutas e resistências. Sobre essas diferenças destaca um entrevistado enfatizando o lugar da igreja na luta por terra:

> A população de Jacundá não entendia esse posicionamento da Igreja em Arraias, eles eram totalmente devocionais, uma visão alienada, onde o sagrado se distancia do humano, não compreendiam a mistura, da religião com a política, com as causas sociais. Só que Arraias era uma grande mistura cultural, havia famílias de vários Estados e foram construindo um perfil diferente para a Vila. Naquele período de ditadura e conflitos pesados, a única voz pública ativa de defesa do camponês era a voz da Igreja, nosso direcionamento era: a fé não pode ser desligada da luta. [...] a visão teológica da Igreja nos ensina que o humano é local do sagrado, então não se divide o Espiritual das coisas da terra. (ANTÔNIO, dez. 2018).

Ainda, em relação às diferenças, outro entrevistado explica:

> A questão da religião deles era mais aquela coisa tradicional da igreja católica, já com a gente era aquela coisa da perspectiva da teoria da libertação. Todos os padres daquele trecho eram assim, politicamente bem avançados. Para os expropriados a igreja era casamento, batizado, rezar o terço, essas coisas, era isso. Eles não aceitavam a igreja se meter em conflitos por terra e com isso não havia entendimento, não houve integração. Eu acho que a cultura diferente não permitiu que eles se integrassem na igreja, eles pensavam diferentes, um pensamento muito diferente. (VICENTE, nov. 2018).

Arraias tinha como Santo Padroeiro São João Batista, todo um simbolismo que constituía e justificava essa escolha. Pelas escrituras bíblicas, João Batista é o profeta de Deus que enfrentou o rei Herodes, com isso, os sujeitos que viviam esse tempo de grandes batalhas se identificavam com a figura do Santo, enquanto que a figura do rei Herodes era transportada para o Estado, os grileiros, os capatazes e todo o sistema excludente. “São João Batista era um guerreiro, um profeta que nunca aceitou o sistema imposto por Herodes, ele era a representação de tudo que aquele povo vivia ali”. (ANTÔNIO, dez. 2018), e na antiga Jacundá a população era, em sua totalidade católica, pela memória dos entrevistados não havia registro de nenhuma

outra religião presente naquela época, "[...]todo mundo era católico, depois de chegar aqui em Jacundá que apareceu outras religiões [...]" (CONCEIÇÃO, nov. 2018). Tinham como padroeira da cidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que se tornou a padroeira da cidade depois que uma das moradoras mais idosas da vila doou uma imagem da santa para um grupo de moradores que se reunia toda semana para rezar o terço. A partir de então, toda a antiga Jacundá passou a acreditar que estavam debaixo da proteção da Santa e que ela os guardava dos perigos da mata, dos rios, dos índios. Perigos que não envolvia o Estranho que os deslocaram.

Essa crença, entretanto, estruturou a prática sociocultural e religiosa dos moradores da antiga Jacundá, portanto, era difícil desfazê-la com o deslocamento para Arraias, certamente, seria mais um golpe violento para quem, já desterritorializado, buscava coletivamente se reterritorializar num novo território. A luta desses expropriados era também uma luta pela manutenção de sua tradição religiosa, que até então lhes dava conforto e fé. Por isso, que em suas narrativas destacam que ao saberem da notícia que seriam deslocados para Arraias alguns dos moradores questionavam o lugar escolhido, não apenas pelo espaço físico, mas pela diferença do santo padroeiro. Para a Eletronorte, era uma questão sem relevância alguma. A população de Jacundá se considera novamente injustiçada, mas que em se tratando de fé e devoção à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro eles não aceitaram as condições impostas, havendo reação.

> Quando nós chegamos aqui em Arraias, já tinha um padroeiro no lugar e Nossa Senhora perdeu. Aí a briga da comunidade daqui com a paroquia de Jacundá, porque eles não queriam que a gente construísse uma igreja, dizia que era para colocar a Santa lá do lado de São João Batista, mas nós não aceitamos, lutamos com muita dificuldade e com ajuda construímos uma igrejinha para Nossa Senhora do Perpetuo Socorro como relíquia da antiga Jacundá, a padroeira da antiga Jacundá. E o direito que nós tinha, da igreja, da casa paroquial do barracão comunitário que nós tinha lá; pagaram, a Eletronorte pagou pro bispo de Marabá, completamente errado! tinha que pagar pra nós aqui, o trabalho nosso, pra nós construir a igreja, a nossa cede como era. Mas não, foi desviado para Marabá. Marabá não colocou, na nossa igreja, um prego! Só que graças a Deus nós tivemos nossa paroquia, e como se sabe, Santo não briga. (FABIANO, nov. 2017).

O padre Humberto Hialland e a freira Dorothy Stang começaram a atuar na vila Arraias, no ano de 1977, quando ainda residiam na cidade de Abel Figueiredo. É no ano de 1979 que se juntam ao Padre Antônio, que atualmente está coordenador da CPT em Belém, vinha de Minas Gerais para formar o primeiro grupo na PA-150 das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligados à diocese de Marabá que tinha como Bispo, Dom Alano. Se instalaram em Arraias para

dar sequência aos trabalhos de formação e apoio aos moradores da PA-150, principalmente na região de Arraias, a qual possuía os maiores índices de conflitos e com assassinatos nas disputas por terra.

O encontro desses religiosos foi muito importante para o movimento que se iniciava em Arraias em defesa da terra aos posseiros, mas também, foi revelador para eles o processo conflituoso que se gestava entre os expropriados, a Eletronorte e o Estado. Para o Pe. Antônio de forma mais significante já que esse religioso antes mesmo de chegar em Arraias vivera um deslocamento compulsório provocado pelas construções da usina hidrelétrica de Furnas na cidade de Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais. Filho de uma família de "sem terras", seus pais foram escravos nas fazendas de café e gado de Minas Gerais, posteriormente ao deslocamento, sua família perdeu suas terras também, de forma traumática e violenta como é próprio do deslocamento compulsório que desterritorializa as populações. Suas terras nunca foram indenizadas.

Essa experiência certamente permite aos religiosos agirem diante dos desafios vivenciados já que aquela ação religiosa era uma ação política voltada à organização na luta pela terra, como destaca Pe. Antônio sobre o papel da igreja católica no contexto da vila Arraias, no final da década de 70, em plena ditadura militar em que o silenciamento era sua marca predominante:

> Nossa missão era a formação bíblica do povo, no entanto era preciso ligar à história, à vida desse povo, à conjuntura que viviam, que era a luta por terras, por direitos, estrada, educação, por saúde. Era uma formação que despertava uma fé libertadora, comprometida, tudo ligado aos valores do reino do evangelho. Nossos trabalhos se resumiam a isso, contávamos com o apoio do MEB[9] para alfabetização do povo que em sua maioria chegavam ali analfabetos. A luta por saúde, educação, direitos, terra, era essencialmente ligada a fé cristã. Não tinha isso de a fé aqui e a luta por terra e direitos acolá, estava tudo junto, era uma forma de pastorear de acordo com a linha que orientava a diocese de Marabá. Na luta por terra a Igreja não tinha dúvida, nosso lado era o dos oprimidos, dos esmagados, dos posseiros e dos direitos. Usávamos muito o estatuto da terra em nossos trabalhos e tínhamos o trabalho político e social como parte inerente da evangelização. (ANTÔNIO, dez. 2018).

[9] Movimento de Educação de Base (MEB), é um organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Foi fundado em 21 de março de 1961. Há mais de 55 anos realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais, em regime de parceria com o governo estadual. (Disponível em https:www.meb.org.br).

O entendimento desse religioso é aqui, ainda mais reforçado com uma análise de Martins (1993), sobre a ação da igreja católica libertadora na Amazônia para uma compreensão ainda mais intrínseca, do que significa essa narrativa do Pe. Antônio e como a presença da Igreja refletia na vida desses sujeitos:

> [...] a religião tem um papel libertador. O pequeno círculo bíblico que compõe a comunidade de base, que reúne alguns vizinhos de casa, de situação e de fé, inverte a prática religiosa tradicional ao refletir sobre a vida cotidiana à luz do Evangelho, ao examinar sua própria experiência diária, seus problemas diários, os reflexos dessa experiência e desses problemas na sua fé e na sua vida à luz da experiência evangélica. Os membros dessas comunidades entendem que o Evangelho continua sendo escrito e que eles próprios são participantes desse processo. Ou seja, já não são mais os excluídos e passam a ter uma função profética. (MARTINS, 1993, p. 145).

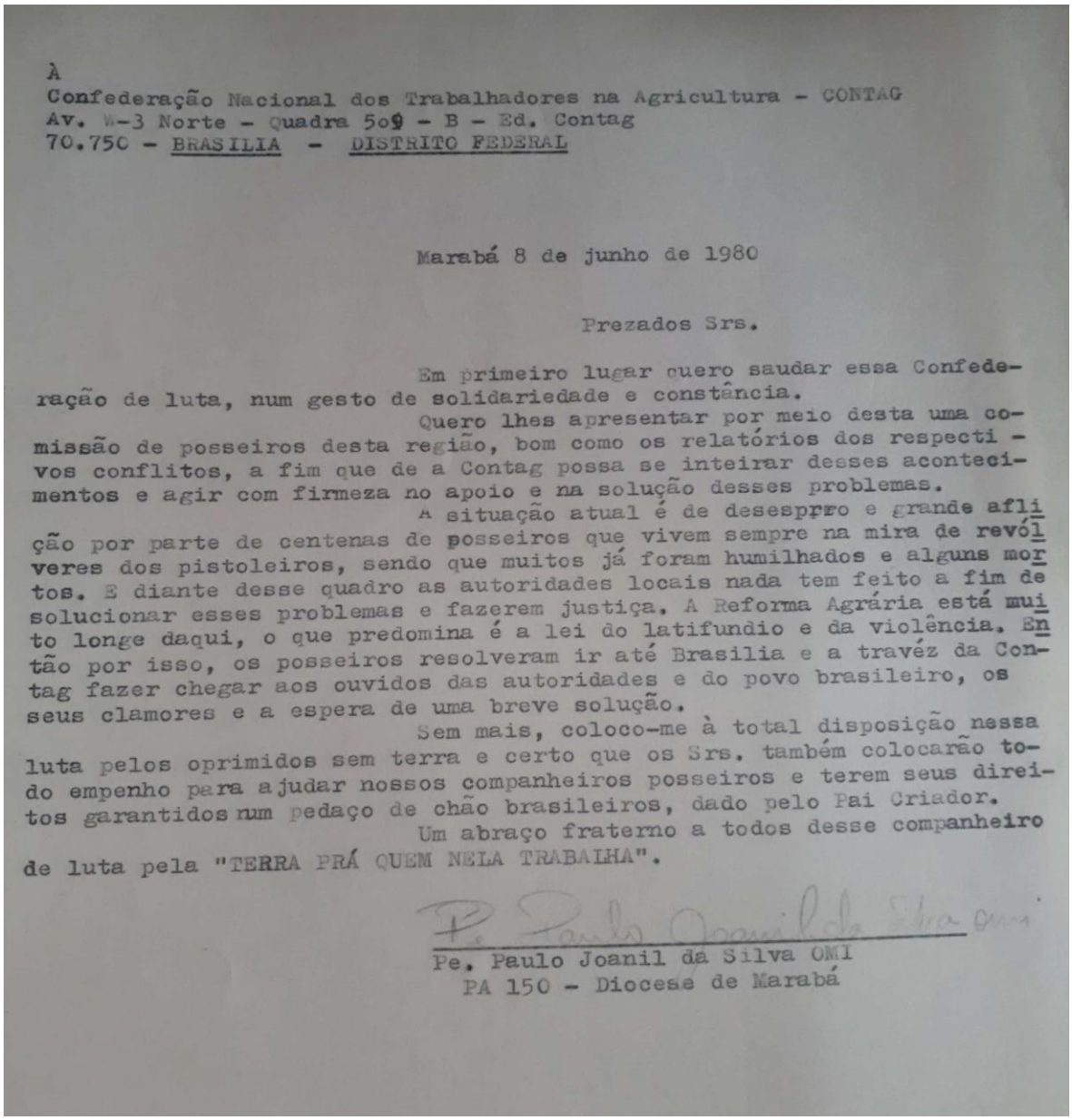
Martins compreende ser de fundamental importância esses trabalhos para o amadurecimento das lutas e dos próprios sujeitos que vivem em contextos de conflitos, como era o caso de Arraias. A narrativa do Sr. Vicente nos permite perceber o que Martins (1993, p. 145) compreende como "fortalecer enquanto grupo", o ser coletivo nesses contextos de lutas, independentemente de quem seja o algoz, contribui para a saída do indivíduo do estado de passividade, pela certeza de não se encontrar sozinho. O Ser coletivo dá voz e força para quem se encontra em estado de opressão:

> A igreja fomentou nos agricultores que se organizassem para se defenderem. O povo confiava na Igreja e sentia que debaixo da batina do Padre estavam em maior segurança, a Igreja não dizia se armem, mas ela dizia, se defendam. Era um povo consciente do que tinha que fazer e não só as lideranças, todo o povo tinha uma consciência de luta, eram revolucionários. Eu acho que a dor faz aquilo, pessoas de base com pouquíssima escolaridade e as vezes nenhuma, mas tinha uma visão política significativa, uma perspectiva revolucionária. (VICENTE, nov. 2018).

É a partir do contexto da organização política entre posseiros, agricultores e Igreja já estabelecido em Arraias que acreditamos na intenção planejada da Eletronorte e do Estado colocarem as duas populações frente a frente, sem respeitar suas histórias e contextos de vida. Dessa forma, o conflito nascido desse encontro forçado, tomaram dimensões que invisibilizaram as ações da Empresa e, ainda mais importante, desarticularam a união dessas populações. A Igreja fazia parte de todas as frentes de lutas por terra naquela região, fazia com que as lutas transcendessem as barreiras físicas do Estado, o grito das comunidades eclesiais de base ecoava longe, denunciando, informando. Como podemos comprovar com a carta de denúncia de como estava a vida em Arraias, escrita por Pe. Paulinho e lida publicamente num Encontro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em Brasília

no ano de 1980. Portanto, foi bem elaborada a estratégia da empresa para desarticular qualquer tipo de diálogo que pudesse surgir entre as duas populações. Não seria conveniente que elas assumissem essas lutas de forma conjunta.

Figura 12: Carta de Denúncia entregue à Contag durante Encontro Nacional em Brasília, ano de 1980.



À
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Av. W-3 Norte - Quadra 509 - B - Ed. Contag
70.750 - BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

Marabá 8 de junho de 1980

Prezados Srs.

Em primeiro lugar quero saudar essa Confederação de luta, num gesto de solidariedade e constância.

Quero lhes apresentar por meio desta uma comissão de posseiros desta região, bom como os relatórios dos respectivos conflitos, a fim que de a Contag possa se inteirar desses acontecimentos e agir com firmeza no apoio e na solução desses problemas.

A situação atual é de desespero e grande aflição por parte de centenas de posseiros que vivem sempre na mira de revólveres dos pistoleiros, sendo que muitos já foram humilhados e alguns mortos. E diante desse quadro as autoridades locais nada tem feito a fim de solucionar esses problemas e fazerem justiça. A Reforma Agrária está muito longe daqui, o que predomina é a lei do latifundio e da violência. Então por isso, os posseiros resolveram ir até Brasilia e a travéz da Contag fazer chegar aos ouvidos das autoridades e do povo brasileiro, os seus clamores e a espera de uma breve solução.

Sem mais, coloco-me à total disposição nessa luta pelos oprimidos sem terra e certo que os Srs. também colocarão todo empenho para ajudar nossos companheiros posseiros e terem seus direitos garantidos num pedaço de chão brasileiros, dado pelo Pai Criador.

Um abraço fraterno a todos desse companheiro de luta pela "TERRA PRÁ QUEM NELA TRABALHA".

Pe. Paulo Joanil da Silva OMI

Pe. Paulo Joanil da Silva OMI
PA 150 - Diocese de Marabá

Fonte: Acervo CPT – Marabá (dez. 2018)

Antônio aponta a Eletronorte como condutora desse conflito, mas não aceita que chame de conflito religioso, pois o conflito não foi pelas diferenças religiosas, mas sim, pela forma como a empresa os colocou lá em Arraias e como se aproveitou das diferenças entre ambas as populações para que desviassem o eixo do grande problema que promoveria: "considero que a Eletronorte usou o sentimento religioso das pessoas de lá para praticar uma violência. A maioria da população não compreendeu isso. A população não compreendia que em um espaço tão pequeno não havia como ter duas igrejas, dois padroeiros". (ANTÔNIO, dez. 2018).

Para esse entrevistado a população da antiga Jacundá não compreendia o jogo de interesses que cercavam as ações tomadas pela empresa e como aquela população era entrelaçada em suas redes de interesses e estratégias:

> [...] foi um ato terrível, mas ficou por isso mesmo. Foi dessa forma que a empresa manipulou de forma grotesca para gerar divisão. Uma estratégia para que aquelas duas populações não se unissem e não houvesse diálogo no intuito de se construir uma frente de luta forte que fosse contra a empresa. A empresa dividiu para fragilizar... [...] usaram do sagrado popular para manipular e alcançar objetivos políticos. Uma perversidade. (ANTÔNIO, dez. 2018).

A perversidade referida destacada se refere, ainda, ao fato de como a empresa manipulou o violento processo de deslocamento ao fazê-lo como um momento alegre, festivo, a transferência da Santa Padroeira. O jogo da empresa era alegrar o sofrimento, pois a transferência das coisas santas era a concretude do deslocamento, das vidas da população por isso mesmo ela organizou um grande evento de celebração de sua ação de desterritorialização dos expropriados:

> "No dia de transferir os bens da Igreja da antiga Jacundá para Arraias a Eletronorte disponibilizou caminhão, ônibus, som. Veio uma representante do governo estadual, uma sobrinha do então Governador Jarbas Passarinho, veio de Belém somente para participar desse evento". (ANTÔNIO, dez. 2018).

Um evento, uma carreata com políticos, moradores, ~~como~~ uma procissão de fé, um ato político autoritário, estabelecia a nova morada da Santa. A divisão entre os dois grupos se concretiza, também, nos diferentes espaços religiosos. Uma das casas da vila Incobal, onde atualmente funciona o Museu da Memória de Jacundá, tornou-se espaço de cultos dos expropriados, com a afirmação que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro seria a padroeira da nova cidade. Com isso, tomaram a decisão, a Santa continuaria a padroeira da devoção dos expropriados, decidiram, ainda, que não frequentariam a igreja de São João Batista:

> A carreata que tinha música, fogos, era uma festa só. Quando chegaram na porta da igreja ouvi quando ela gritou ao microfone que o povo de Jacundá não podia permitir que a Santa ficasse dentro da igreja de um santo comunista, subversivo, que lá não havia espaço para ela. Que levassem a santa para a vila Incobal que lá fariam uma igreja para ela. E lá realmente se tornou o espaço dos momentos de religiosidade de boa parte do pessoal. Várias das senhoras mais idosas que acompanhavam a imagem começaram a chorar, dizendo que aquilo não era possível que na vila não tinha igreja. (ANTÔNIO, dez. 2018).

O encontro forçado de culturas diferentes, eram inevitáveis, assim como o estranhamento e a construção de barreiras também. "Eles não gostavam de Arraias, no sentindo cultural, da vida da cidade, da vida seca no verão, onde o rio praticamente desaparecia dali. Eles sofreram, forçados a viver em uma terra que não era deles, como se fossem refugiados". (ANTÔNIO, dez. 2018). Com a narrativa de uma entrevistada temos a visão dos Jacundaenses em relação às práticas de fé da população de Arraias e, em nada ajudava para que houvesse um diálogo.

> A gente não gostava das missas deles, nosso modo de religião era bem diferente, as missas deles mais falava de conflito, de luta por terra que de Deus. A gente não queria ir para igreja pra falar de terra, costumávamos ir pra cantar, rezar, era um momento feliz, aqui a gente encontrava gente armado dentro da igreja. O padre na hora do sermão só falava de política, de terra, de grileiro, aí assim a gente não queria. A gente achava aquilo estranho demais. (CONCEIÇÃO, nov. 2018)

A população deslocada para Arraias se vê em um contexto de vida diferente da sua origem, já não mais havia o rio como centro condutor da dinâmica do local, nesse momento, era a estrada PA 150, o que provoca uma mudança significativa no modo de vida tradicional. O rio ao qual eles estavam adaptados e viviam em torno dele foi-lhes retirado. A narrativa de Dona Conceição (nov. 2017), em relação a esse período de mudanças, "era muito sofrimento, muita luta, não sei como os pais sustentaram suas famílias, só sei que nós sobrevivemos", expressa o que foi a desestruturação provocada pelo deslocamento compulsório. Uma nova configuração de vida era imposta àquela população, suas trajetórias ficavam nas lembranças de sofrimentos e alegrias de um tempo bom que lhes fora retirado, mas que nesse movimento dialético entre sofrimentos e alegrias, entre silenciamento e gritos coletivos eram reafirmadas como forma de estratégia e de sobrevivência.

Para Conceição (nov. 2018), "muitos dos idosos morreram aqui de desgosto, eles não queriam vir, mas não tiveram outra opção, aquela era a forma de vida deles, aqui era muito diferente, muita violência, muito sofrimento".

Para uma melhor compreensão do que é esse rompimento da vida e da história vivida em coletividade, provocada pelo deslocamento compulsório, encontramos em Halbwachs uma explicação, sutil e profunda:

> [...] não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Mesmo que pudesse acreditar que não é bem isso, quando os membros do grupo estão dispersos e nada encontram em seu novo ambiente material que recorde sua casa e os quartos que deixaram, quando permanecem unidos pelo espaço é porque pensam nessa casa e nesses quartos...o local recebeu a marca de um grupo, e vice-versa...cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos no que nela havia de mais estável...a partir do rompimento dos laços que os prendiam ao lugar, este não será mais o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva. (2017, p. 160 - 161).

O afastamento do grupo, do território e o rompimento das relações sociais estabelecidas são apontados como um dos aspectos que mais impactaram na vida, no novo contexto. Na nova Jacundá a configuração espacial dos expropriados fora diferente da anterior, os vizinhos já não eram mais os mesmos, marcava que as famílias tinham se distanciado; naquele momento, ser entendido e entender o outro era quase impossível.

> Na parte de relacionamento com as pessoas, aqui as pessoas são muito difíceis, muito diferente da gente, porque lá a gente vivia em irmandade, todo mundo se conhecia, todo mundo era amigo, todo mundo era alegre, quando um ficava alegre a gente tava alegre junto, quando tava chorando, a gente tava chorando junto. Adoeceu, tava todo mundo lá. Precisou tirar da cidade a gente fazia uma vaquinha, unia, e já tirava, era assim. E aqui a gente ficou assim, até os que vieram pra cá, ficou distante da gente. (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

Os expropriados enfrentam conflitos entre si e com os outros, novas barreiras a transpor e ainda redesenhar e constituir uma nova comunidade, um novo território, que garantisse seus meios de reprodução social e sua cidadania. Foram separados definitivamente do seu território, da natureza que conduzia os seus dias e colocados em condições adversas.

> Muito difícil. Eu estranhei muito quando eu vim pra cá. Primeiro que lá, época de junho, julho, agosto era frio, porque a gente morava na beira do rio, e quando dava assim, 16 horas, o sol podia ser quente como fosse, quando dava 16 horas começava a esfriar. A noite a gente dormia com cobertor, era muito gostoso, quando eu cheguei pra cá, eu quase morri, eu fiquei doida, eu não conseguia dormir de noite, não tinha energia quando a gente veio pra cá, ai era um calor terrível, um calor insuportável, não tinha energia e nem água, a gente tinha que ir nas cacimba ali em baixo pra pegar água, foi uma dificuldade tremenda. E eu sentir muito nessa parte. (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

E, ainda, em condições incertas como evoca a narrativa abaixo:

> [...] lá a gente não ia pegar o dinheiro e sair para o mercado, pegar o dinheiro e ir pra feira, pegar o dinheiro e ir pra loja, aqui a gente tinha que amanhecer o dia comprar o pão, comprar o leite, comprar carne, comprar o peixe, tudo, tudo comprado, se não tiver o dinheiro... e da onde vem esse dinheiro se não tem emprego? Não foi fácil! Não é fácil! (FABIANO, nov. 2017).

Os expropriados quando desterritorializados do seu território, do seu modo de vida, do seu grupo de origem, é certeza de desconforto, de choque com o mundo social que terá que se adaptar e se reterritorializar não nas mesmas condições que antes, mas, de acordo com aquelas que eles enfrentam, pois eles enfrentam com sabedoria e aprendem, criam e recriam suas próprias condições de viver mesmo em situações de imposições, de exclusões, são eles quem fazem a sua história, e nesse caso, em análise, eles não aceitaram de forma passiva as condições impostas ao movimento dos expropriados.

As inquietudes, as revoltas diante do material e simbólico vazios, dificilmente serão preenchidos conforme declara um expropriado: "É um buraco que nunca será tampado, nunca mais teremos aquela vida de tranquilidade que tinha, na beira do rio banhando, pescando, caçando, vivendo aquela vida saudável, despreocupada que lá era, aqui não é assim" (FABIANO, nov. 2018).

Magalhães (2007), ao analisar as categorias dor e sofrimento, nos ajuda a compreender os sentimentos que carregam os expropriados, pós deslocamento: "É, pois, a partir da situação particularmente vivida pelos grupos sociais compulsoriamente deslocados que se pode aprender o sentido do sofrimento que eles evocam. Um sentido que, no caso de Tucuruí, tem como referência, um passado socialmente construído, por eles denominado, tempo da terra livre, ao qual é contraposto o tempo pós-barragem". (MAGALHÃES, 2007 p.150).

A construção da hidrelétrica separa suas vidas em dois tempos, o antes, o tempo no qual não havia disputas por terras e o depois, tempo de Arraias, no qual muitos pais de famílias viram seus filhos morrerem e muitos filhos ficaram sem pais, vítimas dos poucos "donos de terras" na região, os latifundiários, que enquanto multiplicavam suas terras, sucumbiam inúmeras famílias desse direito. O Sr. Fabiano confirma em sua narrativa o que era esse tempo no qual não existia dificuldades para se obter terra:

> [...] a prefeitura doava. Eu era fiscal, aí a senhora se agradava de um lote e fazia um requerimento, "Senhor prefeito municipal de Jacundá, pelo presente venho requerer que vossa senhoria, ceder por apuramento, um lote situado na rua tal assim, assim, assim". Aí aquele requerimento ia para prefeitura, o prefeito passava pro fiscal, o

> fiscal ia medir, conferir e dar a informação, "informo que o requerimento do senhor (a) fulana de tal, estar tudo no conforme, como requer, tanto na medida, como na localização, assinava fiscal". Se não fizesse isso o prefeito era indeferido. Ai a gente pagava o fórum, aquela taxinha do fórum, mas comprar lote ninguém comprava. A madeira também não comprava porque não tinha serraria, ia para mata e pegava a madeira e fazia ali a casinha. (FABIANO, nov. 2017).

O impacto da lógica mercadológica dos grandes projetos é devastador na vida dessas pessoas, a inserção dessas comunidades que possuem uma lógica de vida bem diferente das lógicas que predominam nos espaços em que elas são alocadas de qualquer forma. Expropriados e seus territórios incluídos em regras, ideologias a partir das quais se aceita as promessas do "desenvolvimento".

> [...] estou tão confusa né! É tão difícil a gente até imaginar, será que foi desenvolvimento? Porque a gente viu tanto sofrimento mesmo com esse desenvolvimento que eles têm, tanta gente sofrendo; muita dificuldade, muita luta. Eu sei que a nossa vida foi uma vida muito sofrida com essa mudança de lá para cá. (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

É no momento do impacto, do choque, com o sistema formalizado por uma administração eficiente em todos os âmbitos da vida do sujeito que se amplia o entendimento do Estranho, compreendemos que o conceito de Estranho apresentado por Martins: "aquele que vem de fora, o que pertence a outro mundo social, diverso daqueles que sofrem o seu impacto e vivem a sua presença intrusa e incômoda, ... são, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis" (MARTINS, 1993, p.11), ao longo do contexto de conflitos, violência, ausências, se estende pela vida física e social do expropriado mas, também, pela vida emocional, psicológica, a vida vivida em silêncio e não dividida em sociedade, vivida na dor e na saudade de cada individualidade. Martins já anunciava e compreendia esse efeito:

> [...] estamos falando de grupos humanos e de categorias sociais que têm sido mantidos à margem, excluídos da História. A nossa tradição histórica e coorporativa pesa ainda mais na exclusão econômica da grande massa trabalhadora e das populações indígenas, excluindo-as, porém, politicamente e marginalizando-as socialmente. São populações compelidas, por isso, a praticar uma vida de duplicidade, a ocultar elementos de sua cultura e a revelar apenas o que é sancionado pelos que as dominam. [...] quando alcançados pela chamada civilização, é que seu lugar nesta sociedade é demarcado por uma desigualdade estrutural que fará dele, com o tempo, uma dupla pessoa. (MARTINS, 1993 p. 30-31).

É num ambiente de repressão, sofrimento e de revelar só o permitido, que analisamos o trabalho de Theodor W. Adorno (2012), em que o autor entende o fenômeno do fascismo a

partir de teorias Freudianas, para compormos uma melhor análise da história de vida dos expropriados de Jacundá, que são empurrados violentamente à uma contradição constante entre o ser individual e a sociedade. O impacto psicológico dessa relação, o peso dessa sociedade metodologicamente administrativa é deprimente à individualidade desse sujeito já fragilizado pelos processos de perdas que vem sucedendo.

O autor analisa o comportamento emocional e individual do sujeito com base no conceito utilizado por Freud de Estranho (Unheimlich), ao contrário de doméstico (heimlich), Freud aponta que o Estranho seria uma derivação do familiar, no entanto, lhe provoca medo, horror, incômodo. Adorno se volta ao sujeito, ideologicamente fascista, para compreender como o apagar da subjetividade individual impacta na relação com a sociedade. Essa força opressiva destitui o sujeito histórico, tornando-o cada vez mais fragilizado e de identidade ameaçada, torturada. Uma das narrativas representa bem essa tortura:

> [...] um momento difícil, nunca havíamos pedido nada para ninguém, meu pai era um homem muito ativo, castanheiro, pescador, vivíamos bem, de repente a gente veio para a cidade, ficamos dependentes de outras pessoas, famílias, amigos. Meu pai entrou numa depressão profunda, ele se isolou, ele não sustentava mais a família, aquilo acabava com ele, ele não tinha mais alegria, aquela alegria de quando era castanheiro. A minha mãe que reagiu àquilo tudo, tomou as rédeas da coisa, não sei precisar quanto tempo ele ficou assim, sei que foi um bom tempo. Minha mãe chorava muito. (RIBOALDO, Maio. 2018).

Adorno (1988), percebeu a necessidade de utilizar os conceitos de Freud para entender as contradições das transformações que ocorrem na sociedade que vivia no período fascista. A preocupação de Adorno era como os processos emocionais fragilizam as pessoas e as torna vulneráveis. Analisando o processo de deslocamento e suas consequências a partir de Adorno percebemos a violência, a dor e opressão capazes de produzir sequelas para toda uma vida. Esse processo de abandono coletivo e individual requer um olhar para si, para os seus cortes, as suas ausências, a mágoa, o ressentimento. Reconhecer as diferenças permite o afastar das fantasias ou expectativas e se colocar dentro de uma realidade que por muitas vezes não é bem quista, muito menos idealizada. Nos remetemos a outra narrativa para compreender os efeitos da hidrelétrica à realidade dos sujeitos expropriados:

> [...] tive a tristeza de ver muitos amigos se viciarem em drogas, jovens, filhos de pescadores e agricultores não tinham nada, passavam fome, começaram a se envolver com tudo que não prestava, ficavam viciados, iam roubar, acabavam assassinados. Gente que nunca havia feito nada de errado, mas se perdia. A Eletronorte deixou muita gente em situação desumana. (RIBOALDO, mai. 2018).

As experiências que eles passaram a vivenciar se chocavam com o que viviam antes, as contradições se evidenciavam naquele novo contexto em que devem seguir as novas regras que lhes são impostas. Era necessário se reterritorializar, para assim darem sequência às suas vidas, mesmo com todos os conflitos que ameaçavam suas identidades, seus hábitos de fé, a relação que mantinham com a natureza, as relações sociais construídas dentro de um ambiente familiar. Os jacundaenses viveram (e ainda vivem) conflitos com a Eletronorte e os moradores de Arraias, assim como, conflitos internos, de pertencimento há um mundo destruído, sem possibilidade de retorno, e garantir a lembrança viva das suas origens, da sua história, sem se tornar um ser estranho aos outros, para que a sua aceitação não seja tão hostil. A Hostilidade então, torna-se interna, na construção, na busca de uma identidade aceitável, uma incansável tensão com o seu eu. Uma tensão que chega a mascarar/confundir quem é realmente o Estranho, a empresa compreendemos ser um Estranho, no seu objetivo de eliminar qualquer situação que venha a ser empecilho à construção do seu grande propósito de gerar energia elétrica não considera nada mais pelo caminho. Para os expropriados a população de Arraias também era Estranha, ocupavam o espaço que deveria ser a cidade prometida, o lugar de "desenvolvimento" e não de escassez e lutas como se tornou.

Os moradores de Arraias, também conviviam com os seus Estranhos, os latifundiários e grileiros que tomavam suas terras, a Eletronorte que toma a Vila como se fosse propriedade particular para as necessidades da empresa, com o Estado que apoiava as ações do empreendimento e os expropriados de Jacundá, que chegavam reivindicando direitos sobre aquele território por eles tão disputado. Ou seja, para cada grupo existia possibilidades e estranhos diferentes, relações de estranhamento foram construindo esse novo território, a Nova Jacundá. Uma sociedade desconfortável, formada por estrangeiros que necessitavam se estabelecerem e firmarem como uma sociedade, com suas distintas identidades e pertencimentos próprios de cada grupo.

Os expropriados também se sentiam como estranhos, incapazes de atender as necessidades do lugar, assim como, sentiam que aquele lugar não seria capaz de preencher as lacunas e mágoas que traziam pós deslocamento. O que se torna evidente quando, em uma entrevista, questionamos sobre o que eles pensam representarem dentro da nova Jacundá, na história de construção daquele território:

> Nada! Não significamos nada! Os que foram chegando, foram tomando espaço, e só tem espaço para quem eles querem, até na prefeitura, você forma o um filho de Jacundá, eles mandam buscar um formado lá da China pra dá emprego, mas pro filho de Jacundá, não dar. É desse jeito. Só tem valor quando eles querem um voto, aí

> quando quer voto vai na casa de cada um, "Ah, da antiga Jacundá, e não sei o que, blá, blá blá", a cidade foi crescendo, muita gente de fora né, o povo de Jacundá foi ficando pra trás, já chegou de escanteio, porque quando a gente chegou aqui, ficamos pra ponta, perdemos todo o espaço. (CONCEIÇÃO, nov. 2017).

A população da Nova Jacundá, independente dos grupos sociais, precisou reinventar-se, mesmo que deslocada, expropriada, ou invisibilizada foi inclusa de forma ditatorial, sem compromisso social, em que a dignidade humana não teve relevância, tudo gira em prol dos grandes grupos econômicos e da possibilidade da lucratividade, a estruturação da região é planejada somente para que ela atenda às necessidades do mercado internacional. A empresa não se importava se os Expropriados que vinham de um contexto de vida em que a eram direcionados pela natureza ficaram sem possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e passaram a viver dimensões insuportáveis de sofrimento, desencanto e estranheza. As indenizações pós deslocamento *ex situ* seria condição fundamental para sua reconstrução financeira e psíquico social é negligenciada, justamente como estratégia de enfraquecimento e desestabilização para manutenção do processo de vitimização estabelecido anteriormente. A condição de sujeito vulnerável é necessária para que se prolongue a dominação. Se a promessa do "desenvolvimento" é cumprida, se condições melhores de vida, com habitação, alimentação, saúde, educação são disponibilizados para aquela sociedade, mais difícil se tornam as estratégias de manipulação, a submissão é quase improvável. Ou seja, quanto mais dependente de políticas públicas, maior a presença administrativa, o poder de manipulação e dominação da empresa e do Estado.

Compreendemos que em um território construído a partir de diferentes lutas e conflitos, a memória é um instrumento de resistência, as lembranças permitem tanto aos expropriados como os moradores de Arraias, ~~e~~ (re)viverem momentos únicos, com sensações individuais incapazes de serem percebidas por outros, mesmo através dos relatos, pois essas sensações são conduzidas pelos detalhes vivenciados de forma individual e coletivo. A memória permite que esses grupos em meio ao caos, consigam fugir e se recolocarem mesmo que por breves momentos em uma espécie de ilha, sem a presença dos Estranhos. Entendemos que são experiências individuais e coletivas, exclusivas a grupos específicos, como podemos constatar na narrativa de um entrevistado, durante uma roda de conversa e compartilhada por outros presentes como se também, conseguissem vivenciar as mesmas sensações a partir daquela fala:

> As vezes quando estou aqui sozinho, sentado nessa calçada quente, fecho os olhos e viajo para Jacundá, me vejo à beira do Tocantins com os pés dentro d'água, sinto aquela sensação de água fria batendo nas pernas, sinto o cheiro do rio, o gosto da

> castanha, aquele clima bom que eu nunca senti aqui, até a minha alma refresca! (ARNALDO, nov. 2018).

Adorno (1988) contribui com a nossa análise quando elabora que, só uma subjetividade consciente, mesmo que não livre, pode se constituir numa forma de resistência à aniquilação imposta pelos grandes projetos de investimento. Constatamos com as percepções da memória de Arnaldo, que essas narrativas definem os traumas, as dores, o nível da violência imposta, mas, por outro lado, essas mesmas narrativas definem o amor, o afeto construído dentro dos territórios, as identificações com a natureza, com os hábitos, com as pessoas, a liberdade do Ser.

4.1 O Museu Histórico de Jacundá, memória e resistência

Um espaço produzido pela memória, que produz sentimentos de pertencimento, de identificação e resistência dos Expropriados de Jacundá, é o Museu Histórico de Jacundá:

> Esse museu é o único espaço aqui dentro de Jacundá que representa nossa história, que faz a gente lembrar da nossa História, eu só quero que a nossa memória não se apague e que as pessoas daqui de Jacundá saibam da nossa origem, que temos uma história que as novas gerações precisam saber. Eu luto para permanecer viva a história da minha vida, do nosso povo, é muito triste um povo sem história. (VALENTIM, nov. 2017).

Conforme Valentim, em 11 de agosto de 2012, o prefeito, Izaldino Altoé, abre oficialmente o Museu da Memória de Jacundá. Esclarece que essa ação se deu depois de muita luta e por alguns mandatos de diferentes prefeitos, explica que sempre obteve respostas negativas quanto à criação do museu nas gestões anteriores, ninguém da administração pública da Nova Jacundá tinha interesse em preservar a História da antiga Jacundá. “Eles não têm interesse algum, não é a história do povo deles, simplesmente eles não fazem questão de lembrar da nossa história, acham desnecessário”. (VALENTIM, nov. 2017).

O prédio onde funciona o museu, pertence a igreja católica, foi lá que se instalou a primeira igreja de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro. Foi reformado e pensado para se tornar um espaço da memória. Em uma sala, na entrada do prédio, funciona a biblioteca municipal, no

salão principal está o museu, lá encontra-se fotos, jornais arquivados, instrumentos que eram utilizados na antiga Jacundá que identificam os modos de vida da população ribeirinha, maquetes de barcos e maquinas, instrumentos de mergulho usados no período do garimpo, utensílios do lar que demonstram o espaço temporal no qual a população estava, quadros pintados à mão com fotos dos moradores, ou seja, um espaço que proporciona uma volta ao tempo para quem vivenciou aquele contexto, mas também uma possibilidade para quem não o vivenciou, conhecer e poder criar um conceito mais real da devastação que é a construção de uma hidrelétrica na vida dos deslocados compulsoriamente.

Olhar a antiga Jacundá a partir do museu é compreender a riqueza da temporalidade para o nosso trabalho, a sua diversidade, as vivencias que se desencontram no tempo, uma temporalidade a qual o Museu nos remete e Martins contribui para nossa compreensão:

> A sociedade contemporânea se desenvolve em ritmos desiguais: a agricultura caminha mais devagar do que a indústria, o proletariado mais devagar do que a burguesia, os trabalhadores mais devagar do que os intelectuais: os acadêmicos debatem a pós-modernidade enquanto os operários da periferia disputam, no sacrifício pesado dos juros altos e das prestações mensais, modestos signos do moderno e da modernidade, como a televisão, a geladeira, o liquidificador. Muitos nem mesmo chegaram ainda ao mundo da escrita e do livro, enquanto em outros pontos da sociedade dizem que o livro já é obsoleto e está sendo superado pela tela do computador. (MARTINS, 2017, p.149).

Compreendemos o Museu Histórico de Jacundá como um espaço físico de resistência, um instrumento de luta que não deve ser silenciada. Atualmente o administrador do Museu, Sr. Valentim, nascido na antiga Jacundá, filho do Sr. Fabiano, vivenciou todo o contexto do deslocamento compulsório aos quatorze anos de idade, tem lutado pelo reconhecimento do espaço físico, mas também pela resiliência da História de vida, pela memória que se concretiza naquele espaço. O Sr. Valentim lamenta em suas narrativas, o fato do poder público da Nova Jacundá não apoiar o espaço, ele acredita que a administração da cidade não vê o Museu e a História dos expropriados como algo relevante. Para Martins esse compromisso de manter a memória para que assim haja uma reconstrução da História, é um dever individual e coletivo, "A responsabilidade da História é responsabilidade de diferentes sujeitos históricos e não só de um". (MARTINS, 2017, p. 148)

Halbwachs (2017) também contribui com extrema sensibilidade para compreendermos o significado de espaços como o Museu, a sua importância para a construção e reconstrução cultural de um povo. Os objetos, fotos, máquinas, não são parte da sociedade, mas por meio deles recordam os costumes, as diferenças sociais. Cria-se uma conexão entre o objeto, o

espaço e o tempo, traz o passado ao presente, retrata uma maneira de ser, eles, os objetos, não falam, mas por eles compreendemos, construímos sentidos:

> Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2017, p.170).

Portanto, identificamos o Museu como parte da História dos Expropriados da antiga Jacundá, os antigos ribeirinhos se encontram e se conectam por meio dos objetos, das fotos, assim, a memória social que o Museu narra, é um meio de reconstituição do contexto vivido pelos expropriados.

4.2 O Deslocamento *In Situ* de Arraias

> O primeiro espaço ocupado e construído foi a vila Incobal, em algumas casas funcionaria o centro administrativo e as outras casas seriam doadas para o pessoal de Jacundá. Eles chegaram e decidiram onde iam construir, era uma área onde já tinha casas e umas ruas abertas, chegavam com os tratores e iam limpando toda a área, passavam o trator por cima de tudo, derrubavam as casas que já estavam construídas por moradores que já estavam em Arraias há dois, três anos. Nós entramos com demanda jurídica, através da CPT – Marabá, contra a Eletronorte, mas nunca houve qualquer decisão positiva. Foi uma ação de despejo violenta. Ela decidiu, passou o trator, abriu as ruas e ergueu as casas rapidamente. Essas famílias despejadas nunca foram indenizadas, houve violência, até prisão de vários pais de família. Foi assim que ela fez, se impôs para a população de Arraias, na marra, com a lei, ela tinha poder de polícia, todos os seus funcionários falavam como se fossem autoridades. Não importava se as pessoas que estavam ali tinham algum tipo de direito. (ANTÔNIO, dez. 2018).

A narrativa de Antônio sobre a chegada da Eletronorte em Arraias, revela a forma violenta como a empresa se apropria do território já ocupado. Essa ação nos remete a outro tipo de deslocamento compulsório, o *in situ*. A lógica racional de apropriação do espaço, que chega com a promessa de "desenvolvimento", com "vida moderna e melhor" e a mesma lógica que descaracteriza e destitui direitos, invisibiliza as populações em favor dos interesses da empresa. No entanto, ela se inscreve na história e na memória com uma característica diferente do deslocamento compulsório *ex situ* descrito acima, pois a população não é deslocada fisicamente

do seu território. Contudo, as técnicas de sobrepor os interesses dos "projetos de desenvolvimento" às populações atingidas possuem caminhos semelhantes: invisibilização, violência, negação de direitos, expropriação e também aniquilação do sujeito. É assim que a população de Arraias é também expropriada sem mesmo ser deslocada fisicamente da Vila.

Para revelar esse processo recorremos às reflexões de autores que a partir de diferentes contextos analisaram processos de deslocamento *in situ:* Zhouri (2013), sobre os conflitos ambientais e territoriais promovidos pelos megaprojetos de desenvolvimento nas regiões sul e sudeste do Brasil, de Shelley Feldman e Geisler (2012), que analisam os deslocamentos humanos a partir de pesquisas em Bangladesh, durante as disputas e apropriações de terras, de Doutriaux, Shively e Geisler (2008), sobre o processo de exclusão social entre etnias produtoras de café no Vietnã. No conjunto essas análises nos permitiram refletir sobre os efeitos da barragem de Tucuruí em Arraias e Nova Jacundá.

O tema deslocamento *in situ* é, ainda, pouco debatido pela academia quando o comparamos em relação aos estudos que abordam o deslocamento *ex situ*. Para Zhouri (2013, p. 3) esse tipo de deslocamento é "uma forma particular de movimento da população no espaço, marcado por uma dinâmica que entrelaça violência e conformação dos sujeitos" e que assume múltiplas configurações. A autora compreende o deslocamento *in situ* como:

> Grupos podem experimentar a compulsoriedade desses processos sem efetivamente deixarem seus lugares de origem, na medida em que veem seus recursos e formas de reprodução social comprometidos pelos efeitos de outras intervenções. O deslocamento *in situ* se refere, assim, a processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco. Nessa medida, o deslocamento compulsório diz respeito não ao movimento físico em si, mas às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco. (ZHOURI, 2013, p.3).

Essa análise de Zhouri (2013) pode ser melhor compreendida se refletida com as reflexões de deslocamento *in situ* elaboradas por Feldman e Geisler (2008):

> Once applied, a focus on in situ displacement reveals the growing magnitude of dispossessed peoples that in fact now exist, and how spatial referencing and human movement e.g. eviction and coerced relocation, are neither the only nor necessarily the best lens for exposing land grabbing and displacement processes, relations, and effects. The in situ perspective, moreover, suggests that depictions of adaptation and coping among displaced persons may simplify and understate a larger and longer unsettling of people, their communities, and the conditions of social reproduction. Recognizing the salience and subtlety of in situ displacement also casts a new light on the role of political, economic, and military elites who deploy violent rent-seeking

> behaviors that are fully capable of ruining lives in ways easily missed in framings of conventional, land grabbing and ex situ displacement. (FELDMAN E GEISLER 2008, p. 987-988).

Ao refletir as narrativas do Pe. Antônio, nos aproximamos de Zhouri, para entender teoricamente o que vivenciou Arraias com a chegada da Eletronorte e seu discurso de "desenvolvimento" e logo em seguida com os expropriados de Jacundá. Na narrativa do Pe. Paulinho, identificamos o deslocamento *in situ* de Arraias; as condições de existência social, as escolhas e favorecimentos devido a posição social, a vulnerabilidade e risco da população que por algum motivo estava no caminho da empresa, as inclusões e exclusões apontadas por Zhouri, a Vila Arraias é despossuída de direitos, à medida que a vila foi inserida no contexto deslocamento provocado pelo lago da Hidrelétrica de Tucuruí.

Arraias foi despossuída de direitos e invisibilizada à medida que a empresa usava a vila para atender as necessidades de instalarem os expropriados, assim como, para prestação de contas da Empresa com a sociedade em geral e para com o Estado que lhe dava pleno apoio. Os autores Feldman e Geisler (2008) complementam os conceitos elaborados por Zhouri (2013) à medida que defendem a necessidade de se compreender o deslocamento *in situ* assim como, Zhouri define, mas também, como condição necessária para entender os reais efeitos dos grandes empreendimentos; entender esses efeitos somente a partir do deslocamento *ex situ* reduz o número de atingidos, tem-se uma visão míope incapaz de contabilizar os números e fatos ocorridos desde a elaboração dos grandes projetos de "desenvolvimento" até à sua execução. Fato esse, que podemos comprovar e exemplificar com a nossa pesquisa, a vila de Arraias e sua população não foi inscrita nos números oficiais anunciados tanto pela Eletronorte como pelos Governos Estadual e Federal, no que se referem aos números de atingidos e área geográfica impactada.

Os estudos de Doutriaux, Shively e Geisler (2008), identificaram e caracterizaram o processo de deslocamento *in situ* vivido pela Etnia Ede, a partir do final dos anos 80 no Vietnã. Um país dedicado à plantação de café por várias gerações teve destaque no mercado internacional. Os pesquisadores identificaram uma característica específica dos contextos de deslocamentos, todas as ações governamentais, se dão em nome do bem-estar da nação e do desenvolvimento baseado na produção e comercialização de riquezas, o que também podemos comprovar com os deslocamentos provocados pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí, tudo foi justificado e compreendido pelos governantes e pelo empreendimento, como de extrema necessidade para o bem nacional, a destruição de sociedades tradicionais, da natureza, todos

postos à margem da civilização "desenvolvida", sacrificados em benefício da criação de riqueza e do "desenvolvimento" geral da nação, isso é o que fica claro pós deslocamentos e ações de compensação da empresa e do Estado. Com isso, Doutriaux, Shively e Geisler (2008), contribuem para o contexto, da hidrelétrica de Tucuruí, Jacundá e Arraias.

> Although coffee cultivation originated in colonial times, it was not until after reunification in 1975 that coffee production gained significant traction. In the late 1980s, as the government began to dismantle the system of state farms and move toward a market-based economy, coffee area and output expanded exponentially. Large changes in population dynamics accompanied this agricultural transformation. Today, less than one quarter of farmers in the Central Highlands are native to the area. The rest are Kinh who entered the area throughout the 1980s and 1990s, either attracted by the wealth associated with coffee production, resettled through government programs, or pushed out of the rice delta by land shortages. This population shift precipitated significant changes in Ede traditions; meanwhile, land rights have become gradually more important, and various land and migration policies have modified traditional relationships with the land. (DOUTRIAUX, SHIVELY E GEISLER, 2008, p. 534).

Ao descreverem os contextos em que se estruturam as mudanças no Vietnã, os autores em muitos aspectos nos remetem às regiões de Jacundá e Arraias, sobretudo em relação às ações que o governo militar promove com os grandes fluxos migratórios para ocupar a Amazônia, todos atraídos pelas promessas de terra, trabalho e desenvolvimento, como ocorreu com os moradores de Arraias, cuja maior parte da população é proveniente de outros Estados brasileiros, em sua maioria da região nordeste, ocasionando, assim como no Vietnã, uma brusca e significativa mudança de identidade no território, de hábitos culturais e nos modos de vida daquela população.

Feldman e Geisler (2012), apontam a apropriação de terras a partir do deslocamento e da invasão de terras em Bangladesh:

> These historically specific and contingent lands grabs draw attention to in situ displacement, where people may remain in place or experience a prolonged multi-stage process of removal. This contrasts with ex situ displacement, a decisive expulsion of people from their homes, communities and livelihoods. (FELDMAN, GEISLER, 2012, p. 971).

E, ainda:

> In the second instance, land predation also occurs, but in and around urban areas. It is again mobilized by elites, parlaying their privileged access to government and military networks, and entails bribery, intimidation, and coercion in a burgeoning urban real estate market. Many farmers who operate

> in the urban shadows of Chittagong and Dhaka experience in situ displacement as their rights to work, to belong in stable and secure communities, and to reproduce their social worlds are lost. (FELDMAN, GEISLER, 2012, p. 974).

Processo semelhante ocorreu em Arraias e na Nova Jacundá, já era uma característica intrínseca de Arraias a luta pela terra, no entanto, com as rodovias abertas pelos governos Estadual e Federal para beneficiar os grandes projetos planejados para a região e a valorização financeira das terras que ficavam à beira dessas estradas, multiplicaram-se os conflitos. Assim como Feldman e Geisler (2008) observaram, as elites se aproveitarem dos relacionamentos e acessos privilegiados para a obtenção ilícita de terras em Bangladesh, na região de Arraias, essa era uma estratégia bastante praticada pela elite latifundiária de toda região. Muitas famílias que tinham o trabalho na terra como meio de vida para a sua reprodução social foram expulsas violentamente, sofreram ameaças, coagidas, foram parar no mercado de trabalho como mão de obra desqualificada e aceitando os postos de trabalho com menores remunerações. Os expropriados de Jacundá e os Arraienses disputavam vagas de trabalho nas serrarias, carvoarias e madeireiras, que se instalavam na região.

Assim como Zhouri (2013) e Doutriaux, Shively e Geisler, (2008) Feldman e Geisler (2012) compreendem que os contextos de deslocamentos *ex situ* e *in situ*, são processos induzidos pelo desenvolvimento, homogeneizados que vão muito além dos deslocamentos físicos, da casa, de localidades. A perda maior e mais complexa que os pesquisadores se referem é à perda de direitos do homem de existir. Feldman e Geisler (2012) também pontuam importantes características sobre os deslocamentos *ex situ* e *in situ*: processos excludentes, detentores de práticas excludentes, nas quais os homens são despossuídos de direitos, títulos, identidade e de sua própria história. As análises dos autores servem de base para uma melhor compreensão tanto do deslocamento compulsório *ex situ* em Jacundá como do deslocamento *in situ* em Arraias.

Identificamos que os processos de violência e exclusão não são específicos do deslocamento físico, do *ex situ*, o *in situ* é tão violento quanto, no entanto, é permeado por uma violência disfarçada, silenciosa. E, ainda, que a partir do deslocamento *in situ* também, poderá ocorrer como consequência novo deslocamento *ex situ*. Os sujeitos atingidos perdem suas condições de trabalho, seus meios de reprodução, o domínio dos seus territórios, direitos são invisibilizados para em seguida não serem reconhecidos, provoca conflitos externos e internos ao sujeito, provocando então, por muitas vezes, deslocamentos físicos, desses espaços em razão

das pressões que vivenciam. No entanto, na maioria das vezes esses deslocamentos não são registrados, o *in situ* normalmente acontece com o decorrer do tempo, na maioria das vezes pós execução dos grandes projetos, em Arraias, aconteceu antes e depois do enchimento do lago da barragem da hidrelétrica, no entanto, essa população não foi registrada e nem reconhecida como atingida pela hidrelétrica. Feldman e Geisler (2012) afirmam, os deslocamentos não acontecem somente de forma física e em primeira instância, eles ocorrem também cotidianamente pós eventos:

> To restate this, we realized that displacement need not be characterized only or even primarily by flight, involuntary migration or the abandonment of one's worldly possessions, at least in the first instance. Such an understanding helps to reveal land grabs as both physical appropriations and, perhaps most crucially, as diminishments in the capacity to socially reproduce everyday lives and livelihoods. Simply put, we suggested that one could be displaced without a 'change of address' or a catastrophic dispossession that comes with land seizure, foreclosure, or violent removal. While remaining at home, in other words, one can experience rapid as well as the slow-motion loss of entitlements, social exclusion and alienation from the rights and identities that had been successfully fought for in social contracts between states and individuals. (FELDMAN, GEISLER, 2012, p. 974).

Feldman e Geisler, acusam o deslocamento *in situ* de provocar uma ruptura na reprodução social, de ser um processo de várias faces:

> Como os trabalhadores enfrentam redundância, superfluidade e descartabilidade no emprego, uma vez que os cidadãos se tornam permanentemente privados ou privados de direitos em estados de exceção, e como habitantes de sistemas ecológicos perdem serviços de suporte à vida, saúde do ecossistema e resiliência. (FELDMAN, GEISLER, 2012, p. 974. **Tradução nossa**).

Esses pesquisadores compreendem que o deslocamento *in situ* pode assumir muitas formas a partir dos efeitos que o capital pode provocar aos atingidos[10]. A insegurança alimentar, financeira, emocional, o direito ao uso da terra, a coerção, a banalização das necessidades básicas, a negação de direitos. Analisam ainda, que o deslocamento *in situ* depende de relações de exclusão que estabelecem novos limites para o movimento físico e social dos sujeitos sociais[11].Se concretiza nas perdas de benefícios sociais, de vulgarizar a

[10] Aqui as mudanças e perdas vivenciadas pela etnia Ede não se referem somente ao território, movimento ou exílio do Estado, mas às perdas de possibilidades de continuidade de suas práticas de vida. Para os autores as etnias Kinh se capacitaram para participar dos processos de desenvolvimento do setor, enquanto que, os Ede passaram a viver um processo de deslocamento *in situ* induzido pelo desenvolvimento - DID (DOUTRIAUX, SHIVELY E GEISLER, 2008, p. 530). Com isso, foram sendo deixados de lado dos programas e incentivos do Estado, por não abandonarem suas tradições, por não produzirem para o mercado.

[11] Os pesquisadores identificam que as etnias Kinh foram reassentadas e beneficiadas por políticas públicas e comerciais que visavam unicamente os lucros provenientes da produção do café, todo o fenômeno de imigração

história de vida construída, do não reconhecimento de direitos, da discriminação e desvalorização, podendo vir a ter direitos civis ou acordos de propriedade suspensos.

Arraias vivenciou vários efeitos dessa natureza, quando a população não fez parte das decisões em relação ao acolhimento dos expropriados, não lhes foi dado o direito de ser ouvida e de opinar; quando ruas e casas foram destruídas para construção da vila Incobal no lugar definido pela empresa, sem respeitar os espaços já habitados e construídos. Arraias foi negligenciada no seu direito de posse e suas lutas foram banalizadas; quando famílias de Arraias perdiam ou eram expulsas de suas terras, por uma elite que chegava atraída pelo discurso de "desenvolvimento", perdiam direitos e acordos anteriores estavam sendo invalidados; suas possibilidades de reprodução social eram reduzidas, enquanto um grupo selecionado se beneficiava por conta de acordos e relações estabelecidos com prefeitura, Estado e Empresa; quando a violência triplica devido à valorização da terra por causa da abertura das rodovias em benefício dos grandes projetos. Considerando o exposto, reconhecemos todas essas situações como fases do deslocamento *in situ* vivenciado por Arraias.

Doutriaux, Shively e Geisler enfatizam, que o deslocamento *in situ* é composto por fases que estigmatiza, suprime, torna vulnerável, reprime e exclui determinados grupos[12].

Em Arraias o deslocamento *in situ* também aconteceu por fases, em nome do "desenvolvimento" a Eletronorte, toma posse do espaço já bastante disputado e conquistado com muito esforço e trabalho. A população não foi informada dos planos e das decisões do Estado e da Empresa. A Vila passa a ser administrada pela Eletronorte com total apoio do Estado e suas instituições. A população é suprimida das decisões e nunca foi ouvida, conforme narrativa do entrevistado: "só ouvíamos dizer, mas nunca houve uma reunião, uma audiência pública para que a população fosse informada de nada que estava acontecendo" (ANTONIO, dez. 2018).

A maneira como a Eletronorte tomou posse de Jacundá expulsando de forma compulsória todos que lá viviam, não se diferenciou muito, da forma como ela entra em Arraias. Lá também, as decisões partiam do Estado e da Empresa e cabia à população suportar, não lhes fora permitido fazer parte do processo de tomada de decisões.

---

foi atraído pelas riquezas que supostamente a produção do café geraria. No entanto, e ao mesmo tempo, os Ede, que trabalhavam com os modos da agricultura familiar, estavam sendo sucumbidos, sufocados pelos moldes da agricultura comercial de grande escala e focadas nos mercados internacionais.

[12] Para Doutriaux, Shively e Geisler, o processo do deslocamento *in situ* teve como consequência o aumento nos índices de desigualdade social. Os autores apontam, o Estado, como sendo um dos maiores financiadores da aniquilação da Etnia que trabalhava de acordo com a sua própria cultura e com autonomia, não tendo o mercado como elemento relevante ao trabalho produtivo e cultural do grupo. (2008, p. 530).

Arraias não se colocou contra a decisão de se tornar espaço de alocação dos expropriados. Fato confirmado em vários momentos das narrativas do Sr. Vicente: “ninguém perguntou nada, mas nunca ouvi reclamarem, a população de Arraias era solidária ao sofrimento daquela gente” (VICENTE, nov. 2018). E ainda, nas narrativas de Antônio, “não existia diálogo naquele período, os governantes, a empresa, ninguém nunca perguntou se o povo de Arraias aceitava receber o povo de Jacundá, mas, mesmo assim, ninguém era contra, aquele povo chegava muito sofrido, e eram acolhidos” (ANTÔNIO, dez. 2018).

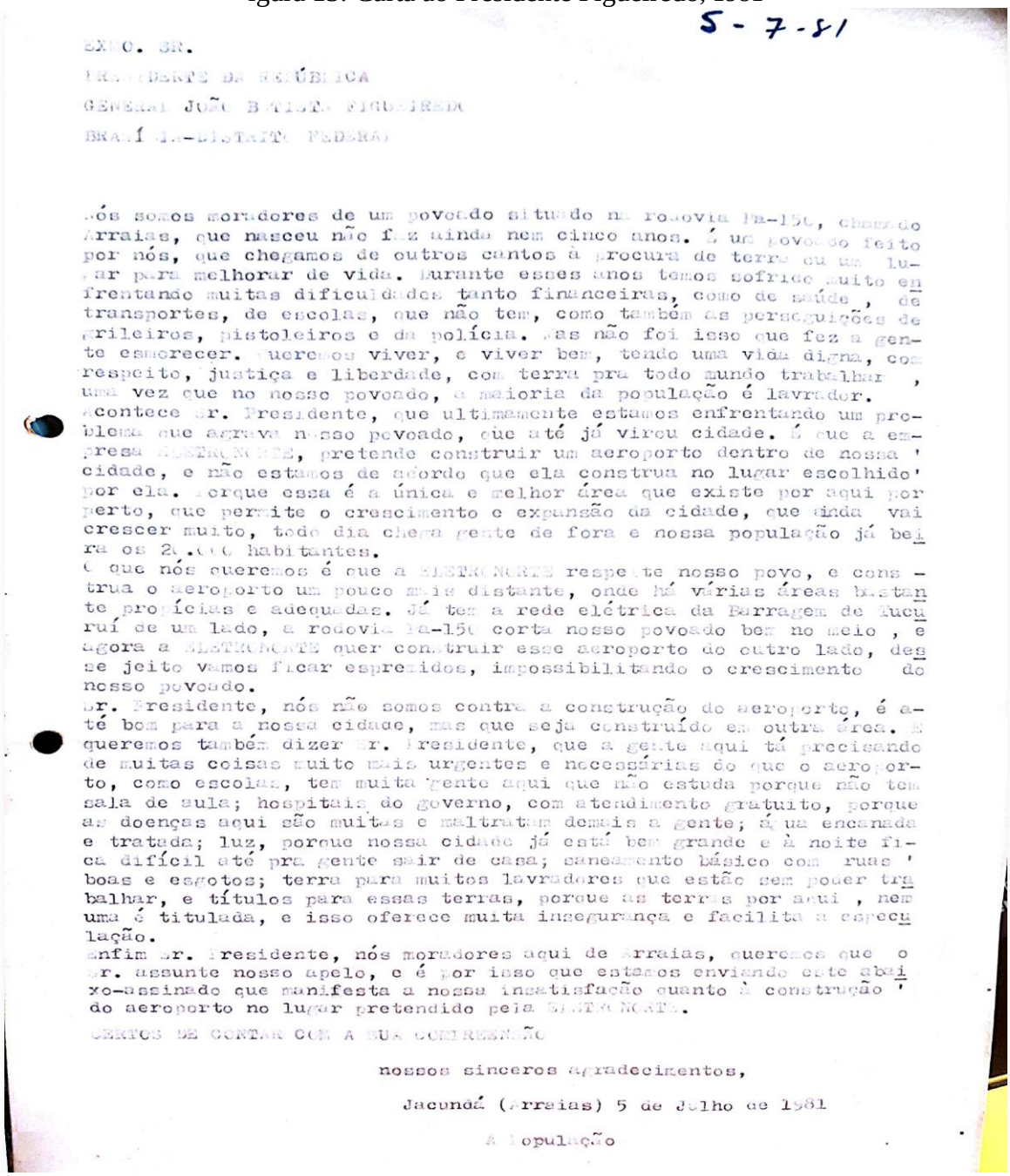
Os moradores de Arraias entendiam a situação que se encontravam os jacundaenses deslocados, eles se solidarizavam com aquele sofrimento e não se posicionaram contra recebê-los. A forma como o processo foi conduzido pela Eletronorte, é o motivo pelo qual ocorrem os conflitos. Quando a empresa toma posse do território de Arraias e não se importa com o contexto de vida e com as lutas que lá existiam, ela invisibiliza e despreza sua história, a Eletronorte ao chegar na vila de Arraias estabelece a desigualdade nas relações com os moradores, agrupando-os e desagrupando-os simultaneamente, quando ocupa os espaços centrais e começa um canteiro de obras para construção de oitenta casas, esse espaço foi definido e direcionado para os expropriados e alguns funcionários da empresa, estava em uma área central da vila, área essa, já toda ocupada pelos moradores de Arrais, área preparada pelos próprios moradores, que às noites trabalhavam na estrutura da vila, já que durante o dia trabalhavam nas roças para o sustento da família.

No anexo 01, deste trabalho, temos uma Carta de denúncia da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos (ADETU) de Nova Jacundá, datada de 30 de dezembro de 1980, na qual se relata como a Eletronorte entra na vila de Arraias, negligenciando qualquer ação ou estado da população. A empresa delimita o espaço no qual construiriam a primeira vila para recebimento dos expropriados, mas não tomaram conhecimento de que se tratava de uma área que já estava habitada. Passaram com as máquinas e derrubaram casas, quintais, árvores frutíferas, pois destruir era algo natural àquele processo. “[...] ainda fizemos uma ocorrência e abrimos um processo na tentativa que a àquelas famílias fossem reconhecidas como detentores de direitos, mas nunca nenhuma família recebeu uma única moeda de indenização”. (ANTÔNIO, dez. 2018). Essa destruição marcava uma nova fase.

A foto abaixo é uma carta destinada ao Presidente General João Batista Figueiredo, junto a essa carta, foi um abaixo assinado no qual, a população pedia a intervenção do presidente, no sentido de impedir a Eletronorte de construir um aeroporto que cortaria a cidade ao meio. Esse aeroporto foi definido pela empresa conforme suas necessidades, precisava de

um aeroporto em Jacundá, escolheu uma área já habitada e urbanizada, no centro da Nova Jacundá. Para os moradores não havia sentido a construção em uma área central na qual muitos moradores seriam prejudicados, no entanto, para a empresa suas necessidades eram maiores e urgentes, assim como eram maiores a soberba, o descaso e a negligência com os moradores. Na carta há uma afirmação que deve ser observada: "[...] essa é a melhor área que existe por aqui por perto..., [...] não somos contra a construção do aeroporto, é até bom para nossa cidade, mas que seja construído em outra área".

igura 13: Carta ao Presidente Figueiredo, 1981



5 - 7 - 81

EXMO. SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
GENERAL JOÃO BATISTA FIGUEIREDO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Nós somos moradores de um povoado situado na rodovia PA-150, chamado Arraias, que nasceu não faz ainda nem cinco anos. É um povoado feito por nós, que chegamos de outros cantos à procura de terra ou um lugar para melhorar de vida. Durante esses anos temos sofrido muito enfrentando muitas dificuldades tanto financeiras, como de saúde, de transportes, de escolas, que não tem, como também as perseguições de grileiros, pistoleiros e da polícia. Mas não foi isso que fez a gente esmorecer. Queremos viver, e viver bem, tendo uma vida digna, com respeito, justiça e liberdade, com terra pra todo mundo trabalhar, uma vez que no nosso povoado, a maioria da população é lavrador.
Acontece Sr. Presidente, que ultimamente estamos enfrentando um problema que agrava nosso povoado, que até já virou cidade. É que a empresa ELETRONORTE, pretende construir um aeroporto dentro de nossa cidade, e não estamos de acordo que ela construa no lugar escolhido por ela. Porque essa é a única e melhor área que existe por aqui por perto, que permite o crescimento e expansão da cidade, que ainda vai crescer muito, todo dia chega gente de fora e nossa população já beira os 20.000 habitantes.
O que nós queremos é que a ELETRONORTE respeite nosso povo, e construa o aeroporto um pouco mais distante, onde há várias áreas bastante propícias e adequadas. Já tem a rede elétrica da Barragem de Tucuruí de um lado, a rodovia PA-150 corta nosso povoado bem no meio, e agora a ELETRONORTE quer construir esse aeroporto do outro lado, desse jeito vamos ficar espremidos, impossibilitando o crescimento do nosso povoado.
Sr. Presidente, nós não somos contra a construção do aeroporto, é até bom para a nossa cidade, mas que seja construído em outra área. E queremos também dizer Sr. Presidente, que a gente aqui tá precisando de muitas coisas muito mais urgentes e necessárias do que o aeroporto, como escolas, tem muita gente aqui que não estuda porque não tem sala de aula; hospitais do governo, com atendimento gratuito, porque as doenças aqui são muitas e maltratam demais a gente; água encanada e tratada; luz, porque nossa cidade já está bem grande e à noite fica difícil até pra gente sair de casa; saneamento básico com ruas boas e esgotos; terra para muitos lavradores que estão sem poder trabalhar, e títulos para essas terras, porque as terras por aqui, nem uma é titulada, e isso oferece muita insegurança e facilita a especulação.
Enfim Sr. Presidente, nós moradores aqui de Arraias, queremos que o Sr. assunte nosso apelo, e é por isso que estamos enviando este abaixo-assinado que manifesta a nossa insatisfação quanto à construção do aeroporto no lugar pretendido pela ELETRONORTE.

CERTOS DE CONTAR COM A SUA COMPREENSÃO

nossos sinceros agradecimentos,

Jacundá (Arraias) 5 de Julho de 1981

A População

Fonte: Acervo CPT – Marabá. (dez. 2018)

A frase para qual chamamos atenção é pela necessidade de desmitificar o discurso dos Empreendimentos quando tentam desqualificar as lutas dos atingidos, dando ênfase ao discurso de serem contra o "desenvolvimento", de ser e querer permanecer no "atraso", os atingidos, independentemente de forma direta ou indireta, se *ex situ* ou *in situ,* lutavam para que os processos fossem humanizados, que eles não fossem inclusos somente como números e sim, como detentores de direitos, que seus territórios fossem respeitados.

Vidal (2017), em suas análises sobre os efeitos provocados pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, na Região da Volta Grande do Xingu, constata que os efeitos desses empreendimentos à sua Jusante não estão restritos à fase de operação, ainda, na fase de construção seus efeitos já começaram a ser percebidos pela população da jusante. Compreende que o deslocamento *in situ* trata-se de transformações social, ambiental e econômica que desfiguram o território e suas relações, e mesmo não havendo o remanejamento espacial, surgem novos territórios e novas relações. (VIDAL, 2017, p. 44). A população de Arraias também vivenciou um processo de transformações ainda na fase de construção do empreendimento, uma é a reconfiguração espacial como acima demonstramos, mas há também transformações sociais e econômicas.

A estrutura física que a Eletronorte se compromete em construir para os expropriados é incapaz de atender todo o contingente populacional que começa a se instalar na vila. Além dos expropriados que chegavam, tinha ainda, os imigrantes que chegavam atraídos pelo discurso do "desenvolvimento", todos eram atraídos pelas expectativas de crescimento da região. Conforme foto abaixo, identificamos as carências na área da educação e saúde, a estrutura básica e os serviços públicos, colocados à disposição da população já era insuficiente para atender a Nova Jacundá, e só piora depois da chegada dos expropriados. No entanto, a população já pressionava o Governo Estadual por melhorias, o Estado tinha assumido o compromisso de estabelecerem os expropriados, os moradores organizados pela igreja começaram a fazer reinvindicações:

A Província do Pará

Belém — Quinta-feira, 31 de janeiro de 1980

Nova Jacundá sem escolas e saúde

Representantes da localidade de Nova Jacundá, também conhecida por Arraias, quilômetro 88 da PA-150, tentarão se avistar hoje, com o governador Alacid Nunes a fim de lhe entregar um levantamento feito na região sobre os graves problemas que a atigem. Maria Paixão pretendem, a princípio, solicitar apoio do governador no sentido de que seja construído um ginásio na localidade que, à exemplo de outras localizadas no interior paraense, possui um setor de educação precarissimo.

"A maior parte do pessoal é lavrador, trabalha com roça e não tem condições de trabalhar, pois está sem terra. Não há ginásio e só há uma escola particular — que só tem até a 5ª série — que cobrava Cr$ 200,00 por aluno, ano passado e que este ano diz que cobrará Cr$ 350,00 a mensalidade. Em vista dessa situação, o grupo "Jovens ao Encontro de Cristo" fez esse levantamento para que trouxéssemos ao governador", disse Maria Madalena.

Por sua vez, Adelino Manoel acrescentou que "em nome da comunidade do Arraias viemos ao nosso governador, pedir a ele que nos dê uma escola estadual, apenas do 1º grau. Há muitas crianças que desejam estudar e estão sem poder, pois nem todos os pais — lavradores — têm condições para pagar Cr$ 400,00 de matrícula e Cr$ 350,00 de mensalidade na escola particular".

Segundo informou Maria Madalena, os membros do J.A.E.C. não conseguiram fazer um levantamento de toda a área, que no ponto de vista da representante possui cerca de 18 mil pessoas, pois há casas que abrigam cinco ou mais famílias. Em Nova Jacundá o problema de habitação também é grave, pois "eles cobram por um lote no fim da rua, quando tem, acima de 15 mil cruzeiros".

DOCUMENTO

O que será entregue ao governador é um resumo das principais carências registradas no setor educacional de Nova Jacundá, em caráter parcial, pois foram entrevistadas apenas 657 famílias da localidade nos dias 13 e 23 do corrente. No documento, os jovens de Nova Jacundá afirma que "há mais de 300 candidatos para a quinta série e mais de 200 para a sexta série. Por isso é, indispensável que as autoridades do nosso Estado tomem providências a fim de sanar estas necessidades".

Antes de concluírem o documento, no qual mostram a situação precária na qual vivem as famílias da região, os jovens citam o artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos: "Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória...".

Adelino e Madalena entregarão reivindicações ao governador do Estado

DADOS

Entre outros, eis alguns dos itens que constam no documento: "Nova Jacundá, está situada no quilômetro 88 da PA-150, distante 100 quilômetros de Marabá. Possui aproximadamente 18.000 habitantes e recebe novos moradores a cada dia que passa, dos mais diversos Estados do País. A maioria da população é composta de lavradores e pequenos profissionais, tendo também indústrias madeireiras, comércio e outros. A região começou a ser habitada a partir de 1977 e, pela população que possui hoje, promete dentro em breve ser uma grande cidade, merecendo, assim, a atenção das autoridades constituídas.

Situação profissional — das 657 famílias entrevistadas, 374 pessoas são lavradores; 72 são comerciantes e 64 construtores —; pedreiros, carpinteiros; pintores, etc; Há motoristas freteiros e dez passageiros: quatro garimpeiros; cinco cabelereiros e 8 industriais. Situação sócio-econômica — a renda bruta total das 657 famílias estima-se em Cr$ 2.518.100,00, o que nos oferece como média de salário família Cr$ 3.832,00 e uma renda "per capita" média de Cr$ 651,00.

Situação escolar — Uma das maiores preocupações do povo é a escola, principalmente para o ensino da quinta série em diante e também por ser o ensino primário muito precário.

As maiores carências registradas nas famílias entrevistadas são: falta de estudo para os filhos, doença e alto custo dos medicamentos, pouca renda e alto custo de vida, falta de terra para trabalhar, administração municipal deficiente e estradas em péssimas condições.

Para demonstrar que o que falta é iniciativa para a construção de um ginásio, os pesquisadores colheram nomes de professores disponíveis para trabalhar no setor de educação conseguindo, assim, 15 interessados, dos quais a maioria possui curso superior.

OUTROS PROBLEMAS

Além da carência na educação e o alto custo de vida, os moradores de Nova Jacundá estão às voltas com casos de malárias, além de várias outras doenças como sarampo, febre amarela, varicela, tendo já sido registrada a morte de uma criança. Por isso, os representantes da comunidade apelam às autoridades estaduais que fornecem remédios e, principalmente, vacinas. Acusam o prefeito de estar mais interessado na transferencia da cidade do que com os problemas da comunidade. Como exemplo citam que, ao ser procurado por moradores para que conseguisse vacina, ele respondeu que já estava vacinado, pois se vacinara aqui em Belém.

Esse assunto também será levado ao governador Alacid Nunes para que sejam tomadas providências, pois embora tenha seguido, há pouco, um médico para o local, há completa falta de assistência devido muita gente não ter condições financeiras para custear as despesas de internamento e medicamentos. "Quando alguém adoece, é preciso que um morador saia às ruas para pedir colaboração, através da "Voz do Povo", disse Manoel da Paixão.

CONVOCAÇÃO

A comissão pró-criação da "Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá" está convocando os trabalhadores rurais, homens, mulheres e peões, demais classes trabalhadoras para a Assembléia Geral a ser realizada no dia 17 de fevereiro, às 10:00 horas, no Grupo Escolar da Nova Jacundá, PA-150, quilômetro 88. A ordem do dia será: aprovação dos Estatutos, Eleição da Diretoria Provisória e Aprovação sobre as mensalidades e matrícula. Pela comissão subscrevem-se José Gomes Cabral e Fortunato Dias Neto.

Figura 14: As lutas cotidianas da Nova Jacundá, 1980

Fonte: Acervo da CPT – Marabá, Jornal A Província do Pará (dez. 2018)

A vila vivenciava um processo de (re)estruturação e cada pedaço de chão era adquirido depois de longas e duras batalhas. O Estado construía estruturas e colocava suas instituições a serviço da Eletronorte, dava suporte às ações da empresa, por mais arbitrárias que elas fossem.

Também contra a população, tinha a vigência de um governo militar o que deixava mais difícil os processos de resistência. Um processo de violência em todas a suas etapas. Feldman e Geisler enriquecem nossa compreensão sobre as etapas do deslocamento *in situ*: "O deslocamento mostrado aqui é complexo e multi-estágio e envolve coerção e violência, aterroriza qualquer um que resiste aos grupos de interesses políticos e comerciais dominantes posicionados para aproveitar sua terra" (2008, p. 981. **Tradução nossa**). Os autores analisam que o processo de deslocamento *in situ* possui um carater de destruição do ser humano, do cidadão. Santos (2007), contribui com essa pesquisa quando aponta as formas de violência provocadas pelas ações do Estado, Santos (2007) estudou os movimentos de resistência na região:

> [...] os arraienses não resistiram à transferência devido terem percebido esse acontecimento como algo que iria trazer progresso para a vila, melhorias na sua infraestrutura o que consequentemente iria acarretar melhorias em suas condições de vida. Contudo, houve conflito porque a transferência veio negar a sua existência, de suas necessidades, de tudo o que haviam construído na vila, dentro de sua realidade de luta por sobrevivência, da luta pela terra. (SANTOS, 2007 p. 110).

Essa autora, também considera os sentimentos que predominavam em Arraias através da narrativa do Pe. Humberto, que dividia os trabalhos catequéticos na região juntamente com o Pe. Antônio: "Não se criou outro município, o Arraias foi invadido [...] as pessoas de Arraias foram envolvidas e ninguém considerou a vida, a luta das pessoas que já estavam no povoado que já tinham suas vidas todas estruturadas". (SANTOS, 2007 p. 107). A palavra "invadido" presente na narrativa do Padre Humberto, representa, a negação de Arraias à chegada dos expropriados de Jacundá, não por ter sido o local escolhido, e sim, pela maneira como foi imposta à vila, acolherem aquela população atingida pelas águas. O "invadido" nessa narrativa faz menção ao Estranho, à Eletronorte, aquela que chega aniquilando, invisibilizando, destituindo. A narrativa "invadido" é símbolo de um processo autoritário planejado e executado pela Eletronorte com apoio do Estado.

Vários conflitos foram criados, enquanto sentimentos idênticos iam crescendo e se contrapondo, tanto pelo meio no qual se encontravam, como pelas histórias e trajetórias de vidas diferentes. Uma parte dos moradores da antiga Jacundá quando chegam para serem alocados pela Eletronorte, nas casas construídas para essa finalidade, não sabiam o quanto de esforço e luta dos trabalhadores pioneiros de Arraias, havia naquele espaço, como mencionado acima, o bairro para onde foram, já tinha recebido o nome de São Francisco, no entanto, quando a empresa chega tirando vários moradores, destruindo várias das benfeitorias, limpando

a área para construir o espaço destinado aos expropriados, ela violenta o sentimento de pertencimento daquela gente, desconsiderando as relações construídas e negando o direito de posse deles.

O autoritarismo da empresa, de forma pensada ou mesmo negligenciada, impede que Jacundaenses e Arraienses se olhem como sujeitos que percorriam os mesmos caminhos, como parceiros da luta contra o poder dos grandes projetos, do capital, do poder do Estranho. Pelo contrário, não foram capazes de se ver, um na luta do outro, de legitimarem suas lutas como uma unidade. As relações que emergiram foram de estranhamento, de disputas pelos mesmos espaços, de lutas distintas por direitos usurpados.

A Eletronorte aproveitou-se do poder absoluto entregue a ela, toma posse de áreas já ocupadas e favorece a uma elite latifundiária, existente nesse contexto conturbado e de incertezas, apodera-se de extensões de terras em Arraias, aumentando diferenças sociais, políticas e econômicas. Processo idêntico, também, foi reconhecido por Feldman e Geisler (2008), as apropriações indevidas de terras em Dakhar – Bangladesh.

> In this new policy environment, a phalanx of elites have been successful in manipulating laws, courts and the more banal activities of the state in securing private property through the control and manipulation of land titles, registries and maps on the expanding fringe of Dhaka and other urban areas. (FELDMAN E GEISLER, 2008, p. 982).

Os pesquisadores enfatizam o poder de retaliação e violência do deslocamento *in situ*:

> As we have stressed throughout, in situ displacement, as exemplified in the chars, reveals a more languid if no less deadly form of displacement. Its progression, through a series of stages, challenges simple notions of coping, human adaption and resilience – understandings that ignore the violence and coercion experienced by even those who negotiate ways of remaining in the places they call home. (2008, p. 988).

O que se tem diante de todas essas análises são arranjos territoriais diversos, produzidos e circunscritos no espaço, mediante o desenrolar das relações entre instituições públicas administrativas, o empreendimento e os atores sociais. Portanto, o território é resultado da relação sociedade-espaço, que se entrelaçam produzindo e reproduzindo territorialidades resultantes da intervenção humana num processo construído historicamente. Em meio a complexidade dos processos, em grande parte excludentes, Haesbaert (2002), identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Para esse autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica

social de exclusão socioeconômica das pessoas. O autor também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a desterritorialização, no entanto, é importante destacar que:

> [...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos "híbridos" como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

As análises de Haesbaert (2001), em muito enriquecem nosso trabalho, pela linha sociológica e pela forma como lapida as categorias território e desterritorialização. A partir do seu trabalho inferimos os expropriados de Jacundá e boa parte da população de Arraias. A partir de Haesbaert, compreendemos o deslocamento compulsório como um processo de desterritorialização, onde há a perda de controle da territorialidade pessoal e coletiva em seus vários âmbitos, pessoais, econômicos, simbólicos. Assim como, há também, um processo de desterritorialização no deslocamento *in situ* de Arraias, a perda de domínio do território, mesmo permanecendo no território, os sujeitos passam por restrições e limitações que lhes tiram o controle, ou seja, são privados do que antes lhes era comum.

Haesbaert (2001) afirma que os processos de desterritorialização acontecem tanto de forma *ex situ* como *in situ* e, consequentemente, passam pela reterritorialização. Estamos sempre trilhando essa via, diz ele, desterritorializando e reterritorializando, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros". (HAESBAERT, 2001, p. 144). No entanto, esses processos podem ocorrer de forma natural e voluntária, que são normalmente processos provocados por mudanças na natureza, ou da forma como aconteceu no espaço pesquisado, de forma compulsória, involuntária, violenta, a partir dos processos de "desenvolvimento", das guerras, imposições do capital.

Outras questões que merecem destaque dentro desse processo são, a desigualdade socioeconômica e a insegurança resultante da implantação da hidrelétrica, como bem analisa Magalhães (1996), resultante do multifacetado papel desempenhado pelo Estado na defesa dos múltiplos interesses dos atores sociais envolvidos no processo de territorialização da Eletronorte, outro ponto também analisado por Haesbaert (2004), que associa aos processos de desterritorialização, é a insegurança, as desigualdades sociais e econômicas, a formação de espaços de exclusão. Os processos de pertencimento, de organização social, de territorialidade estavam diretamente proporcionais ao processo de reterritorialização.

Ressaltamos que, sendo impedidas de participarem do processo inicial e decisório de deslocamento, assim como, de todo o processo subsequente, não quer dizer, que a população se posicionava no processo de forma passiva, que tenham aceitado as imposições da empresa e do Estado sem oferecer resistência, mesmo não sendo uma resistência afrontosa em virtude do regime militar que governava o país na época. A dor e o sentimento de perda, o desenraizar da territorialidade, dos espaços construídos na busca de uma identidade, não impediu que ocorressem atos de resistência, mesmo que estes, não tenham mudado as ações pré-estabelecidas, porém, foram fundamentais no sentido de reverter e até reformular ações da empresa e do governo.

O empreendimento quando desloca Jacundá e Arraias, retira desses sujeitos suas identidades, ignora suas histórias e fragiliza-os, essa desterritorialização tem como consequência, uma quebra de vínculos que são diretamente ligados, ao cotidiano do território e todas as suas relações e especificidades. Portanto, vivem um processo de expropriação e violência. É a partir desses processos de invisibilização e retomada de direitos, que acontecem as reações. Emergem os movimentos que defendem a categoria violentada, que despertam nos sujeitos o senso coletivo, a luta social e os processos de resistência vão se tornando cada vez mais sólidos e sendo reconhecidos socialmente, tanto que, os empreendimentos e o governo usam de todas as estratégias para desestruturá-los, marginalizá-los, pelo alcançasse e resultados de suas ações.

Os padres e as freiras que estavam presentes em Arraias desde o início da vila, não aceitavam as imposições e arbitrariedades cometidas pela Eletronorte, que subjugam e amedrontam os moradores:

> Os posseiros do bairro São Francisco resistiram orientados e apoiados pela irmã Dorothy Stang e os padres, organizaram reuniões e orientou os posseiros a permanecer nos lotes com base na defesa de seus direitos de posse, fotografou todo o bairro e seus moradores numa tentativa de divulgar em Belém, nos meios de comunicação a injustiça praticada contra os posseiros. (SANTOS, 2007, p. 108).

No início do ano de 1980, um importante passo é dado para estruturar e fortalecer a luta: quinhentos trabalhadores rurais se unem na Nova Jacundá e criam a Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos – ADETU, um processo de resistência à violência que vivenciavam, entendemos que a criação da Associação é uma consequência natural do trabalho de educacional e conscientização feito pelas equipes da Igreja Católica e CPT. Na foto abaixo, vemos a plenária na qual, os posseiros da região se uniram e decidiram reagir, por questões de

sobrevivência, era necessário se tornarem mais fortes diante das ações conjuntas da Empresa, Estado e elite latifundiária.

igura 15: Criação da ADETU da Nova Jacundá.

RESISTÊNCIA

Abril - 1988

Os posseiros compareceram em massa

Nova Jacundá

Posseiros criam associação

Para defender-se da violência policial e dos constantes ataques por parte dos grileiros, mais de 500 lavradores da rodovia PA/150, (Belém-Marabá) fundaram, no último dia 17 de fevereiro, em Nova Jacundá, a Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos. À cerimônia compareceram, como convidados, a Comissão Pastoral da Terra e o núcleo Jurídico da SDDH.

A ADTU resultou de um longo processo de discussão entre os trabalhadores na área, com a constatação de que a união entre eles é a força mais importante na luta pelos direitos humanos.

Foi eleita uma diretoria provisória, cujo presidente é o lavrador do km 83, Ruy Penalva Neto.

DOS TRABALHADOR
UNIDOS DE
NOVA JACUNDA

UNIÃO FAZ FO
PARA

O lavrador Ruy Penalva, presidente da Associação

Fonte: Acervo CPT – Marabá, (Dez. 2018).

Martins (1982), compreende que são as ações de subjugação dos próprios empreendimentos e do capital que despertam no trabalhador da terra o ser social, o cidadão político:

> [...] quando o capital invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir membros de uma classe. Essa descoberta se dá pela mediação do capital. (MARTINS, 1982, p. 18).

Com isso, a partir dessa subjugação e de um histórico de violência em todas as suas faces que Arraias e, depois, como Nova Jacundá, decide levantar a sua voz, precisava que seu clamor fosse ouvido em lugares mais distantes:

> A ideia era que não poderíamos viver mais aquele conflito sozinhos, precisávamos de apoio externo que fortalecesse nossa luta. Foi daí que em uma reunião com as lideranças de toda a região, Conceição do Araguaia, Itupiranga, Nova Ipixuna, Goianésia, nasceu a ideia do jornal. Era preciso dar visibilidade, vimos o jornal como uma forma de informar quem estava fora, um veículo que informava, educava e denunciava. (ANTÔNIO, dez. 2018).

Um meio para essa voz ecoar foi a criação do jornal "O Grito da PA 150", que teve uma enorme importância, no processo de resistência, diante de todas as transformações que aconteciam intensamente na região. Lutar por terra, por reconhecimento de direitos, por trabalho, por liberdade, contra a violência simbólica e física era o que ecoava esse jornal. A violência física estava presente em todos os espaços, pistoleiros tinham poder de polícia, polícia era arbitrária, o poder financeiro muitas vezes era quem ditava a lei. "Era preciso fazer alguma coisa para que o país soubesse da nossa luta e não ficássemos abandonados naquele canto" (VICENTE, nov. 2018). A primeira edição do jornal é lançada em maio de 1980, no momento ápice do deslocamento compulsório de Jacundá. A equipe que elaborava o jornal era de Arraias e usavam a estrutura do MEB, em Marabá, para imprimi-lo e na sequência fazer sua distribuição. A edição do jornal vai até março de 1986, em pleno processo de constituinte.

Figura 16: Jornal "O GRITO DA PA 150"

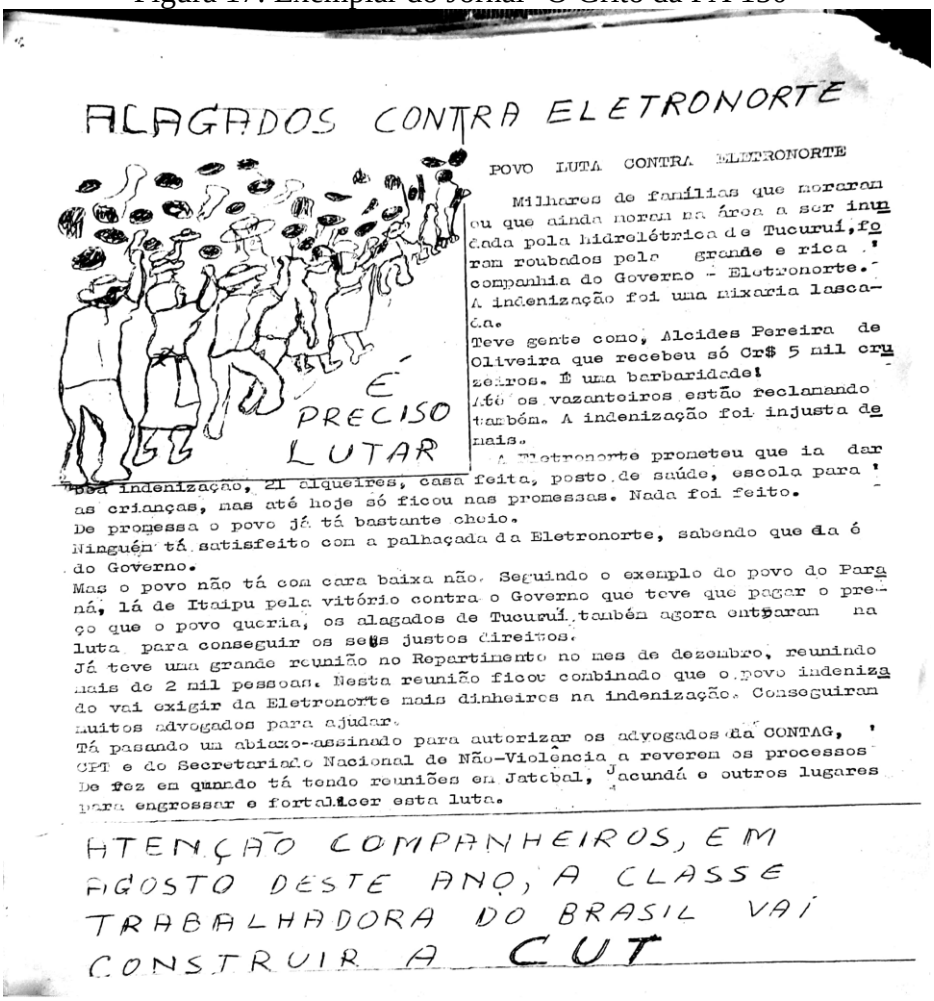
Fonte: Acervo CPT – Marabá (dez. 2018).

Conforme entrevista com Antônio, o nome O Grito sai na segunda edição do jornal, ele surge em uma assembleia na qual tinham dois outros nomes sugeridos, um deles era “Voz da PA” e o outro, não fora recordado, mas todos os presentes foram unanimes em escolher O Grito. Para aquele povo o nome tinha uma simbologia singular, o jornal passava a representar o grito que eles gostariam de colocar para fora. No contexto da luta pela terra a palavra Grito era muito forte, vários os cantos que chamavam pelo grito: “[...] grita meu povo grita como gritaram os profetas[...]”, “[...] hoje somos profetas, temos que gritar [...]”, “quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi [...]”. Antônio explica: “era uma linguagem pedagógica que impregnava na memória e acabava virando bordão”.

O objetivo do Jornal era informar e formar a população. Um instrumento de luta e conscientização que se colocou contra o sistema, os latifundiários, os pistoleiros, as elites, os mandos e desmandos da polícia, e também, a Eletronorte, denunciando suas inúmeras arbitrariedades. Era uma forma, na verdade de resistência. Assim, O Grito da PA 150 era a voz dos atingidos *ex situ* e *in situ*, contra o Estranho e seus aliados, contra os opressores, os que desejavam que aquele povo permanecesse coagido, calado, sem resposta ou qualquer tipo de

reação. Arraias e a antiga Jacundá, ou, Nova Jacundá, tinham uma voz única através do jornal O Grito da PA 150. O Jornal foi um instrumento de ligação entre a população de Arraias e os expropriados de Jacundá, ele denunciava e informava às duas populações, que possuíam demandas em comum, contudo, diferentes, mesmo nesse período que já estavam se transformando em um só município chamado simplesmente Jacundá. Nas edições do jornal sempre havia as informações e as reivindicações dos atingidos pela hidrelétrica contra a Eletronorte, assim como as denúncias contra grileiros, pistoleiros e os mandos e desmandos administrativos. Conforme foto do exemplar abaixo verificamos que o Grito da PA 150, sendo Arraias e Jacundá, expropriados ou atingidos *ex situ* e *in situ* não se subordinaram, permanentemente, aos desejos da empresa ou do Estado, se uniram e fizeram uso do jornal para insubordinação e gritaram frente à ditadura do governo, assim como à ditadura da Empresa.

Figura 17: Exemplar do Jornal "O Grito da PA 150"



ALAGADOS CONTRA ELETRONORTE

POVO LUTA CONTRA ELETRONORTE

Milhares de famílias que moravam ou que ainda moram na área a ser inundada pela hidrelétrica de Tucuruí, foram roubados pela grande e rica companhia do Governo - Eletronorte. A indenização foi uma mixaria lascada.

Teve gente como, Alcides Pereira de Oliveira que recebeu só Cr$ 5 mil cruzeiros. É uma barbaridade! Até os vazanteiros estão reclamando também. A indenização foi injusta demais.

A Eletronorte prometeu que ia dar boa indenização, 21 alqueires, casa feita, posto de saúde, escola para as crianças, mas até hoje só ficou nas promessas. Nada foi feito.

De promessa o povo já tá bastante cheio.

Ninguém tá satisfeito com a palhaçada da Eletronorte, sabendo que da ó do Governo.

Mas o povo não tá com cara baixa não. Seguindo o exemplo do povo do Paraná, lá de Itaipu pela vitório contra o Governo que teve que pagar o preço que o povo queria, os alagados de Tucuruí também agora entraram na luta para conseguir os seus justos direitos.

Já teve uma grande reunião no Repartimento no mes de dezembro, reunindo mais de 2 mil pessoas. Nesta reunião ficou combinado que o povo indenizado vai exigir da Eletronorte mais dinheiros na indenização. Conseguiram muitos advogados para ajudar.

Tá passando um abiaxo-assinado para autorizar os advogados da CONTAG, CPT e do Secretariado Nacional de Não-Violência a reverem os processos

De vez em quando tá tendo reuniões em Jatobal, Jacundá e outros lugares para engrossar e fortalecer esta luta.

ATENÇÃO COMPANHEIROS, EM AGOSTO DESTE ANO, A CLASSE TRABALHADORA DO BRASIL VAI CONSTRUIR A CUT

Fonte: Acervo da CPT – Marabá, (dez. 2018).

O jornal dividia suas manchetes entre as demandas dos expropriados e dos posseiros, todavia, trazia ainda, informativos de eventos e reuniões, denúncias de violência e injustiças. Uma linguagem simples, por vezes, irônica, na qual ecoava o grito dos marginalizados da Eletronorte, Estado e por todos os Estranhos que chegaram.

> "Foram muitas perseguições, chamavam o jornal de comunista, subversivo, mas nós resistimos. Muitas demandas foram atendidas, muitos denunciados, o Grito teve um papel além da informação, era realmente um grito, vinha de dentro, não íamos nos entregar". (VICENTE, nov. 2018).

A matéria divulgada no exemplar acima, traz um termo não usado, até o ano de 1985, no contexto de Arraias, "alagados". Essa expressão, passou a ser usada quando faziam referência ao grupo de 130 famílias que foram deslocadas devido o alagamento provocado quando a barragem da Hidrelétrica de Tucuruí atingiu a cota 72. Devido um erro topográfico do projeto, áreas que não estavam no projeto inicial para serem atingidas pela água, foram completamente inundadas. Antônio em sua narrativa chamou atenção para esse acontecimento:

> A Nova Jacundá também foi atingida pela água do lago quando aconteceu aquele erro grotesco da cota 72, muitos moradores da zona rural de Arraias tiveram que abandonar suas roças com a invasão das águas, lá tinha também um pessoal que veio da antiga Jacundá e que se recusou vim morar no centro, preferiu ficar na zona rural, e foram novamente alagados, tiveram que sair às pressas. Quando esse pessoal chegou na Nova Jacundá todos chamavam eles de "os alagados". (ANTONIO, dez. 2018).

É nesse contexto que Vitória, uma mulher forte, admirada e citada em todas as narrativas dos entrevistados, maranhense, da cidade de Barra do Corda, chegada em nova Jacundá em janeiro de 1981, entra na relação Eletronorte, antiga Jacundá e nova Jacundá. No ano de 1985, ela estava como primeira presidente mulher de um sindicato de Trabalhadores Rurais no Pará, enfrentava o machismo, a desconfiança de um sindicato e um contexto extremamente masculino, contudo, se posicionou diante de todas as barreiras e entraves que surgiam e, fez diferença na vida dos expropriados de Jacundá e dos alagados da cota 72.

> Eu estava na frente do sindicato, depois que virei presidente, muitos associados saíram, eles diziam que não aceitavam ficar num sindicato onde uma mulher é quem mandava, era um período difícil e de muitas lutas, muitos saíram por machismo. Mas quem ficou, não teve o que falar, nós trabalhávamos muito, os conflitos fundiários eram muito grandes. [...] como o sindicato era dos trabalhadores rurais, muita gente dos expropriados começaram a se associar ao sindicato. E eles sempre vinham até nós reclamar, pedir ajuda, orientação. Foi assim que começou nossa relação com eles. (VITÓRIA, dez. 2017).

Observamos que até aqui, em 1985, muitas lutas já estavam estabelecidas e debates sendo realizados no âmbito de tentar ressarcir as perdas por parte dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. O Movimento dos Expropriados de Tucuruí, já estabelecia a frente de luta e os debates em busca por direitos invisibilizados das populações atingidas. No entanto, os expropriados de Jacundá, por algum tempo, ficaram por fora desses eventos, isso é presente nas narrativas: "... a gente tinha tanto problema, não tinha ninguém lutando por nós..." (Fabiano, nov. 2017); " a gente teve que se preocupar com muita coisa, era muito problema aqui, faltava tudo, a gente não tinha nem condições de sair daqui para ir para Tucuruí, tinha que sair cedinho e gastava muito, não tinha como..." (CONCEIÇÂO, nov. 2018); "... o pessoal de Jacundá não tinha representante lá nas comissões, só depois de algum tempo foi que apareceu a Vitória, pelo sindicato... " (RIOBALDO, maio 2018). Para Vitória, tudo se resumia em estratégia da Eletronorte:

> A responsabilidade social da Eletronorte era zero. Ela não se importava em como os expropriados estavam vivendo na nova Jacundá. A prefeitura não se envolvia e, menos ainda, a classe de mais condição, os comerciantes, os fazendeiros, ninguém se posicionava, cada um focado no seu e pronto. [...] quando a cota 72 extrapolou, muita gente da zona rural de Jacundá foi atingida, tanto as famílias que tinham vindo da antiga Jacundá como o pessoal que já era da vila, só que da zona rural, foram cento e trinta famílias. Elas chegavam de todo jeito, jogadas em cima de caminhões, caçambas, a Eletronorte tava trazendo todo mundo, era triste, ia colocando dentro dos colégios, na porta ficava policiais, era uma área da empresa, nós não tínhamos acesso, era proibido entrar, principalmente nós do sindicato. (VITÓRIA, dez. 2017).

Podemos analisar a partir da narrativa de Vitória, o quanto são violentas as ações de deslocamentos compulsórios, o humano é desprovido de direitos e tratado pelo empreendimento como coisas a serem retiradas do local, empecilhos que podem atrapalhar. A empresa conta, ainda, com o poder de polícia fornecido pelo Estado. Passa a usar as instituições do Estado em benefício próprio e contra a população atingida.

> Foi a partir daí, que resolvi que tinha que ajudar, era muito sofrimento, muita injustiça, eles ficavam perdidos, não sabiam quem procurar, iam parar tudo no sindicato. Dois dias depois, chegaram me chamando lá em casa logo cedo, o pessoal tinha desaparecido todo do colégio, a Eletronorte esperou a noite e tirou todos eles, escondidos, jogaram lá na gleba pitinga, lá não tinha nada, no meio do tempo e da lama, era desumano. Esperamos a noite cair e conseguimos os caminhões madeireiros e fomos bater lá, fizemos uma reunião a noite inteira, lá foi decidido, íamos trazer todo mundo de volta dar um jeito de instalar o pessoal melhor e entraríamos com um processo contra a Eletronorte. (VITÓRIA, dez. 2017).

É posterior a esse evento, que os expropriados de Jacundá e os alagados da cota 72 começam se associaram ao STR, para assim, fazer parte do processo coletivo que o sindicato estava abrindo contra a Eletronorte. Vitória analisa como positiva as ações e as lutas que tiveram contra a Eletronorte:

> Nós partíamos do princípio da cidadania, sabíamos que eles tinham direitos, era nisso que a gente se pegava. Conseguimos que muitos processos de negociações já fechados fossem abertos, muita gente conseguiu alguma coisa melhor, pois as primeiras negociações era caso de polícia. Mas nós não aceitávamos que nenhum associado fosse negociar individualmente, se fosse sozinho, era enganado, tinha um termo de quitação da Eletronorte que eles colocavam logo pra assinar, dizendo que tinham pago tudo, era o famoso ditado "**do alagado ao menos o chapéu**", todo mundo falava isso, o povo tinha que se contentar com o que eles recebessem, pois poderia ser pior. Mas nós não nos contentamos não, muitos processos foram revistos, muito gente que não havia recebido nada, foi chamado para receber, uma casa, uma terra, sei que não era a mesma coisa que tinham, mas ajudamos muita gente, eu acompanhava pessoalmente caso por caso. (VITÓRIA, dez. 2017).

E, ainda,

> [...] nós mexemos com muita gente, fomos acampar em Brasília, planejamos, entramos a força no escritório da empresa e só saímos de lá quando aceitaram negociar e rever os processos já fechados. Em 1992, fomos parar até na Holanda (risos, momento de alegria para a entrevistada), lá aconteceu o Tribunal das Águas, nós estávamos lá, e a Eletronorte foi condenada pela devastação que cometeu na nossa região. Então eu não me arrependo de nada. Fui ameaçada de morte muitas vezes, teve um tempo que eu só andava cheia de gente do meu lado, o povo da luta tinha medo que eu morresse a qualquer momento, me chamavam de "porcão", porque a gente só andava de bando, mas era porque o pessoal tinha medo de me matarem. Era um tempo muito violento e, se matava muito fácil. (VITÓRIA, dez. 2017).

Vitória, atualmente, está afastada da atual Jacundá, ela faz uma analise do "desenvolvimento" anunciado pela empresa: "realmente tem muita coisa que melhora, a energia, melhora sim a qualidade de vida das pessoas, assim como, escolas melhores, posto de saúde, e o povo não é contra, mas é cobrado um preço alto, o povo pobre da sociedade fica com as sobras, o social fica de fora" (VITÓRIA, dez. 2017). Assim, afirmamos que, o deslocamento *ex situ* ou *in situ*, são violentos, oprimem e manipula, mas, há resistência. Uma resistência que alcança maturidade ao longo do tempo, dentro da própria luta, ela se fortalece e, alcança sim, espaço e visibilidade dentro de contextos locais, nacionais e internacionais. Como aconteceu com os expropriados pela hidrelétrica de Tucuruí, na Holanda. Assim, só podemos concordar com Hébette, quando ele analisa esses projetos de desenvolvimento:

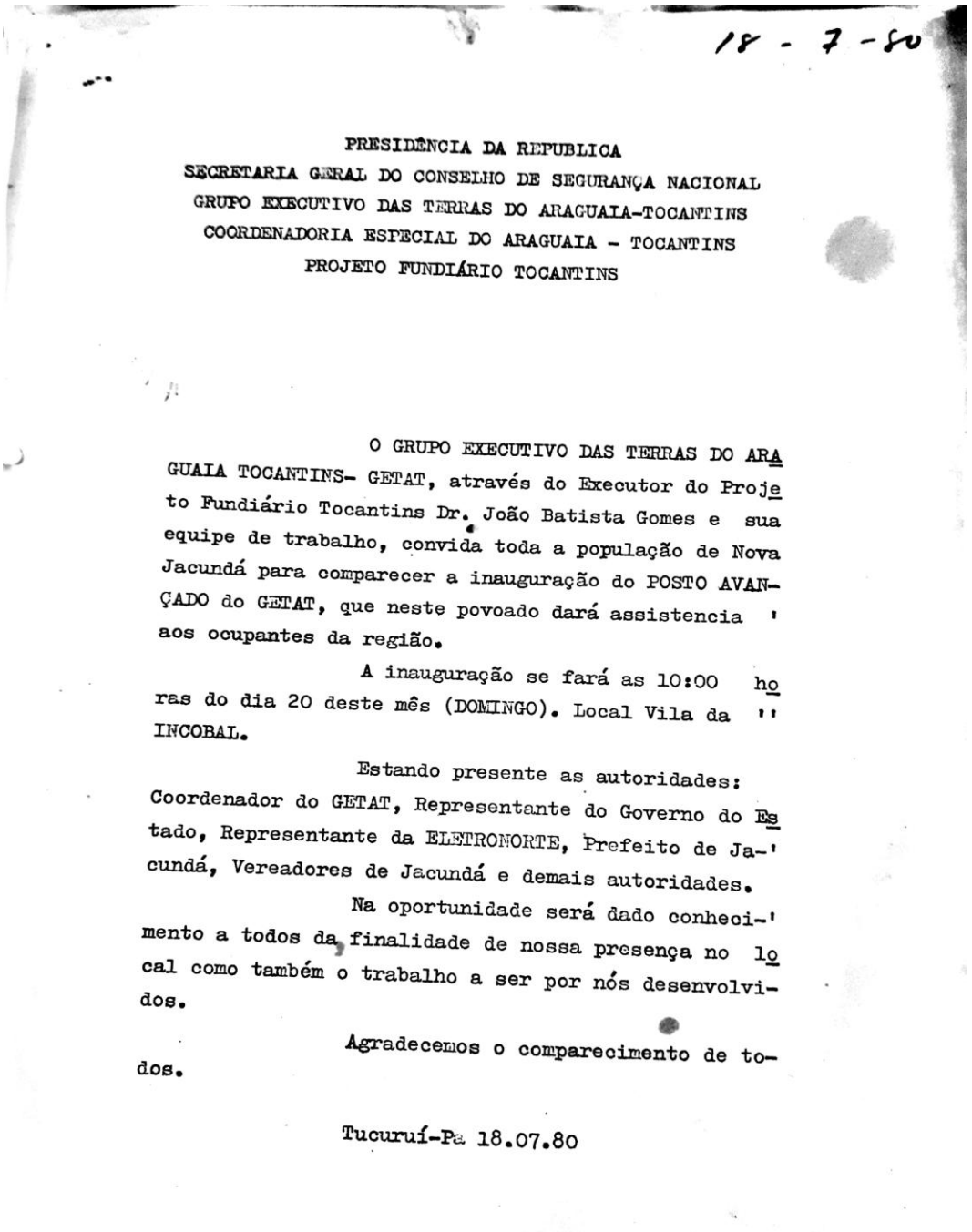
> [...] essa população toda ficou marginalizada de um progresso que beneficiou uma minoria, na prática, totalmente alheia a ela, até mesmo alheia ao Brasil. É o que há de se esperar quando os planos ditos de desenvolvimento são elaborados por empresas com interesses econômicos na região, mas sem compromisso com o seu povo; quando

> as políticas são estabelecidas em gabinetes fechados ao questionamento dos cientistas críticos, cujos estudos são engavetados e proibidos de serem publicados, e à crítica dos que se comprometem com o povo, mas sem a participação desse próprio povo. (HÉBETTE, 2004, V.I, p. 339).

Para que essas políticas e os projetos econômicos, que fala Hébette, fossem realizados, era crucial manter o controle administrativo da região, instalado em Nova Jacundá, um posto avançado do Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT). Uma decisão política, para garantir um maior controle dos conflitos fundiários na região: "A criação do GETAT veio como uma medida para controlar o avanço dos posseiros que estavam gradativamente aumentando na região de fronteira entre os estados do Pará, Goiás e Maranhão" (ALMEIDA, 1981, p. 40)[13]. Compreendemos o quanto era oportuno a abertura do posto do GETAT para o Estado, a Eletronorte e todos os programas de "desenvolvimento" voltados para a região. A decisão pela implantação do GETAT, "coincidentemente", acontece de forma paralela ao enchimento do lago da Hidrelétrica, logo após a criação da ADETU e imediatamente, à circulação do Jornal O Grito da PA 150. Abaixo temos o convite distribuído para inauguração do posto do GETAT na Nova Jacundá. Destacamos no convite a maneira como os moradores da Nova Jacundá são denominados, "ocupantes da região", tratados como invasores, percebemos como uma tentativa de marginalizar os trabalhadores, de destituir e descaracterizar a luta por terra daqueles sujeitos.

[13] Para fundamentação teórica do que foi e qual o objetivo do GETAT ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT – A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v.11, nº 02, março/abril, 1981, p. 4-41.

Figura 18: Convite para abertura do Posto do GETAT.



18 - 7 - 80

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA
SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS
COORDENADORIA ESPECIAL DO ARAGUAIA - TOCANTINS
PROJETO FUNDIÁRIO TOCANTINS

O GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA TOCANTINS- GETAT, através do Executor do Projeto Fundiário Tocantins Dr. João Batista Gomes e sua equipe de trabalho, convida toda a população de Nova Jacundá para comparecer a inauguração do POSTO AVANÇADO do GETAT, que neste povoado dará assistencia aos ocupantes da região.

A inauguração se fará as 10:00 horas do dia 20 deste mês (DOMINGO). Local Vila da INCOBAL.

Estando presente as autoridades: Coordenador do GETAT, Representante do Governo do Estado, Representante da ELETRONORTE, Prefeito de Jacundá, Vereadores de Jacundá e demais autoridades.

Na oportunidade será dado conhecimento a todos da finalidade de nossa presença no local como também o trabalho a ser por nós desenvolvidos.

Agradecemos o comparecimento de todos.

Tucuruí-Pa 18.07.80

Fonte: Acervo CPT – Marabá (Dez. 2018)

Vicente em sua narrativa descreve parte da festa de inauguração do posto do GETAT:

> Várias autoridades políticas estavam presentes no evento, e também tinha muita gente da televisão, dos jornais. A gente não podia perder a oportunidade de falar naquele dia da situação que estávamos vivendo, tínhamos reunido todo o pessoal da luta uns dias antes na igreja e resolvemos que era a oportunidade. Então preparei um discurso e fomos todos certos de que ia surgir o momento. Então eles discursaram, fizeram uma festa danada e quando perguntaram se alguém queria falar alguma coisa logo levantei o braço e já fui subindo no palanque. Quando comecei a falar o povo gritava e batia palmas, fiz o discurso todo que eu tinha escrito e já levei no bolso[14], mas a cara que eles faziam para mim e entre eles era de muita raiva, ficavam com os olhos arregalados. Falei de tudo, da situação de desamparo que estávamos vivendo, mas quando desci do palanque o dos soldados já desceu junto comigo. Como se fosse para me amedrontar, no outro dia já me prenderam e me levaram para Marabá. Passei 10 dias preso. Me ameaçavam de todos os jeitos, talvez coisa pior não aconteceu, porque muita gente se manifestou, os padres, a irmã Dorothy, até o bispo Dom Alano foi lá com advogado. Nunca pensei que viveria para ver uma população pedir para viver uma ditadura[15], pois quem viveu uma na pele não é capaz disso, não se tem direito a nada. (VICENTE, nov. 2018).

Compreendemos a ação de Vicente como um ato de resistência, de subversão ao sistema, o momento era muito representativo, o Estado dizia àquela população que manteria a ordem com a presença do GETAT. No entanto, aqueles sujeitos expropriados, invisibilizados, sofridos, porém, não mais amedrontados, dizia ao grupo político presente, assim como aos representantes da Eletronorte, que também lá estavam, que o movimento contra a ordem já não mais se calaria e que estavam em posição de enfrentamento, o silenciamento estava cessado, a ordem agora era resistir. O entrevistado narra como eram as ações do GETAT em Nova Jacundá:

> Depois da chegada do GETAT, algumas foram se organizando, deram uma melhorada nessa questão de quem era quem dentro das terras, porque ele ia decidindo quem eram os donos das áreas, mas em compensação nada mais era tão violento como o "GETACA", era assim que todos chamavam. Se dessem uma ordem e não fosse cumprida a taca comia, eles não tinham pena de ninguém. Muita injustiça aconteceu, o posseiro já estava na terra, a dois, três anos, tinha suas coisinhas lá, sua roça, mas se o GETACA chegasse e dissesse que não era dele, mais nada poderia ser feito. Eles falavam era lei, regularizaram muita terra, mas muitas injustiças foram feitas. (VICENTE, nov. 2018).

[14] O discurso proferido por Vicente está no anexo 2 neste trabalho. Foi encontrado durante a pesquisa realizada no acervo da CPT em Marabá no mês de dezembro de 2018.

[15] Vicente fazia referência ao período eleitoral que estávamos vivenciando e que quem liderava as pesquisas de intenções de voto, era o candidato Jair Messias Bolsonaro, que pouco depois tornou-se presidente eleito, um defensor da ditadura, dos líderes ditadores e que naturaliza todos os métodos de usurpação de direitos da população, em nome da nação.

No entanto, ele não deixa de visibilizar o que de bom aconteceu, afirma que a chegada da Eletronorte trouxe muitas modificações no cotidiano da vila, como: energia elétrica, a chegada de várias instituições administrativas com a mudança de vila para cidade, aconteceu um "desenvolvimento" de forma mais rápida, entretanto, o preço pago por essa população foi alto. A liberdade, segurança, direito de voz, de ir e vir, direito de ter e ser conforme suas origens, tudo é ignorado em benefício dos propósitos da empresa e em nome do bem-estar nacional. Fica marcado que o local deveria estar a serviço do global, de todos.

Inferimos que Arraias e, consequentemente, a Nova Jacundá, são atingidas pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. As análises de Vainer (2008), nos proporciona uma melhor fundamentação teórica a respeito da concepção de atingido. Seus estudos nos permitem perceber a disputa que existe acerca da definição da categoria atingido. O autor revela que "é necessário compreender que se está discutindo sobre o reconhecimento e a legitimação de direitos". (VAINER, 2008, p. 40). Somente assim, entender o porquê de tantos conflitos e uma extensa trajetória de lutas. O autor explica que no Brasil, era a concepção territorial – patrimonialista, que durante muito tempo definiu os embates, que giravam em torno de desapropriar e indenizar os proprietários das terras inundadas. Portanto, só eram territórios atingidos se fossem inundados e sua população deslocada, somente eram indenizados os proprietários da terra. Vainer apresenta ainda, a concepção híbrida, que para ele é somente uma extensão da territorial – patrimonialista, já que "continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor". (VAINER, 2008, p. 44). Partindo dessas concepções Arraias continuaria a não ser reconhecida como atingida.

O Banco Mundial agrega ao conceito de atingido as pessoas economicamente deslocadas, e chama a atenção para a necessidade de agregar os não proprietários. A partir daí, houve reformulações mundiais para o conceito de atingidos. No ano de 2000, quando sai o relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB), tem-se uma definição mais ampla para a categoria: "deslocamento é definido aqui englobando tanto o deslocamento físico quanto o deslocamento dos modos de vida ... seja à jusante ou à montante da barragem" (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000, p. 102). O relatório observa que é preciso se analisar a variável tempo, ou seja, conforme o tempo de construção do empreendimento, do planejamento à execução diferentes grupos vão sendo afetados e em diferentes formas.

Para a Comissão Mundial de Barragens é relevante haver um entendimento que a construção do empreendimento, traz consigo uma cartela de subprojetos e junto com eles os

seus efeitos. Fica claro no contexto de Arraias, que tanto a concepção estruturalista, quanto a hídrica seriam incapazes de contemplar uma compreensão dos efeitos vivenciados por essa população, nesse território. A concepção de valores é totalmente diferente quando analisamos pelas definições da empresa e pela lógica dos atingidos. Muitas das perdas, para os atingidos, são impossíveis de se calcular o valor pela representatividade na vida deles, enquanto que para empresa, o mesmo bem ao qual nos referimos pode não possuir valor algum, para a lógica do capital é incompreensível algumas definições de valores, uma vez que, para o capital, valor é igual a monetário. Os prazeres das conquistas pessoais, das convivências cotidianas, as árvores plantadas e cuidadas com carinho, os animais dos terreiros, os vizinhos que viram famílias, são prazeres e conquistas que não se comercializam. Essas relações, assim como, as desestruturações sociais não acontecem somente nos territórios invadidos pelas águas e onde acontecem os deslocamentos físicos. Eles também acontecem nos espaços ao redor do empreendimento, "instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam". (VAINER, 2008, p. 45).

Portanto, há perdas que não são determinadas pelo deslocamento físico dos atingidos e, sim pela desestruturação do espaço social das práticas culturais e religiosas, dos valores simbólicos. Há um deslocamento mais amplo que o físico, que pode começar com o início de um empreendimento e perdurar para além do seu funcionamento, compreendendo-o como deslocamento *in situ*. Com isso, podemos afirmar que esses deslocados *in situ*, foram atingidos antes do empreendimento, durante e depois, vivenciaram efeitos tão destrutivos quanto os vivenciados pelos deslocados *ex situ.*

Arraias vivenciou um deslocamento *in situ* provocado pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a partir do momento que foi definido pela Eletronorte e pelo governo Estadual, que seu território seria o lugar de alocação dos expropriados de Jacundá, uma decisão da qual não fizeram parte. Observamos que normalmente as populações que vivenciam o deslocamento *in situ,* estão localizadas na jusante da barragem e os efeitos ocorrem depois que o empreendimento começa a funcionar. A Vila Arraias possuía características que não encontramos na literatura acadêmica que estuda os efeitos provocados por barragens, a Vila encontrava-se a montante, a 50 km do lago, vivenciou os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em toda a linha temporal da barragem, antes e durante a construção, como Arraias e, depois da construção, como Nova Jacundá, não fora considerada atingida e não está presente nos números oficiais da Hidrelétrica e nem do Estado.

Um território invadido por Estranhos, uma empresa que expõe a população à violência física e simbólica em nome do "desenvolvimento", um governo em todas as suas instâncias estruturando a região para as ações do empreendimento, um território e duas populações subjugadas e invisibilizadas que não se vêm como iguais e disputam o território como forma de ressignificação de suas histórias, de suas lutas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XX, no período ditatorial brasileiro, a Amazônia brasileira, é considerada como um "espaço vazio", para promover seu "povoamento", o Estado investiu na exploração dos recursos naturais, energéticos, minero-siderúrgicos e agropecuário. Essa decisão política e econômica foi resultado da pressão do capital internacional, cujo objetivo era superar suas crises e expandir seu domínio na América Latina, na Ásia e em parte do continente africano. O desenvolvimento implementado era, assim, voltado para o crescimento econômico internacional sem considerar as populações humanas locais.

Na Amazônia Oriental a determinação do capital tem sido violenta para as populações locais e para a natureza que é transformada em bens econômicos, como produto com valor e lucro. É nesse contexto que se materializa os efeitos da hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá, onde as vidas humanas foram feitas coisas enquadradas em planejamentos e gestões econômicas burocráticas e a natureza fora apreendida apenas como um bem à serviço de um modelo de desenvolvimento econômico desigual. É sobre esse contexto que Martins (2013), ao analisar o processo de ocupação e os efeitos do capital na Amazônia, aponta que os empreendimentos de "desenvolvimento", por ele definido de Estranho, chegam na região de forma repentina e violenta, subjugando, invisibilizando os modos de vida e as populações que ali viviam. Essa hidrelétrica, assim, promoveu deslocamentos traumáticos e violentos das populações à medida que o "desenvolvimento" aniquilou os modos de vida das populações ao destruir os territórios rurais de pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, extrativistas e camponeses, constituídos de lógicas singulares e diversas.

A materialização desse processo, conforme analisada ao longo dessa dissertação, revela duas formas de deslocamentos, *o ex situ* e o *in situ*, ambas consideradas ações de desterritorializações de populações humanas de seus territórios de vida. Para os expropriados de Jacundá, cujo território foi totalmente alagado, a violência material e simbólica decorre da mudança em seu modo de vida, dos direitos não reconhecidos e da situação de vulnerabilidade social a que foram submetidos. Uma população inteira se tornou refugiada do desenvolvimento, vítima da guerra imposta pela ditadura do capital, na sua busca insana por riquezas e lucros. Os moradores da vila Arraias, também vivenciaram violências marcantes, com o desconhecimento e invisibilização de seus direitos, de seus processos históricos de vida. Identificamos que o deslocamento *in situ* de Arraias é imbricado de especificidades, a começar pelos deslocados que não se reconhecem como atingidos da hidrelétrica, pois seu território não fora alagado,

todavia, desde a sua criação travou enfrentamentos, com latifundiários, grileiros e embates com o Estado na luta pela terra, conflitos que não se manifestavam em Jacundá. A forma como os expropriados foram alocados em Arraias provocou uma transferência de responsabilidade e culpa do contexto vivido para ambas as populações, a Eletronorte obriga as duas populações a dividirem o território e se afasta daquele cotidiano, minimizando as suas responsabilidades e culpas, no entanto, maximiza os desentendimentos entre os dois grupos, através dos estranhamentos e as disputas a que são expostas em todos os âmbitos, limitando as tentativas de possíveis diálogos entre Jacundá e Arraias.

Ressalta-se que a antiga Jacundá vivenciou um processo de deslocamento com características específicas, pois foi a única cidade da Amazônia totalmente submersa pelo lago de uma hidrelétrica, seus moradores, foram os únicos deslocados para um espaço já habitado, o da Vila Arraias; duas populações com especificidades completamente diferentes em relação à ocupação do território, às práticas cotidianas, o exercício da fé, os modos de vida, à cultura, ainda assim, foram obrigados a se territorializar. Fato esse, que ocasionou uma sequência de situações traumáticas que, marcam e trazem sequelas por toda a vida dessa população expropriada. Outra característica a ser destacada se refere ao deslocamento *in situ* que no caso em estudo ocorre na montante, pois os estudos, até o momento realizados, o relacionam à jusante das barragens e que suas consequências às populações e a natureza são sentidas depois que o empreendimento começa a funcionar.

No caso de Arraias, localizada a montante da UHT, revelamos que os efeitos foram sentidos desde o início de instalação do empreendimento, assim como na antiga Jacundá, deslocada compulsoriamente *ex situ*. A população de Arraias esteve ausente das decisões e dos interesses da empresa, assim como dos planos de "desenvolvimento" imposto pelo empreendimento e pelo Estado. Ainda que sua população, inconscientemente, reconheça que houve melhoras estruturais na vila, em relação à violência, abertura de novos negócios, a instalação de instituições públicas, unidades escolares, algumas vezes ela compreende isso como resultado das ações pós-hidrelétrica, mesmo assim o empreendimento estaria longe de ressarcir essas populações pelos dramas vividos externa e internamente, ocasionados antes, durante e depois da construção da hidrelétrica.

Durante a construção da UHT, todo um caminho de destruição é elaborado e aplicado, sendo imensurável o cálculo total das perdas vividas pela natureza, animais e humanos. Paralelamente aos grandes empreendimentos vem a violência, devastação, expropriação, espoliação, direitos invisibilizados e destituídos, segregação social, a desumanização do

humano. Essas características são relevantes para uma melhor compreensão da complexidade dos estudos sobre deslocamentos compulsórios por barragens na Amazônia.

Dentre as transformações ocorridas no processo de deslocamentos está a mudança de identidade da população da antiga Jacundá que passa de ribeirinhos para expropriados, definição utilizada pelo empreendimento para referir-se à população em sua nova condição social e ambiental. Apesar dos traumas que esta definição carrega, ela é assumida pelos deslocados com sentido político, já que por meio dela afirmam suas lutas até hoje "[...] nós somos expropriados, nos tiraram tudo, até nossa forma de viver". (VALENTIM, nov. 2018). A mudança de identidade é um elemento importante no processo de conflito e estranhamento, assim como nas ações de lutas e resistências que vão se construindo em meio a desterritorialização e à reterritorialização dessa população. Buscando também, a preservação de suas Histórias, essas populações resistem politicamente na construção e reconstrução do Ser individual e coletivo.

O deslocamento compulsório *ex situ* provocou rupturas nas relações sociais, assim como na relação homem-natureza. Os expropriados, retirados das margens do rio Tocantins e lançados às margens da PA-150, tiveram sua reprodução social limitada em condições sustentáveis. Tiveram que conviver com sentimentos que os dilaceram: saudades, mágoas, abandono, frustrações, o desencanto da promessa do "desenvolvimento" como narra uma entrevistada, "[...]não sei como conseguimos, foi muito difícil, ainda é difícil [...]". (CONCEIÇÃO, Nov. 2017).

Nossa reflexão destaca que não se trata somente de uma história que narra ações de destruição da natureza e do homem, de exclusão social, de subjugação, bem como, de histórias de resistência, superação, resiliência, da reação às regras ditadas pela empresa e pelo Estado. Depreendemos que essas Histórias não foram e, nem são, compartilhadas por toda a população da atual cidade de Jacundá, elas foram assumidas de forma e intensidade diferentes pelos grupos que lá habitam.

A nossa análise compreende que os efeitos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí aconteceram tanto na antiga Jacundá como em Arraias, consequentemente, o atual município de Jacundá é uma unidade da federação atingida pela hidrelétrica. Reconhecer essa condição de atingida é importante para o fortalecimento da luta dos expropriados que se encontra na memória e no cotidiano, rememorar esse contexto é um meio para reelaborar as histórias, os sentidos dessas lutas que se refaz permanentemente o presente, contra o passado, às perversidades do Estranho.

Arraias, localizada às margens da PA 150, em seu nascedouro enfrenta conflitos com os latifundiários e o Estado na luta por terra; essa condição não favorecia ter clareza que a esses conflitos, se somava a Eletronorte, cuja a ação provocara seu deslocamento *in situ*. Atualmente, os moradores de Jacundá tratam a cidade submersa como parte da história do passado, anulando-a como uma história do presente de uma cidade atingida pela hidrelétrica de Tucuruí. Nesse contexto é que a memória de um modo de vida do passado volta a ser interrompido, à medida que eles não assumem o sentido histórico, cultural para a atual Jacundá, pois continua a divisão da história de duas populações que ocupam um mesmo espaço. Esse aspecto, característico dos deslocamentos compulsórios *ex situ* e *in situ*, provoca efeitos violentos de desterritorialização e, igualmente, silenciam a história da antiga Jacundá. Um longo processo de subjugação e dominação é vivido pela população da antiga Jacundá, expropriada e coisificada. Por outro lado, vale ressaltar que essa história está viva para esse grupo violentado na sua essência, no seu pertencimento, mas que se ergue com a memória coletiva de um tempo vivido e compartilhado no passado-presente, com dores e traumas que, muitas vezes, foram obrigados a silenciar, como presenciamos nos relatos, nas imagens visuais criadas na roda de conversa e nos documentos analisados.

São esses sentimentos que se expressam em ações contra as injustiças, pelas perdas de seus territórios e que dão sentido às suas lutas, mesmo diante da constatação de que a empresa, o Estado, nunca poderão pagar o valor dessas perdas, pois estas, não possuem valor monetário. É nessa perspectiva que compreendemos a significativa importância do Museu da História de Jacundá para os expropriados, pois nele se materializa a memória e a história da antiga Jacundá, portanto, não apenas uma memória do passado, mas a sua existência no presente marcada pelo processo de desterritorialização forçado, que os obrigou a ultrapassar as barreiras e a se reterritorializar em um novo espaço, diferente e hostil, onde esses expropriados tiveram que reconstruir sua identidade diante de um contexto de vida que lhe foi tirado.

Portanto, nossas reflexões nessa dissertação podem contribuir com elementos importantes para um melhor entendimento sobre a complexidade dos efeitos dos deslocamentos compulsórios provocados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que subjugou as populações em nome do bem-estar nacional e do "desenvolvimento". Sem possibilidades de escolha sobre as determinações do empreendimento e do Estado, a população das duas cidades teve que (re)fazer suas vidas e suas histórias, enfrentando conflitos de toda ordem e (re)construindo seus sentidos individuais e coletivos.

Os deslocamentos provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá foram processos violentos de devastação da natureza, de desterritorialização, de exclusão e aniquilação do homem pelo homem. Mas também de reterritorialização, de lutas e resistências em um território desigual, onde a população deslocada se (res)significa no cotidiano de lutas pela vida.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri., SILVA, Maria das Graças. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí. In: **As tensões do lugar:** hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 61-92

ACSELRAD, Henri. Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Estudos Sociedade e Agricultura** UFRJ, v. 18, n. 1, p. 158-192, abr.\set. 2010.

ADORNO, T. W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Margem esquerda**: ensaios marxistas, n.7, 2006, p. 164-189.

ADORNO, T. W. **Mínima moralia:** reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática. Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT a segurança e o Revigoramento do Poder Regional. **Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v.11, n. 02, mar./abr., p. 4-41, 1981. v. 39,

DANTAS, Sylvia D. Culturas em xeque e o desafio psicológico de ser entre dois mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. In: **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Org. Ademir Pacelli Ferreira. [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-38

DIAS, L. M. **História da Antiga e Nova Jacundá.** Jacunda: [s.n.], 2013.

DOUTRIAUX, S., C. Geisler and G. Shively,. Competing for coffee space: Developmentinduced displacement in the central highlands of Vietnam. **Rural Sociology**, v. 73, n. 4, 2008, p. 528–554.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais.** Belém: UFPA/NAEA 1999.

FELDMAN, Shelley., GEISLER, Charles. Land expropriation and displacement in Bangladesh. **The Journal of Peasant Studies**. Published online: v. 39, 28 May 2012. Disponível em: < *https://doi.org/10.1080/03066150.2012.661719*>. Acesso em: 03 de jun. de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, Rogério. Território, insegurança e risco em tempo de contenção social. In: **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Org. Ademir Pacelli Ferreira...[et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 537-557.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto. 2002.

HALL, Anthony L. **AMAZÔNIA:** desenvolvimento para que? Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HÉBETTE, Jean, ABELÉM, Auriléa, PARAENSE, Marceli, EMMI, Marilia. "Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: O leste do médio Tocantins". In: **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. vol. 01. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. vol. 02. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. vol. 03. Belém: EDUFPA, 2004.

HISSA, Cássio. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

LETURCQ, G. A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2, 2007, Salvador: UFBA, 2007.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: Relatório SBPC. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25- 31. Livro eletrônico. Disponível em: <http://sbpcacervodigital.org.br/handle/20.500.11832/2441>. Acesso em: 12 set. 2018.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CASTRO, Edna M. Ramos. **Projeto Hidrelétricas, Sociedade e Ambiente no Estado do Pará** (HISAM-PA). Belém: NCADR; NAEA; UFPA, 2014.

MAGALHÃES, Sônia Maria. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278f. : Tese (Doutorado) -Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, (PA), 2007.

MAGALHÃES, Sônia B. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S.B. BRITO, Rosyan de C. CASTRO, Edna R. (Orgs.) **Energia na Amazônia**. MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996.

MAGALHÃES, S.B. Exemplo Tucuruí - uma política de realocação em contexto. In: SANTOS, Leinad Ayer O.; ANDRADE, Lúcia M. M de. **Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples.** São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. **O Sujeito Oculto.** São Paulo: UFRGS, 2015.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**, a questão política no campo**.** São Paulo: Hucitec, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política (livro I – O processo de produção do capital)**.** 7. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1985.

NETO, Hélion Póvoa. O lugar da violência nos estudos sobre migrações e mobilidade espacial. In: **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Org. Ademir Pacelli Ferreira...[et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, p. 469-474, 2010.

NERY, A. A. Primórdios do mito Faústico: o Faustbuch e o Fausto de Christopher Marlowe. In: MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo, et al. Orgs. **O demoníaco na literatura** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 47-61. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 19, n. 36, 2011, p. 125-143.

O CONCÍLIO Vaticano II e a América Latina. In: Revista IHU ON-LINE, 109 de outubro de 2011. Disponível em: <http/www.ihu.inisinos.br/173-notícias-notícias/2011/501959>. Acesso em: 17 de jul. de 2018.

PINTO. Lúcio Flávio. **Tucuruí, a barragem da ditadura**. Belém: Edição do Autor, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Marlene. Migrante brasileiro: construindo a história, a vida e a palavra. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 4, nov. de 1998, p. 37-64.

SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias**: Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA - 150 (1970-1985). 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém (PA), 2007.

SEYFERTH, Giralda. Comemoração, identidade e memória da imigração. In: **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Org. Ademir Pacelli Ferreira...[et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 103-122.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. **Uma Cidade Submersa**: memória e história de Jacundá (1915 – 1983). Belém: Paka-Tatu, 2001.

VAINER, Carlos Bernardo. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos?. In: **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Org. Ademir Pacelli Ferreira...[et al.]. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 475-490.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "Atingido": Uma Revisão do Debate. In: **Vidas Alagadas:** Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Org. ROTHMAN, F.D., Viçosa – MG, 2008. p. 39-63.

VAINER, Carlos Bernardo. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Cedi, 1992.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

VIDAL, Cleice da Luz. **Não teve enchente nesse inverno**: povos tradicionais e efeitos socioambientais a jusante de Belo Monte. 2017.

ZHOURI, Andréa; BARBOSA, Rômulo; CARNEIRO, Éder (Orgs.). Resistência à Mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S. A. em Conceição do Mato Dentro. In: **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**. Disponível em: < http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>. Acesso em: 23 abr.2017.

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. MOTTA, L. Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN ASSOCIATION, 31, 2013, **Anais...** Washington D.C – EUA, 2013. Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

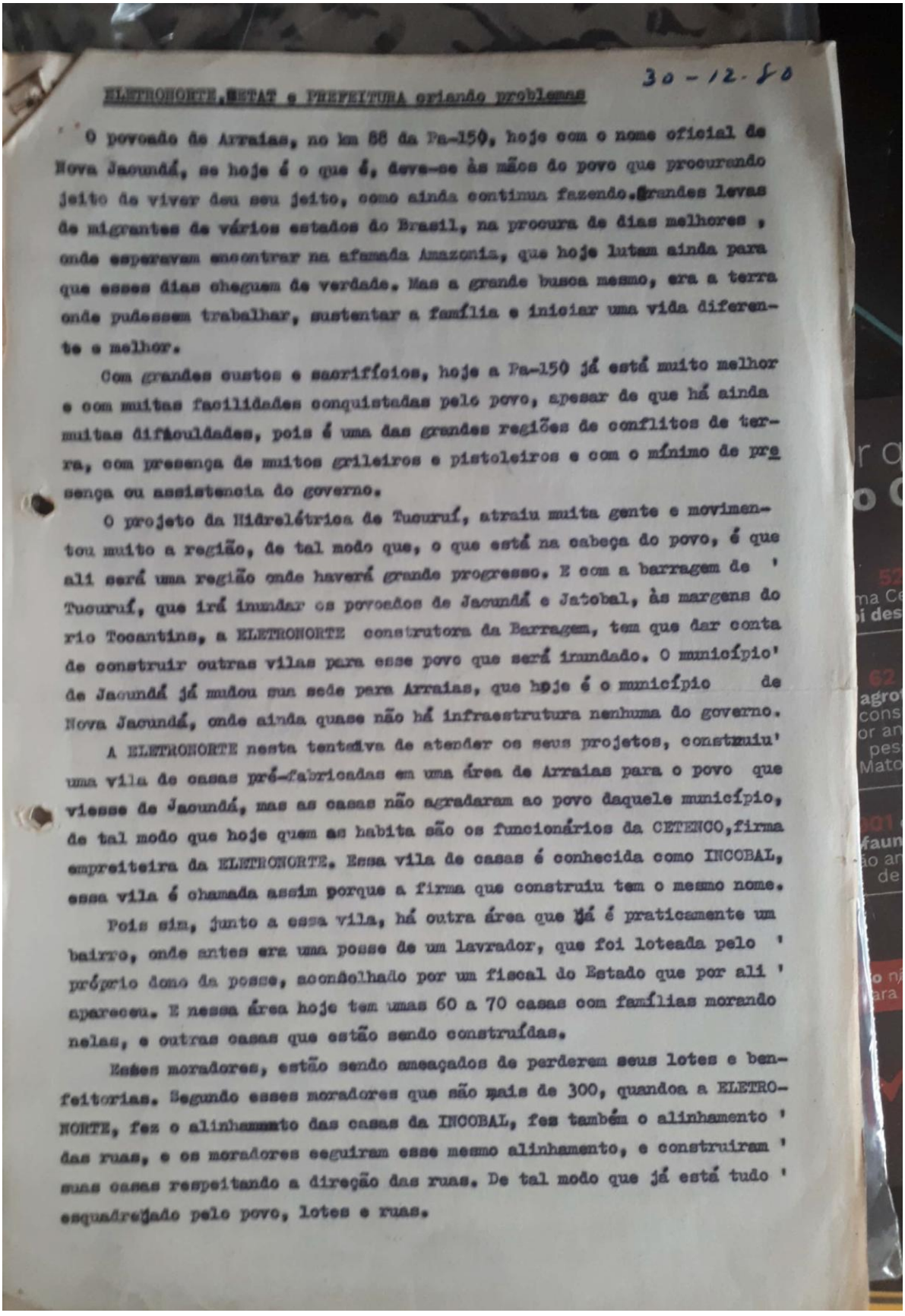
ZHOURI, Andréa. (Org.) **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**; Brasília: ABA, 2012.

ZHOURI, A. **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 11-24.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE DENÚNCIA DE ARBITRARIEDADES



30-12-80

ELETRONORTE, BETAT e PREFEITURA criando problemas

O povoado de Arraias, no km 88 da Pa-150, hoje com o nome oficial de Nova Jacundá, se hoje é o que é, deve-se às mãos do povo que procurando jeito de viver deu seu jeito, como ainda continua fazendo. Grandes levas de migrantes de vários estados do Brasil, na procura de dias melhores, onde esperavam encontrar na afamada Amazonia, que hoje lutam ainda para que esses dias cheguem de verdade. Mas a grande busca mesmo, era a terra onde pudessem trabalhar, sustentar a família e iniciar uma vida diferente e melhor.

Com grandes custos e sacrifícios, hoje a Pa-150 já está muito melhor e com muitas facilidades conquistadas pelo povo, apesar de que há ainda muitas dificuldades, pois é uma das grandes regiões de conflitos de terra, com presença de muitos grileiros e pistoleiros e com o mínimo de presença ou assistencia do governo.

O projeto da Hidrelétrica de Tucuruí, atraiu muita gente e movimentou muito a região, de tal modo que, o que está na cabeça do povo, é que ali será uma região onde haverá grande progresso. E com a barragem de Tucuruí, que irá inundar os povoados de Jacundá e Jatobal, às margens do rio Tocantins, a ELETRONORTE construtora da Barragem, tem que dar conta de construir outras vilas para esse povo que será inundado. O município de Jacundá já mudou sua sede para Arraias, que hoje é o município de Nova Jacundá, onde ainda quase não há infraestrutura nenhuma do governo.

A ELETRONORTE nesta tentativa de atender os seus projetos, construiu uma vila de casas pré-fabricadas em uma área de Arraias para o povo que viesse de Jacundá, mas as casas não agradaram ao povo daquele município, de tal modo que hoje quem as habita são os funcionários da CETENCO, firma empreiteira da ELETRONORTE. Essa vila de casas é conhecida como INCOBAL, essa vila é chamada assim porque a firma que construiu tem o mesmo nome.

Pois sim, junto a essa vila, há outra área que já é praticamente um bairro, onde antes era uma posse de um lavrador, que foi loteada pelo próprio dono da posse, aconselhado por um fiscal do Estado que por ali apareceu. E nessa área hoje tem umas 60 a 70 casas com famílias morando nelas, e outras casas que estão sendo construídas.

Esses moradores, estão sendo ameaçados de perderem seus lotes e benfeitorias. Segundo esses moradores que são mais de 300, quandoa a ELETRONORTE, fez o alinhamento das casas da INCOBAL, fez também o alinhamento das ruas, e os moradores seguiram esse mesmo alinhamento, e construiram suas casas respeitando a direção das ruas. De tal modo que já está tudo esquadrejado pelo povo, lotes e ruas.

Agora a Prefeitura de Nova Jacundá, O GETAT, e a ELETRONORTE, estão já fazendo um novo alinhamento das ruas, onde estas ruas irão passar por cima das casas já construidas. É que a ELETRONORTE pretende fazer ali, as vilas de Jacundá e Jatobal que serão inundados, e quem faz a topografia é o GETAT e que escolhe o local é a PREFEITURA DE nova Jacundá.

São mais de 300 moradores com mais de ano na área e alguns com mais de dois anos.

Começa assim em Arraias a surgir o problema de posseiros urbanos. E esses posseiros, pela lei estão em pleno gôzo de seus direitos, uma vez que, ocuparam a área de boa fé e nada havia no local indicando que a área estava reservada para outros fins.

Os serviços já iniciaram com um trator abrindo as ruas e já fazendo sérios danos aos posseiros. No lote de Miguel Rufino Rodrigues, onde havia benfeitorias como 30 pés de laranja, 7 pés de côco, mangueiras, tanja e bananeiras, o trator levou tudo. Também no lote de Antonio 21 onde havia feijão, mandioca, melancia e arroz, o trator passou por cima levando tudo.

Segundo os moradores daquela área, o prefeito esteve lá e falou que ali não é pra ficar ninguem.

Tudo isso não passa de ameaça aos posseiros dessa área para expulsá-los com a promessa de darem outra área.

É a ELETRONORTE, o GETAT e a PREFEITURA de Nova Jacundá coms seus planos alheios ao povo, que mais uma vez, estão desrespeitando o direito sagrado da posse de boa fé dos pequenos posseiros.

No dia 29 de dezembro de 1980, dois posseiros dessa dita área, foram ao Getat em Marabá falar com o Coronel Leão a respeito do assunto, e este afirmou que foi ele quem deu essa ordem. E mais, se admirou porque só agora é que foram reclamar, uma vez que já faz três meses que ele deu essa ordem. E segundo ele, Coronel Leão, não é para ficar mesmo ninguém e que a indenização dada aos posseiros seria de dois lotes vazios, pois esta indenização vale mais do que a casa de taipa que têm, porque uma casa de taipa, segundo o Coronel Leão pode-se fazer em dois dias e dois lotes vazios futuramente valerão muito dinheiro. E mais, as casas simples dos posseiros não podem ficar ali, porque as casas que serão construídas serão casas muito boas. O povo daquela área está bastante contrariado e afirmam que se manteram ali porque estão com direito.

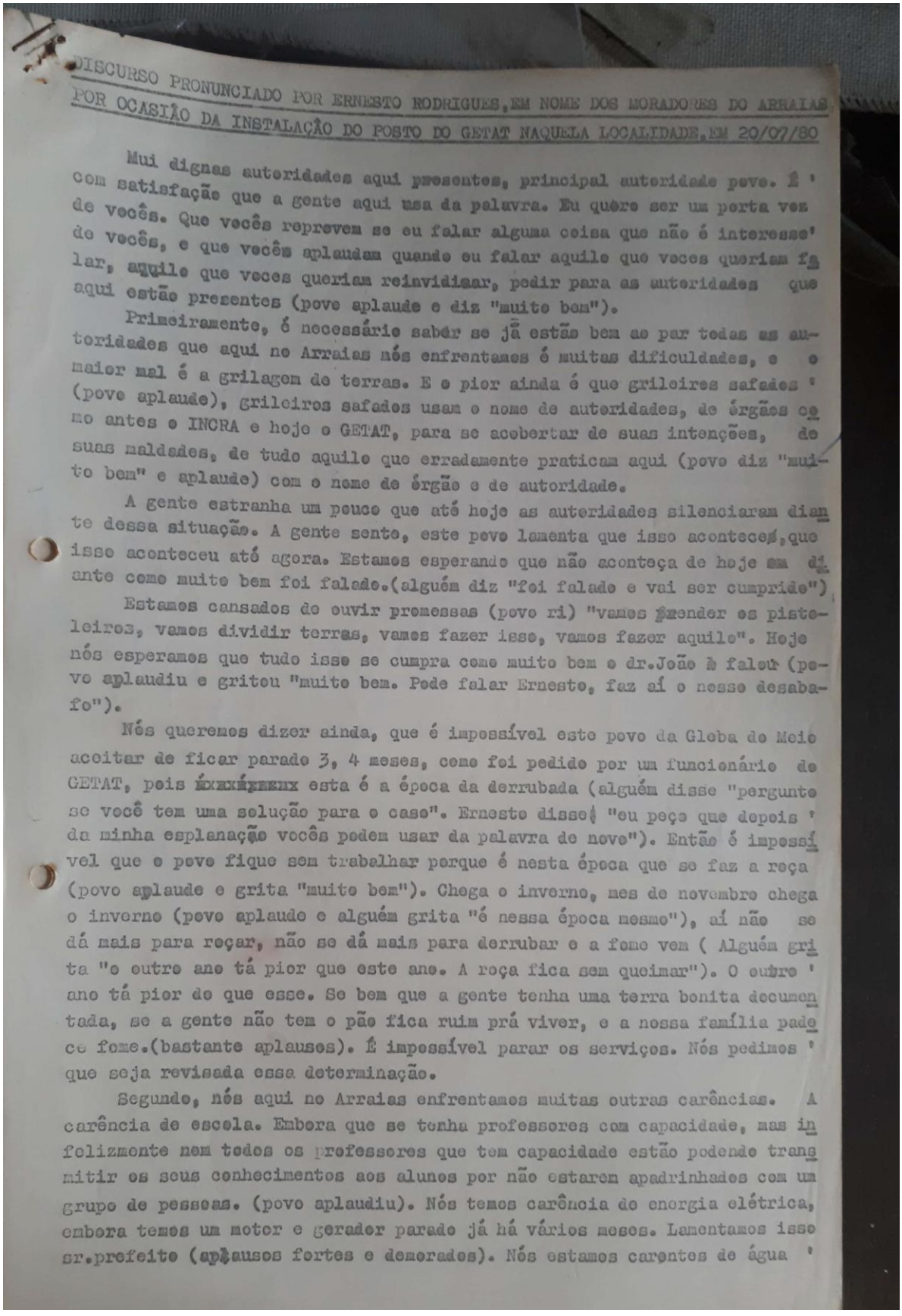
NOVA JACUNDÁ, 30 de dezembro de 1980

Grupo de moradores da área

Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá

Diretório Municipal do PMDB- Partido do Mocimento Democrático Brasileiro- de Nova Jacundá

ANEXO B – DISCURSO DE POSSEIRO NA INAUGURAÇÃO DO POSTO DO GETAT



DISCURSO PRONUNCIADO POR ERNESTO RODRIGUES, EM NOME DOS MORADORES DO ARRAIAS POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DO POSTO DO GETAT NAQUELA LOCALIDADE, EM 20/07/80

Mui dignas autoridades aqui presentes, principal autoridade povo. É com satisfação que a gente aqui usa da palavra. Eu quero ser um porta voz de vocês. Que vocês reprovem se eu falar alguma coisa que não é interesse de vocês, e que vocês aplaudam quando eu falar aquilo que voces queriam falar, aquilo que voces queriam reinvidiaar, pedir para as autoridades que aqui estão presentes (povo aplaude e diz "muito bem").

Primeiramente, é necessário saber se já estão bem ao par todas as autoridades que aqui no Arraias nós enfrentamos é muitas dificuldades, e o maior mal é a grilagem de terras. E o pior ainda é que grileiros safados (povo aplaude), grileiros safados usam o nome de autoridades, de órgãos como antes o INCRA e hoje o GETAT, para se acobertar de suas intenções, de suas maldades, de tudo aquilo que erradamente praticam aqui (povo diz "muito bem" e aplaude) com o nome de órgão e de autoridade.

A gente estranha um pouco que até hoje as autoridades silenciaram diante dessa situação. A gente sente, este povo lamenta que isso aconteceu, que isso aconteceu até agora. Estamos esperando que não aconteça de hoje em diante como muito bem foi falado.(alguém diz "foi falado e vai ser cumprido")

Estamos cansados de ouvir promessas (povo ri) "vamos prender os pistoleiros, vamos dividir terras, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo". Hoje nós esperamos que tudo isso se cumpra como muito bem o dr.João à falou (povo aplaudiu e gritou "muito bem. Pode falar Ernesto, faz aí o nosso desabafo").

Nós queremos dizer ainda, que é impossível este povo da Gleba do Meio aceitar de ficar parado 3, 4 meses, como foi pedido por um funcionário do GETAT, pois ~~xxxxxxxx~~ esta é a época da derrubada (alguém disse "pergunto se você tem uma solução para o caso". Ernesto disse: "eu peço que depois da minha esplanação vocês podem usar da palavra de novo"). Então é impossível que o povo fique sem trabalhar porque é nesta época que se faz a roça (povo aplaude e grita "muito bem"). Chega o inverno, mes de novembro chega o inverno (povo aplaude e alguém grita "é nessa época mesmo"), aí não se dá mais para roçar, não se dá mais para derrubar e a fome vem (Alguém grita "o outro ano tá pior que este ano. A roça fica sem queimar"). O outro ano tá pior do que esse. Se bem que a gente tenha uma terra bonita documentada, se a gente não tem o pão fica ruim prá viver, e a nossa família padece fome.(bastante aplausos). É impossível parar os serviços. Nós pedimos que seja revisada essa determinação.

Segundo, nós aqui no Arraias enfrentamos muitas outras carências. A carência de escola. Embora que se tenha professores com capacidade, mas infelizmente nem todos os professores que tem capacidade estão podendo transmitir os seus conhecimentos aos alunos por não estarem apadrinhados com um grupo de pessoas. (povo aplaudiu). Nós temos carência de energia elétrica, embora temos um motor e gerador parado já há vários meses. Lamentamos isso sr.prefeito (aplausos fortes e demorados). Nós estamos carentes de água

tratada, de água boa, água sadia, água potável. E é difícil furar um poço aqui no Arraia pois o lençol de água está bastante profundo (povo diz "muito bem").

Somos carentes de assistência médica, embora já temos a resposta da SEPLAN de que teremos aqui dentro em breve um Posto de Saúde, um Posto Médico. Porém, dito já por uma funcionária da SEPLAN à uma líder dessa Comunidade que este médico atenderia ao segurado do FUNRURAL, ao segurado do INPS e poderia ainda atender a particulares. A gente vê, de antemão, que este médico não vai dar conta de tanto trabalho. Para isso o povo vai ficar de novo com problemas de saúde. É necessário que se reveja essa determinação.

Somos carentes de fiscalização por parte da SUNAB. O custo de vida aqui no Arraia é bastante alto. É uma aberração. Isto tudo é uma verdade que ninguém pode negar.

E nós fomos até hoje esquecidos. Esquecidos e mal representados politicamente pois, o administrativo municipal (povo aplaude fortemente), pois o administrativo municipal até o momento não tem aberto nenhuma rua. Tudo aquilo que está aqui feito no Arraias é feito com os braços deste povo trabalhador (aplausos fortes e gritos de "muito bem", "apoiado").

A nossa paciência se esgota. Nós não gostamos mais de ouvir promessas. Nós queremos sim é ver obras concretas. Realizações que possam beneficiar aos moradores de Nova Jacundá (povo aplaude e grita "muito bem").

E outrossim queremos deixar bem claro que nós, povo do Arraias, estamos de braços abertos para receber o povo de Jacundá (aplausos e gritos de "muito bem"), para criar aqui em Nova Jacundá uma grande cidade, uma cidade que prospera.

Agora se eu falei alguma coisa que vocês não queriam que eu tivesse falado podem dizer (alguém do povo gritou:"eu achei bom. Fale mais que eu achei bom". Aplausos demorados.). Se eu falei o que voces tinham para dizer para as autoridades podem me aplaudir agora. (aplausos demorados.)

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DA FIGURA 06

GRILEIRO É ACUSADO DE MANDAR MATAR

Dia 26 de maio passado, é noite, na localidade denominada de Arraias, km 88 da PA/150 que liga Marabá a Belém. Paulo Freitas dos Santos, cearense, solteiro, 30 anos, saiu para tomar banho no córrego daquele povoado e nunca mais voltou. Paulo começou a trabalhar com o sr. Basílio, como é conhecido na área, por sua grande fama de GRILAR TERRAS DE POSSEIROS, no final de março deste ano encarregado ou gerente de terras ocupadas pelo grileiro não se sabe como adquiridas - na altura do km 96 da PA/150. Aos poucos Paulo foi desconfiando do seu patrão pois seu salário já estava atrasado e sem promessas de receber. E como Basílio é realmente um Grileiro de Terras, pois já se constatou isso com vários posseiros da área (conf. reportagem de o Estado do Pará de 04.07.79). Paulo então começou a ajudar alguns posseiros a ficar em terras as quais os posseiros têm direito. Por outro lado, conforme ainda o jornal O Estado do Pará, "Grileiro Basílio" recebeu uma correspondência de um Rômulo de tal, datada de 16.05.79, dizendo que Paulo estaria ajudando aos posseiros e que era para dar "um pau bem dado nele". Nesta mesma época, o "Grileiro de Terras" que tinha e até hoje tem pistoleiros irresponsáveis para defender seus interesses, ofereceu a um deles, o mais famoso, Assis de tal, 150 mil cruzeiros e um carro para que ele matasse quatro pessoas da área, sendo uma delas o Paulo Freitas. Quando foi dia 26 de maio a noite, Assis, seu irmão Raimundo, Antônio Caninana e Aluísio chegaram na casa do próprio Assis, trazendo com eles pás, cavadores sendo que logo que Assis entrou em sua casa sua mulher foi logo falando: "por que vocês fizeram isso com o rapaz? " Assis respondeu: "fica calada se não tu entras pelo cano também". Poucos dias depois o fato parecia se concretizar, pois Assis mandou sua mulher ir para o Pindaré Mirim, no Maranhão. Com os fatos, ou melhor dizendo, com os comentários surgindo por parte do povo daquela localidade serviram de motivos para que Assis e seu irmão desaparecessem de Arraias. Até agora, apesar do acontecimento ter sido levado ao Coronel Penteado em Belém, em 03 de julho, não se sabe de nenhuma providência tomada por parte da polícia militar do Estado apesar de ter sido registrada a queixa ainda na primeira quinzena de junho.

A Sra. Antônia Freitas dos Santos, mãe de Paulo Freitas, procurou nossa redação para denunciar o fato que só agora ficou sabendo através de um morador de Arraias que esteve em Imperatriz onde a mesma reside. Ela agora se encontra no Arraias tentando descobrir ou

confirmar as versões sobre o desaparecimento de seu filho. Segundo ainda a Sra. Antônia "comenta-se que algumas pessoas sabem onde se localiza uma cova no meio da mata que possivelmente seria de meu filho".

Enquanto isso, o "Grileiro Basílio", através de seus pistoleiros, continua criando violento terror na área a inúmeras famílias que precisam apenas de um pedacinho de terra onde possam tirar seu sustento.

ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DA FIGURA 13

CARTA AO PRESIDENTE FIGUEIREDO

Nós somos moradores de um povoado situado na rodovia Pa-150, chamado Arraias, que nasceu não faz ainda nem cinco anos. É um povoado feito por nós, que chegamos de outros cantos a procura de terra ou um lugar para melhorar de vida. Durante esses anos temos sofrido muito enfrentando muitas dificuldades tanto financeiras, como de saúde, de transporte, de escolas que não tem, como também, as perseguições de grileiros, pistoleiros e da polícia. Mas não foi isso que fez a gente esmorecer, queremos viver, e viver bem, tendo uma vida digna, com respeito, justiça e liberdade, com terra para todo mundo trabalhar, uma vez que no nosso povoado, a maioria da população é lavrador.

Acontece Sr. presidente, que ultimamente estamos enfrentando um problema que agrava nosso povoado, que até já virou cidade. É que a empresa Eletronorte, pretende construir um aeroporto que dentro de nossa cidade, e não estamos de acordo que ela construa no lugar escolhido por ela, porque essa é a única e melhor área que existe por aqui por perto, que permite o crescimento e expansão da cidade, que ainda vai crescer muito, todo dia chega gente de fora e nossa população já beira os 20.000 habitantes.

O que nós queremos é que a Eletronorte respeite nosso povo, e construa o aeroporto um pouco mais distante, onde há várias áreas propícias e adequadas. Já tem a rede elétrica da barragem de Tucuruí de um lado, e a rodovia 150 corta nosso povo bem no meio, e agora a Eletronorte quer construir esse aeroporto do outro lado, desse jeito vamos ficar espremido, impossibilitando o crescimento do nosso povoado.

Sr. Presidente nós não somos contra a construção da Eletronorte, é até bom para a nossa cidade, mas que seja construída em outra área. Queremos também dizer Sr. Presidente que a gente tá precisando de muita coisa muito mais urgentes e necessários do que o aeroporto, como escolas, tem muita gente aqui que não estuda porque não tem sala de aula; hospital do governo, com atendimento gratuito, porque as doenças aqui são muitas e maltratam demais a gente; água encanada e tratada; luz, porque nossa cidade já está bem grande e a noite fica difícil até pra gente sair de casa; saneamento básico com ruas boas e esgotos; terras para muitos lavradores que estão sem poder trabalhar, e títulos para essas terras, porque as terras por aqui, nem uma é titulada, e isso oferece muita insegurança e facilita a especulação.

Enfim, Sr. Presidente, nós moradores aqui de Arraias, queremos que o Sr. assunte nosso apelo, e é por isso que estamos enviando este abaixo-assinado que manifesta a nossa insatisfação quanto a construção do aeroporto no lugar pretendido pela Eletronorte.

CERTOS DE CONTARMOS COM A SUA COLABORAÇÃO

Nossos sinceros agradecimentos
Jacundá (Arraias) 05 de julho de 1961
A População

ANEXO E – TRANSCRIÇÃO DA FIGURA 17

ALAGADOS CONTRA ELETRONORTE

POVO LUTA CONTRA ELETRONORTE

Milhares de famílias que moraram ou ainda moram na área a ser inundada pela hidrelétrica de Tucurui, foram roubados pela grande e rica companhia do governo – Eletronorte.

A indenização foi uma mixaria. Teve gente como, Aloides Pereira de Oliveira que recebeu só CR$ 5 mil cruzeiros. É uma barbaridade!

Até os vazanteiros estão reclamando também. A indenização foi injusta demais.

A Eletronorte prometeu que ia dar boas indenização, 21 alqueires, casa feita, posto de saúde, escolas para as crianças, mas até hoje só ficou nas promessas. Nada foi feito.

De promessas o povo já está bastante cheio.

Ninguém está satisfeito com a palhaçada da Eletronorte sabendo que é do governo.

Mas o povo não tá com cara baixa não. Seguindo o exemplo do povo do Paraná, lá de Itaipu pela vitória contra o governo que teve que pagar o preço que o povo queria, os alagados de Tucurui também agora entraram na luta para conseguir os seus justos direitos.

Já teve uma grande reunião em Repartimento no mês de dezembro reunindo mais de 2 mil pessoas. Nesta reunião ficou combinado que o povo indenizado vai exigir da Eletronorte mais dinheiro na indenização. Conseguiram muitos advogados para ajudar.

Tá passando um abaixo-assinado para autorizar os advogados da CONTAG, CPT e do Secretariado Nacional de Não-Violência a reverem os processos. De vez em quando tá tendo reuniões em Jatobal, Jacundá e outros lugares para engrossar e fortalecer esta luta.

ATENÇÃO COMPANHEIROS, EM AGOSTO DESTE ANO, A CLASSE TRABALHADORA DO BRASIL VAI CONSTRUIR A CUT.